

Veículo: Site Acorda Cidade	Online
Data: 09/05/2020	Caderno: Notícias



## Aplicativo Preço da Hora Bahia agiliza compras do Dia das Mães

*Se depender dos consumidores, o Preço da Hora Bahia já é parte do dia-a-dia e das datas especiais.*

Acorda Cidade

Lançado há menos de um mês pelo Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, o app Preço da Hora da Bahia já tem 88,5 mil usuários em todo o Estado, está disponível para celulares Android e iOS e na página web [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br) e permite fazer pesquisas sobre mais de 500 mil produtos vendidos no mercado baiano.

Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. As informações tomam por base as notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos, e o resultado traz informações como o telefone de contato da loja, seu endereço e o roteiro para se chegar ao local, com a ajuda do Google Maps. Os preços são pesquisados com auxílio da geolocalização, em um diâmetro definido pelo usuário, que pode variar entre um e 30 quilômetros de distância.

Se depender dos consumidores, o Preço da Hora Bahia já é parte do dia-a-dia e das datas especiais. "O aplicativo tem facilitado bastante a nossa vida neste momento em que precisamos evitar sair de casa. Rapidamente pude consultar os melhores preços para presentear minha mãe com uma batedeira nova", conta a estudante de nutrição Adriana Serafim, 26.

O administrador Luiz Forte explica que gosta de comparar bastante os preços dos produtos antes de efetuar qualquer compra e, com o Preço da Hora Bahia, conseguiu ganhar tempo e ampliar o número de lojas pesquisadas na hora de adquirir o presente para sua mãe. "Tenho evitado sair de casa em função das medidas de isolamento social e pude pesquisar exatamente o que eu queria dar para ela em poucos minutos

pelo aplicativo. Tenho utilizado bastante, como agora para o Dia das Mães, e também na compra de medicamentos. É extremamente útil e fácil de manusear”, diz.

### **Funcionalidades**

Entre as funcionalidades do aplicativo estão ainda um mapa que aponta os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário, um gráfico com o histórico de preços do produto e a possibilidade de cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exhibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exhibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

08/05/2020 17:30

## Aplicativo Preço da Hora Bahia agiliza compras do Dia das Mães

Lançado há menos de um mês pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o app Preço da Hora da Bahia já tem 88,5 mil usuários em todo o Estado, está disponível para celulares Android e iOS e na página web [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br) e permite fazer pesquisas sobre mais de 500 mil produtos vendidos no mercado baiano.

Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. As informações tomam por base as notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos, e o resultado traz informações como o telefone de contato da loja, seu endereço e o roteiro para se chegar ao local, com a ajuda do Google Maps. Os preços são pesquisados com auxílio da geolocalização, em um diâmetro definido pelo usuário, que pode variar entre um e 30 quilômetros de distância.

Se depender dos consumidores, o Preço da Hora Bahia já é parte do dia-a-dia e das datas especiais. "O aplicativo tem facilitado bastante a nossa vida neste momento em que precisamos evitar sair de casa. Rapidamente pude consultar os melhores preços para presentear minha mãe com uma batadeira nova", conta a estudante de nutrição Adriana Serafim, 26.

O administrador Luiz Forte explica que gosta de comparar bastante os preços dos produtos antes de efetuar qualquer compra e, com o Preço da Hora Bahia, conseguiu ganhar tempo e ampliar o número de lojas pesquisadas na hora de adquirir o presente para sua mãe. "Tenho evitado sair de casa em função das medidas de isolamento social e pude pesquisar exatamente o que eu queria dar para ela em poucos minutos pelo aplicativo. Tenho utilizado bastante, como agora para o Dia das Mães, e também na compra de medicamentos. É extremamente útil e fácil de manusear", diz.

### Funcionalidades

Entre as funcionalidades do aplicativo estão ainda um mapa que aponta os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário, um gráfico com o histórico de preços do produto e a possibilidade de cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: TV Baiana	Programa: De Olho na Cidade
Data: 08/05/2020	Apresentador: José Carlos Suíca
Assunto: Entrevista com o <b><u>presidente do Conseq</u></b> , Rubens Bezerra, sobre a prorrogação dos prazos dos Processos Administrativos Fiscais.	

**Data:** 08/05/2020

**Emissora:** TV Baiana

**Programa:** De Olho na Cidade

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Entrevista com o **presidente do Conseq**, Rubens Bezerra, sobre a prorrogação dos prazos dos Processos Administrativos Fiscais.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 11/05/2020	Página: A2
Assunto: Empresários baianos clamam por apoio – cita o <b>ICMS</b> .	

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## Empresários baianos clamam por apoio

### Carlos Sérgio Falcão

Empresário, presidente do Grupo Business Bahia (GBB)

falcão@winners-ba.com.br

Vendo o cenário desesperador que vivem hoje as empresas no nosso país, independente de seu porte, começo a questionar o nosso apoio ir-restrito e a nossa obediência cega ao isolamento total, sem que em paralelo tenhamos tido o apoio dos nossos governantes para a manutenção das nossas empresas, em todos os níveis.

Isolamento social, *lockdown* funcionam, isso está cientificamente provado, e

continuarão funcionando, mas onde o poder público efetivamente consegue trabalhar a saúde e a proteção social em todos os níveis. Assumo também a "mea culpa". E não me venham com política partidária!

*A responsabilidade pela falência das empresas será de todos, independente das suas convicções políticas*

A responsabilidade pela falência das empresas será de todos, independente das suas convicções políticas. Onde está o poder de pressão do governo federal para que o dinheiro chegue às empresas? Onde estão as ações desse mesmo governo federal para que os bancos públicos e privados sejam impelidos a reduzir seus lucros bilionários e flexibilizar as suas análises de risco? Onde está a preocupação do governo estadual que continua cobrando a antecipação tributária e não fornece alternativas de parcelamento ou diferimento do ICMS? E a prefeitura de Salvador, tão diligente para determinar isolamentos e deixar o comércio fechado, mas continua cobrando o IPTU e o ISS,

como se nada tivesse acontecido?

E as nossas entidades de classe, em especial as beneficiadas pelo sistema "S", praticamente inertes assistindo as nossas empresas virarem pó. Será que todos se esqueceram que as medidas de suspensão de contratos de trabalho e a redução de horas são temporárias? Quem assumirá esse ônus daqui a 60/90 dias? As empresas falidas?

Acordem! Vamos deixar de picuinhas políticas, de cada um querer aparecer como "Salvador da Pátria", e unam esforços para salvar vidas, sempre, mas também para salvar nossas empresas. Como disse, todos serão culpados, independente da cor da sua bandeira!

# União quer pagar dívida para aliviar Estados

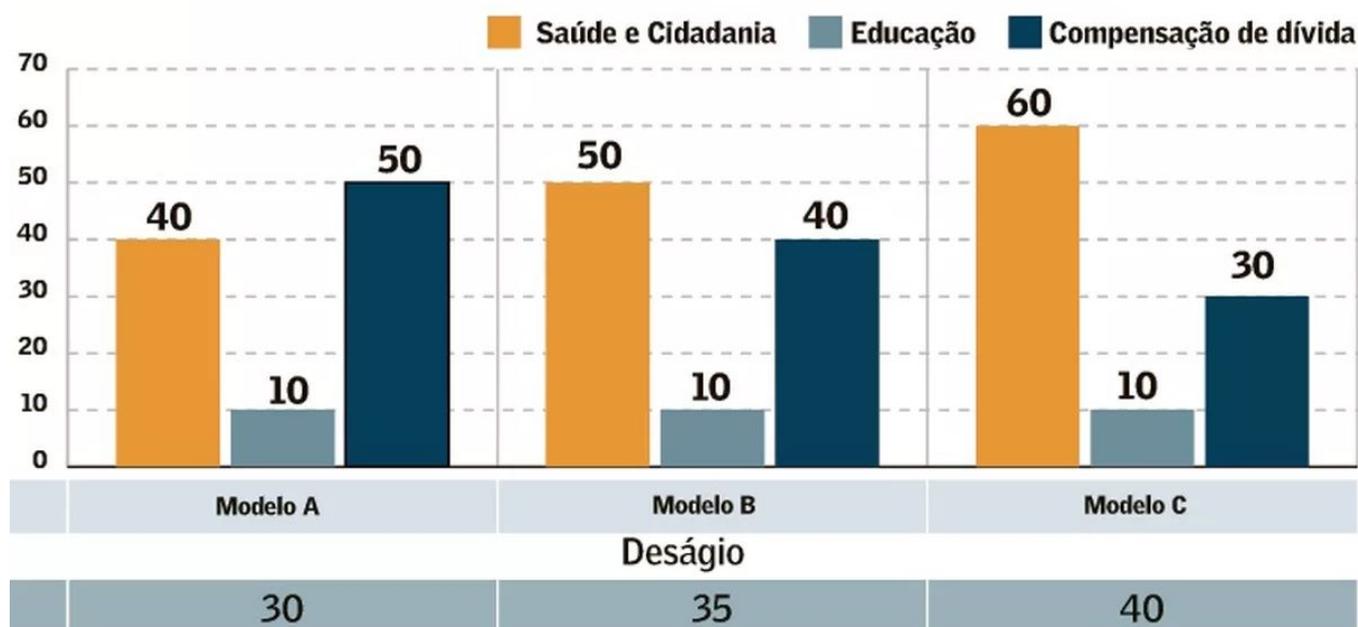
Ideia é quitar este ano 90% de débito de R\$ 81 bi com fundo educacional que se arrasta há cinco anos

Por Luísa Martins — De Brasília

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Opções de acordo

Proposta da AGU para repasses a título de Fundef, em %



Fonte: Plano Nacional de Negociação - Fundef (AGU)

Os efeitos da pandemia no agravamento da crise fiscal dos Estados levaram a União a propor um acordo para lhes pagar, ainda no exercício de 2020, 90% de uma dívida de R\$ 81,3 bilhões cuja quitação se arrasta há mais de cinco anos. O montante, relativo a precatórios do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), seria repassado aos governadores mediante abertura de

crédito extraordinário no Orçamento, para investimento imediato no combate ao coronavírus. Em troca, segundo documento ao qual o **Valor** teve acesso, o governo federal quer deságio entre 30% e 40% e o arquivamento de ações judiciais.

A conciliação vem sendo costurada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem os governadores recorreram para tentar evitar o colapso econômico diante da propagação da covid-19. Pelo “Plano Nacional de Negociação: Fundef”, a Advocacia-Geral da União (AGU) sugere diminuir de 100% para 10% o valor do fundo destinado à educação, para que a maior parte seja aplicada pelos Estados nas áreas de saúde e cidadania - e ainda abatida de suas dívidas com o governo federal.

Sem simpatia do Ministério Público Federal (MPF), que teme perdas irreparáveis para a educação básica, a proposta está sendo analisada pelos procuradores-gerais de nove Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com uma dívida de R\$ 247 bilhões com a União, São Paulo não poderia beneficiar-se do acordo, pois já recebeu a totalidade do que lhe era devido a título de Fundef (R\$ 1,2 milhão).

Consultados, os governadores, embora dispostos a encerrar as demandas judiciais por meio de um encontro de contas com a União, demonstraram-se decididos a negociar um percentual menor de deságio e um indicador de correção monetária mais vantajoso. As partes devem se reunir virtualmente até o fim desta semana para uma nova rodada de debates, mediados pelo ministro Alexandre de Moraes.

O Fundef vigorou no país entre 1996 e 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em 2015, a Justiça entendeu que, devido a um erro na fórmula de cálculo dos repasses, a União pagou R\$ 90 bilhões a menos do que deveria. Condenada a fazer a complementação, executou até hoje menos de 10% da dívida: R\$ 8,7 bilhões, de acordo com monitoramento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nos termos sugeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), as verbas para a área da saúde e cidadania chegariam aos cofres estaduais já neste ano, mas as da educação ficariam para 2022, com apresentação de precatórios neste segundo semestre. O restante seria abatido da dívida dos Estados com a União. O valor que sobrar, se sobrar, engordaria a fatia destinada à educação.

A AGU oferece três modelos de acordo: quanto maior o deságio, maior a fatia do pagamento a ser recebida de imediato. Por exemplo, se o Estado concordar em desvalorizar o precatório em 40% (percentual máximo), receberá 60% para investir no enfrentamento ao vírus ainda este ano, 10% para a educação em 2022 e 30% para abater de sua dívida.

Além de renunciar às ações judiciais envolvendo dívidas com a União, o governador que aderir ao acordo deverá apresentar um plano de aplicação dos recursos tanto na área da saúde (compra de equipamentos, por exemplo) quanto na mitigação dos efeitos socioeconômicos causados pelo avanço da doença. O mesmo para os investimentos em ensino básico. A fiscalização caberia aos órgãos de controle de cada Estado. Em relação ao abatimento das dívidas, a própria União deverá citar quais seriam compensadas.

O **Valor** procurou as assessorias dos nove governos estaduais que, junto à AGU, negociam o acordo no Supremo, mas apenas quatro responderam: Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Todos se dizem receptivos ao acordo, desde que o deságio seja reduzido e que haja garantia de que o IPCA vai balizar os cálculos dos valores devidos. A AGU preferiu não se manifestar, para não prejudicar as tratativas.

As negociações ainda poderão ser ampliadas para outros Estados. Uma das hipóteses é que os entes federativos que não tenham dívidas com a União também possam receber os complementos do Fundef para aplicá-los no combate à pandemia. A diferença estaria nos percentuais, que ficariam divididos apenas entre saúde, cidadania e educação, também mediante deságio.

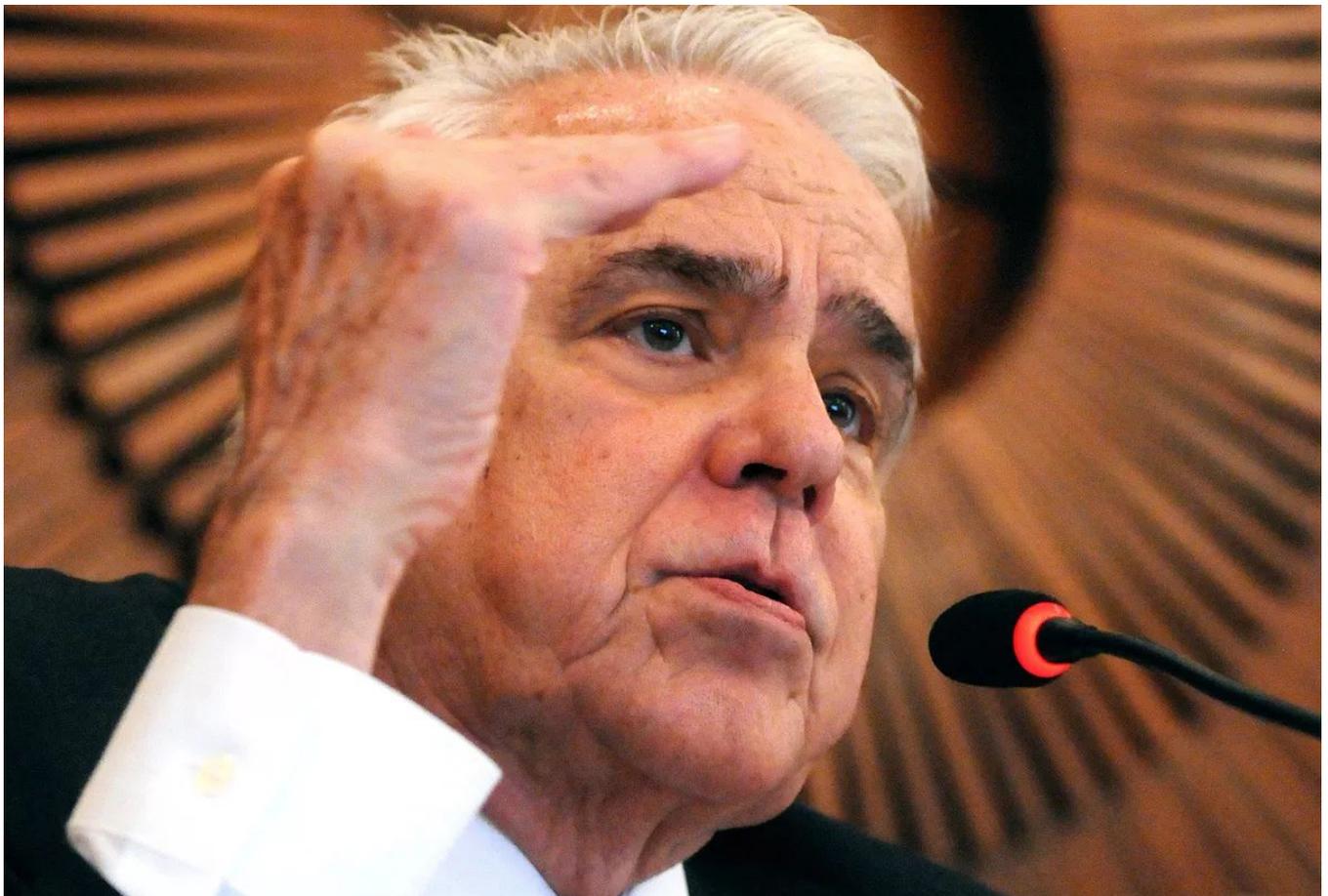
Já para unidades da federação como Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, que não têm créditos de Fundef, o acordo deverá ser proposto de outra forma - por exemplo, adiando a retomada do pagamento da dívida com a União para que a verba equivalente seja utilizada para lidar com a crise sanitária.

## Menor receita de royalties do petróleo afeta NE

Com crise, municípios devem receber 18% a menos este ano e ANP estima perda de R\$ 200 milhões

Por André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Roberto Castello Branco, presidente da estatal: “Sobre [demissões de] terceirizados, essa pergunta tem que ser endereçada a essas empresas, não à Petrobras” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O choque de preços do petróleo deve reduzir em 18% a arrecadação de royalties dos municípios do Nordeste e fazer evaporar R\$ 200 milhões dos cofres públicos

das cidades de região em 2020 em relação ao ano passado, estima a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Não bastassem as perdas de receitas com a desvalorização da commodity, a economia nordestina terá pela frente um novo golpe: a Petrobras desativou dezenas de campos em águas rasas e se prepara para reduzir as atividades terrestres nos próximos meses na região. A paralisação das operações é justificada dentro da lógica empresarial, pelos altos custos dos ativos, e afeta só 1% da produção da estatal. Mas, para uma série de pequenos municípios da região, cujas economias giram em torno da petroleira, o impacto promete ser superlativo.

Muitos desses municípios são pobres em receitas e dependem não só dos royalties para manter os serviços básicos para a população, mas também dos efeitos indiretos da atividade petrolífera local, que mobiliza fornecedores de bens e serviços e emprega centenas de pessoas, dinamizando a economia local em áreas relativamente mais pobres e de baixa densidade populacional. O temor é que a redução das atividades no Nordeste leve à perda do principal motor econômico de muitas dessas cidades.

## Arrecadação de royalties

Municípios do Nordeste\* (em R\$/milhões)

Estado	2019	Previsão 2020**	Varição (%)
Alagoas	95,792	93,739	-2,1
Bahia	360,654	293,975	-18,4
Ceará	89,931	76,185	-15,2
Maranhão	43,761	38,564	-11,8
Paraíba	55,159	47,365	-14,1
Pernambuco	43,484	37,031	-14,8
Rio Grande do Norte	226,178	171,877	-24,0
Sergipe	191,925	147,187	-23,3

### Total Estados

Em R\$ milhões



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da ANP. \*Piauí não recebe royalties, \*\* Estimativa com base no preço do petróleo a US\$ 33 e dólar a R\$ 4,71.

Como alternativa aos empregados, a companhia abriu um programa de desligamento voluntário e, para aqueles que desejam se manter no emprego, vem realocando os funcionários dos campos desativados em outras unidades pelo país. Entre terceirizados, porém, as demissões já começaram. O **Valor** apurou que a petroleira desmobilizou sondas que operam em campos terrestres, na Bahia, Rio

Grande do Norte e Sergipe, de empresas como Braserv, Conterp e Perbras. Só a Braserv, segundo uma fonte sindical, teve 11 sondas desativadas e deve demitir cerca de 650 empregados.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, nega que haverá “demissões em massa”. “Sobre [demissões de] terceirizados, essa pergunta tem que ser endereçada a essas empresas, não à Petrobras”, disse, durante teleconferência com jornalistas, em abril.

O impacto sobre os municípios do Nordeste não será homogêneo. Os principais Estados afetados pelas hibernações (desativações) da Petrobras serão Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Para a grande maioria dos municípios nordestinos, a queda da arrecadação dos royalties não chega a comprometer o orçamento. Levantamento do **Valor**, com base nos dados da ANP, mostra que, para cada dez cidades beneficiadas pelas receitas petrolíferas na região, praticamente oito recebem menos de R\$ 1 milhão por ano. Ao todo, 89% da arrecadação de royalties entre os municípios nordestinos vai para os cofres de cem cidades.

Em geral, a arrecadação no Nordeste é baixa em relação ao Sudeste. Enquanto Maricá e Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, arrecadam, cada um, mais de R\$ 1 bilhão por ano com royalties e participações especiais, nos municípios do Nordeste as receitas são bem mais modestas. Mesmo assim, muitos deles são dependentes das atividades petrolíferas.

A ANP informou que recebeu da Petrobras pedido formal de hibernação de 23 campos no Nordeste, incluindo os ativos em águas rasas, seis campos no Sergipe e mais seis no Rio Grande do Norte.

No Ceará, a Petrobras paralisará todas as suas plataformas, o que deve impactar atividades como hotelaria, transporte e alimentação. Paracuru (CE), de 35 mil habitantes, por exemplo, não chega a ser dependente dos royalties, mas serve como base de apoio para o embarque dos petroleiros. O prefeito, Eliabe Albuquerque (PR), conta que ainda aguarda a estatal se posicionar sobre o futuro da instalação, mas que a desativação dos campos no litoral cearense deve levar a base a operar no mínimo. “Se fechar a casa cai. A movimentação de embarque para os campos traz atividade para as pousadas no município”, explica. Quanto aos royalties, o impacto

nas contas públicas ocorrerá a partir deste mês e afetará principalmente a gestão de limpeza da cidade, que possui vocação turística. Segundo ele, há uma previsão de perda de R\$ 120 mil na receita mensal, o equivalente a 2% das receitas mensais no todo.

Na vizinha Paraipaba, o impacto com os royalties será maior. O município recebe R\$ 700 mil por mês. Trata-se de 10% da receita total do município de 30 mil habitantes. “Ninguém estava esperando por isso. Vai comprometer inicialmente as obras de calçamento, reforma de escolas e hospitais. Mas se a situação perdurar, vamos ter que demitir pessoal”, afirma o prefeito Dimitri Batista (PDT). O Sindicato dos Petroleiros do Ceará (Sindipetro-CE) teme que, com a paralisação das plataformas cearenses, 400 empregados da Petrobras e 2 mil indiretos seja desmobilizado da região.

Na Bahia, o impacto virá não da desativação das plataformas, mas da redução das atividades terrestres. De acordo com o Sindipetro-BA, a Petrobras comunicou que vai parar quatro campos até junho, numa primeira fase, incluindo Candeias, o primeiro campo comercial da história da empresa. O sindicato afirma que a intenção da companhia, porém, é reduzir ainda mais a produção terrestre, até o fim do ano, o que tem gerado comoção entre os prefeitos locais. Eles têm se mobilizado junto a parlamentares, para tentar pressionar a Petrobras a reaver a decisão.

Na primeira leva de campos a serem paralisados, serão afetadas cidades como Candeias, São Francisco do Conde, Pojuca e Catu. Com 54 mil habitantes, Catu, a 85 quilômetros de Salvador (BA), tem 30% da sua receita mensal proveniente de royalties e ISS ligados à produção de petróleo. Por mês, a receita total no município é de R\$ 12 milhões. “O impacto social é duplo. Além da queda na arrecadação de ISS e nos royalties, temos um aumento do desemprego por conta de demissões na cadeia de terceirizados”, afirma o prefeito Geranilson Dantas Requião (PT).

Segundo o Sindipetro-BA, cerca de cem trabalhadores da Petrobras serão desmobilizados da região a partir de julho. Entre prestadores de serviço, contudo, o receio é de que milhares de trabalhadores terceirizados sejam demitidos, a depender do tamanho da redução que a empresa efetivamente fará nas operações locais.

“A redução das atividades da Petrobras na região vai afetar toda uma cadeia: de empresas terceirizadas de limpeza, vigilância e transporte à construção civil. O desemprego, na região, afeta os restaurantes, os hotéis”, comenta o diretor do Sindipetro-BA, Radiovaldo Costa. “O mais importante, sendo a Petrobras uma estatal, nesse momento de crise, deveria ser a manutenção dos empregos.”

Um estudo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep) estima que as atividades da Petrobras se concentram, sobretudo, em 15 municípios baianos, que reúnem cerca de 5,3 mil empregados no setor, com destaque para Catu e Alagoinhas.

Com 151 mil habitantes, Alagoinhas funciona como fornecedor de mão de obra e serviços para as atividades petrolíferas do entorno. A cidade é sede da Braserv, empresas de sondas. O município possui economia mais diversificada e abriga um polo da indústria de bebidas, com unidades da Brasil Kirin e Grupo Petrópolis, mas, ainda assim, tem no setor de óleo e gás uma importante fonte de receitas: cerca de R\$ 24 milhões por ano, em royalties e ISS, pouco menos de 10% do orçamento do município. Para o prefeito, Joaquim Belarmino Neto (PSD), a hibernação da Petrobras na Bahia ocorre num momento crítico para a cidade, que já convive com a perda de empregos no setor de bebidas e, agora, também no petrolífero.

“Já perdemos ISS e ICMS por causa da pandemia e agora vamos perder mais impostos com o setor de óleo e gás. Vai ser uma sucessão de estragos. Está acontecendo tudo ao mesmo tempo. Empresas de bebidas estão suspendendo atividades. E com a hibernação dos campos da Petrobras, podem ser mais 2 mil desempregados. Isso é igual a duas fábricas de bebidas”, afirma.

Procurada, a Petrobras justificou a hibernação das plataformas em águas rasas como uma medida “com foco na sustentabilidade da empresa nesta que é a pior crise da indústria do petróleo em cem anos” e destacou que os ativos não apresentam condições econômicas para operar com preços baixos de petróleo. A empresa esclareceu, ainda, que os campos terrestres seguem em operação e que os processos de vendas de ativos continuam em andamento.

## Paralisação de produção pode afetar também as companhias privadas

ANP recebeu pedidos de duas empresas para paralisar temporariamente a operação de campos terrestres na Bahia

Por André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Em meio à crise do setor, a expectativa é que as paralisações de produção não se restrinjam apenas à Petrobras, mas também às petroleiras privadas. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou que recebeu pedidos de duas empresas - a Energizzi e a Recôncavo E&P, da PetroRecôncavo - para paralisar temporariamente a operação de campos terrestres na Bahia.

Enquanto a Energizzi solicitou a hibernação da concessão Vale do Quiricó, a Recôncavo E&P pediu para paralisar Lagoa do Paulo Sul e Juriti. Se o cenário de baixa dos preços do petróleo persistir pelos próximos meses, como apontam as estimativas de mercado, novos pedidos podem chegar à agência reguladora.

As pequenas produtoras, representadas pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (ABPIP), pedem ao governo a suspensão temporária da parcela de royalties da União.

As empresas pleiteiam também que o governo promova articulação com a Petrobras para garantir que os descontos impostos pela petroleira na compra do óleo produzido pelas companhias não ultrapasse o patamar de 10%.

Na semana passada, o secretário-executivo da ABPIP, Anabal Santos Jr., pediu, durante evento on-line, celeridade maior na tomada de decisões. "O maior custo do

onshore [produção terrestre] hoje é o da indecisão”, afirmou.

Anabal Santos Jr. destacou ainda que os pequenos produtores terrestres estão trabalhando no limite da economicidade.

Segundo fonte de uma pequena produtora, a expectativa é que em maio haja aumento significativo dos pedidos de hibernação de campos localizados em terra.

Presente no mesmo evento, o assessor da diretoria da ANP, Leonardo Caldas, disse que agência está consciente sobre os pleitos da indústria e citou que o órgão regulador pretende fazer, no segundo semestre, a revisão da Resolução nº 17/2015, que trata do plano de desenvolvimento da produção de grandes e pequenos campos, com o objetivo de tratar de forma diferente grandes, médias e pequenas empresas.

A Petrobras está hibernando 62 plataformas em todo o Brasil, mas principalmente no litoral nordestino. A ANP informou que recebeu pedido formal de hibernação da empresa de 33 campos, sendo 23 no Nordeste.

Além de paralisar seus ativos em águas rasas, a estatal também comunicou a intenção de parar seis campos em terra em Sergipe e mais seis no Rio Grande do Norte.

Com a decisão, a estatal colocou seus campos numa espécie de limbo. Com custos mais elevados, as concessões em águas rasas têm dificuldades para se viabilizar no cenário atual do mercado. A intenção da companhia é vender esses ativos para novos operadores interessados em recuperar campos maduros, mas o momento é ruim para atrair investidores e não há qualquer perspectiva de quando a operação desses ativos será retomada.

De acordo com a ANP, 27 petroleiras produzem, em terra, no mercado brasileiro. As bacias maduras onshore (Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produzem cerca de 100 mil barris diários de óleo equivalente, sendo 90% desse volume de óleo e gás pela Petrobras e 10% pelas empresas privadas.

---

## Redução das atividades da estatal na região está em curso há uma década

Produção nordestina de petróleo caiu 44% nos últimos dez anos, para um patamar médio de 86 mil barris diários no primeiro trimestre

Por André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

A redução das atividades da Petrobras no Nordeste não é bem uma novidade. Ao longo de toda a década de 2010, a estatal se concentrou no pré-sal e deixou de lado investimentos em ativos menores e menos rentáveis, mas que exigem esforços para recuperação. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção nordestina de petróleo caiu 44% nos últimos dez anos, para um patamar médio de 86 mil barris diários no primeiro trimestre.

A prefeita de Cardeal da Silva (BA), Mariane Mercuri (Podemos), conta que o município, de 9 mil habitantes, já convive há anos com o declínio das atividades petrolíferas na região, o que tem afetado a geração de emprego e renda na cidade.

“Nosso ISS no município, que já chegou a R\$ 150 mil por mês, no pico, hoje é da ordem de R\$ 20 mil por mês. Isso é fruto da redução dos investimentos da Petrobras na região, já há alguns anos. Nossa principal fonte de renda é o petróleo. O dinheiro dos royalties hoje vai para manutenção, coleta de lixo, asfaltamento, para o programa de transferência de renda que temos aqui no município. Com a redução das atividades da Petrobras, agora, na crise, podemos perder completamente a capacidade de investimentos”, comenta.

Cardeal da Silva não será atingida de imediato pela primeira leva de cortes de produção que a estatal pretende fazer na região, mas o receio de que a Petrobras

decida expandir a paralisação de campos pela Bacia do Recôncavo é generalizado entre os municípios da região como um todo.

A intenção da estatal é se desfazer de seus ativos terrestres. A privatização dessas concessões é promessa de investimentos na recuperação desses campos maduros, o que pode gerar ganhos com royalties para esses municípios. A venda dos campos, no entanto, é vista com muitas ressalvas pela comunidade local.

“Em geral, as empresas privadas do onshore são bem menores, que trabalham com um número bem menor de empregados”, afirma Mariane.

“Tudo que é mudança gera um receio. A Petrobras é uma empresa de grande porte. Não sabemos quem vai comprar”, concorda a prefeita de Araçás (BA), Maria das Graças Trindade Leal (PT), que administra o município de 12 mil habitantes e com orçamento de aproximadamente R\$ 60 milhões, 20% dele atrelado ao petróleo.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já afirmou anteriormente que a Petrobras se prepara para se tronar uma empresa essencialmente concentrada no Sudeste. A petroleira está se desfazendo de todas as suas refinarias fora do eixo Rio-São Paulo, já hibernou as suas fábricas de fertilizantes e está vendendo centenas de campos terrestres e em águas rasas, localizados sobretudo no Nordeste.

Em meio à redução dos investimentos da estatal nos campos maduros do Nordeste, a ANP tem feito pressão para que a Petrobras se desfaça dos ativos que não lhe interessem mais, sob o risco de que as concessões sejam cassadas. Nesse sentido, o órgão regulador deu um prazo, postergado recentemente até o fim do ano, para que a empresa conclua os seus processos de venda de ativos em terra e águas rasas. Caso contrário, as concessões podem ser retomadas pela União e a estatal perderia a oportunidade de levantar recursos com os desinvestimentos dessas áreas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

As dores estão sendo combatidas usando isso.

FITO CÚRCUMA

## Máscaras e aventais

Na pandemia do novo coronavírus, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), comandada por Fábio Vilas-Boas, vem fazendo compras milionárias com dispensa de licitação. Em uma delas, a Sesab contratou da empresa MRJ Farma Comércio e Distribuição 600 mil máscaras de proteção respiratória para atender a demanda da rede pública. Cada máscara vai custar aos contribuintes R\$ 16, numa compra total no valor de R\$ 9,6 milhões. O contrato vale por 90 dias.

Aliás, também foi sem licitação que a Sesab adquiriu da BE Life Indústria Comércio e Exportação de Materiais Hospitalares o total de 1,3 milhão de unidades de avental de uso hospitalar de procedimento clínico, para atender a demanda. Nesse caso, o custo total gira em torno de R\$ 9 milhões e cada unidade sairá por R\$ 6,99.

## Leitos em Ilhéus

O Hospital de Ilhéus, no Sul da Bahia, também foi contratado pela Sesab, com

dispensa de licitação, para fornecer leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e leitos clínicos para o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O contrato é de 180 dias e o valor total ultrapassa os R\$ 4,7 milhões – o que dá R\$ 792 mil por mês. Até então, Ilhéus e sua vizinha Itabuna possuem 114 destinados a receber pacientes da Covid-19, mas eles não estão dando conta da demanda. Há a previsão de que um hospital de campanha seja montado na região. O contrato não informa quantos leitos serão fornecidos pelo Hospital de Ilhéus, mas o número de casos de coronavírus tem crescido muito na região.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

MÁRCIO WALTER  
MACHADO\*

Novos respiradores para leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) devem chegar à Bahia até a próxima semana importados da Turquia e outros países. O anúncio foi feito no início da tarde de ontem pelo governador Rui Costa (PT-BA), que também falou sobre a tentativa e encontrar novas alternativas para dispensar a necessidade de ventilação mecânica para pacientes infectados pelo novo coronavírus (Covid-19).

Após o cancelamento da compra de 350 respiradores por conta de quebra de contrato por parte do fornecedor chinês, o governador anunciou que junto ao Consórcio Nordeste (grupo presidido pelo chefe do Executivo baiano que reúne todos os governadores da região Nordeste) está abrindo novos contatos com fornecedores de outros países.

"Nós abrimos novos contatos para tentar garantir que esses respiradores cheguem na próxima semana. Não é fácil, tem propostas absurdas de tudo quanto é preço e condições que não garantem prazo de entrega, que é questão fundamental", disse o governador.

Enquanto os respiradores não chegam, Rui Costa revelou a tentativa de alinhar junto a equipes médicas de outros países protocolos que ajudem a dispensar o uso de respiradores através de outros métodos de tratamento, porque "a cada momento os cientistas descobrem novas coisas sobre o vírus e os protocolos médicos vão se ajustando dentro dos hospitais", explicou.

#### Levantamento

De acordo com nota da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab), o estado possui 3.318 ventiladores pulmonares em uso, sendo 2.681 no Sis-

**COVID-19** Equipamentos foram importados da Turquia e de outros países, segundo anunciou, no início da tarde de ontem, o governador Rui Costa

## NOVOS RESPIRADORES DEVEM CHEGAR À BAHIA ATÉ A PRÓXIMA SEMANA



De acordo com nota da Sesab, o estado possui 3.318 ventiladores pulmonares em uso, sendo 2.681 no SUS

### Compra de 350 respiradores foi cancelada por quebra de contrato pelo fornecedor

tema Único de Saúde (SUS). Este número engloba UTIs adulta, pediátrica e neonatal, além de serviços móveis de urgência do tipo avançado.

#### Outros leitos

O órgão ainda informou que no que se refere ao total de leitos de UTI, incluindo públicos e privados, excluindo

os exclusivos de Covid-19, a Bahia possui 3.044.

A Sesab também esclareceu que, embora não comente negociações em curso, os contratos rescindidos terão seus valores devolvidos de modo integral.

Será realizada uma operação cambial da moeda chinesa yuan renminbi para

dólar e depois para o real e que todas as operações recentes efetuadas para a aquisição de ventiladores pulmonares destinavam-se ao enfrentamento à Covid-19.

Já o secretário municipal da Saúde, Léo Prates, informou que a SMS conseguiu respiradores mecânicos com

diversos fornecedores e que há equipamentos na Central de Logística da Prefeitura, além de parcerias com entes privados para a cessão de mais equipamentos.

"O problema com respiradores não é exclusivo da Bahia, no entanto, isso nos preocupa porque contamos muito com esses leitos do estado para toda a nossa expansão. Mas a prefeitura também vem fazendo sua parte e o município fará todo o esforço para que ninguém fique sem ter o direito de lutar pela vida. Até a próxima semana, nós teremos 136 novos leitos com respiração", garantiu Prates.

#### Curso

Para ajudar a compensar a falta de novos respiradores nos hospitais da Bahia, o Senai Cimatec iniciou uma ação para a manutenção de equipamentos que estiverem fora de uso, avariados ou descalibrados. De acordo com a instituição, já foram recuperados 89 aparelhos vindos de diversos municípios baianos.

Conforme o Senai Cimatec, a iniciativa conta com a colaboração de empresas privadas, ministérios da Saúde (MS), Economia (ME) e Defesa (MD), além da ajuda de voluntários da área de engenharia clínica, e, por causa da grande demanda, a instituição anunciou a abertura, ontem, de curso online para capacitação em manutenção de respiradores mecânicos no seu canal no YouTube (senaicimatecoficial).

Voltado para o público da América Latina, o curso, de cerca de duas horas, contou com tradução em espanhol e foi assistido por quase 700 pessoas. Os próximos ocorrerão nos dias 11/5 (para internautas de países africanos de língua portuguesa) e 12/5 (em inglês).

\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MIRENE OLIVEIRA

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/05/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 11 de Maio de 2020 - 10:00

## ***Rui Costa lamenta dificuldade para conseguir respiradores: 'Virou uma gincana'***

por **Ulisses Gama**

A Bahia vem tendo dificuldades para conseguir novos respiradores para aumentar o número de leitos de UTI no tratamento do coronavírus. Na semana passada, o estado cancelou a compra de um fornecedor da China que atrasou por duas vezes a entrega dos aparelhos. Em abril, uma carga de 600 respiradores ficou retida nos Estados Unidos.

Nesta segunda-feira (11), o governador Rui Costa lamentou a dificuldade para aquisições e culpou as empresas comerciais que atuam como investidores, aproveitando-se do aumento da demanda.

"Virou uma gincana. A humanidade aproveita a oportunidade para ganhar dinheiro. O que a gente percebe é que as tradings, os atravessadores, compram tudo no mundo. Se eles souberem que o preço do cacau vai subir, eles compram tudo. Quando fomos verificar há meses atrás, além deles terem comprado o estoque, compraram a produção dos meses seguintes. Quando a gente procura os fornecedores, eles nos dizem que só vai ter no ano que vem. Virou o elemento mais difícil de adquirir. É o equipamento mais valioso", disse, em entrevista à rádios do interior.

Até o último domingo (10), a Sesab registrou 5.558 casos confirmados do novo coronavírus, com 202 mortes confirmadas. Na Bahia, dos 888 leitos disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivos para Covid-19, 444 possuem pacientes internados, o que representa uma taxa de ocupação de 50%.

# ATARDE

O jornal de toda Bahia

**COVID-19** Estado assina amanhã convênio com a empresa Biogeoenergy

## BAHIA TERÁ PRIMEIRA FÁBRICA PARA PRODUZIR RESPIRADORES

RAPHAEL CRUZ

O governo do estado assinará um convênio com a empresa Biogeoenergy, do Grupo Geoterra, amanhã, às 9h, para a fabricação de aparelhos respiradores no combate à pandemia da Covid-19 (novo coronavírus) na Bahia. A iniciativa pretende otimizar a produção dos equipamentos, uma vez que as compras de respiradores da China não foram concluídas – a primeira ficou retida nos Estados Unidos e a segunda, cancelada pelo governo baiano.

A implantação da linha de montagem da nova empresa em Camaçari, na região metropolitana de Salvador (RMS), terá o apoio técnico do Senai Cimatec (instituição referência em educação, pesquisa e inovação), que ofereceu condições especiais, como a divisão em 50% dos custos de condomínio e de aluguel da área.

A chegada da empresa é comemorada pelo vice-governador do estado e secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, João Leão (PP). "Estamos vivendo um período muito difícil. A Bahia se sente privilegiada de uma fábrica dessa natureza se instalar por aqui. Vai atender ao mercado baiano, à região Nordeste, aos estados brasileiros e até mesmo à América do Sul".

João Leão revelou que tem recebido diversas ligações de prefeitos de municípios baianos solicitando o respirador, mas, como o equipamento está em falta no mercado, não tem como atender



A implantação da fábrica, em Camaçari, tem o apoio técnico do Senai Cimatec

à demanda.

### Trabalho

De acordo com o sócio-fundador da Biogeoenergy, Paulo Tarso, a chegada da empresa vai criar oportunidades de trabalho, especialmente neste momento crítico e de incertezas. "Devem ser gerados aproximadamente 180 vagas de emprego. O melhor é que toda a Bahia e o Consórcio Nordeste vão poder comprar os equipamentos fabricados na própria região, sem atrasos de entrega", assegura. Ainda segundo Paulo Tarso, o preço de cada respirador deve ser muito inferior ao praticado na China, cujo valor pode chegar a R\$ 200 mil.

**Biogeoenergy iniciará a fabricação dos respiradores no começo do mês de junho**

**O preço de cada respirador deve ser inferior ao praticado pela China, de até R\$ 200 mil**

A CEO da empresa Hempicare, Cristiana Prestes Taddeo, responsável pela distribuição e venda dos aparelhos da Biogeoenergy, diz que o principal objetivo é salvar vidas. "Quando percebemos que os respiradores importados, que são quase três vezes mais caros que os nossos, tinham longa espera para a entrega, resolvemos investir aqui, gerar empregos e salvar pessoas", ressaltou.

Cristiana revela que a demanda está alta e há reservas dos equipamentos em diversas cidades e estados do país, como Ceará, Amazonas, Rio de Janeiro, entre outros.

Nos últimos dias, respiradores provenientes da China chegaram ao estado do Pará, mas apresentaram defeito e estão sem uso. Segundo Cristiana, uma das vantagens de o equipamento ser fabricado aqui na Bahia é a facilidade de uma assistência técnica para possíveis consertos, caso seja necessário.

### Investimento

A Biogeoenergy, que tem previsão de investimento em torno de R\$ 60 milhões, iniciará a fabricação dos respiradores no começo do mês de junho, no Cimatec Park, em uma área total de mil metros quadrados. A tecnologia aplicada será 100% nacional. Ou seja, dos circuitos eletrônicos até a caixa de metal do aparelho são peças produzidas no Brasil. A expectativa é produzir até 100 respiradores por dia.

## E-commerce prevê aumento superior a 100% no Dia das Mães

### DA REDAÇÃO

Se o e-commerce já cresce em ritmo acelerado sem datas comerciais, em maio o Dia das Mães deve fornecer uma ajuda "extra" ao varejo digital. De acordo com o Compre&Confie, as compras online devem atingir faturamento de R\$ 5,9 bilhões, aumento de 123% em relação ao mesmo período do ano passado.

"A projeção para o Dia das Mães realmente é algo surpreendente, que não vejo desde os primórdios do

e-commerce, com percentual de crescimento acima de três dígitos", afirma André Dias, diretor-executivo do Compre&Confie.

A estimativa da companhia considera o período de 25 de abril a 9 de maio e projeta que, nesse intervalo, sejam realizados 15,5 milhões de compras online – número 139% maior do que o registrado no mesmo intervalo de 2019.

Apesar de comprarem em maior quantidade, brasileiros devem gastar menos em cada transação. A compa-

nhia vê queda de 7% no tíquete médio das compras, totalizando R\$ 380,23.

### Isolamento

O isolamento social trouxe impactos significativos para o varejo e, para não perder lucro, muitas companhias aceleraram a transformação digital para passarem a vender pela internet. Ainda de acordo com o Compre&Confie, o varejo digital brasileiro faturou R\$ 9,4 bilhões em abril, aumento de 81% em relação ao mesmo período do ano passado.

## **Peste mundial ameaça desestruturar indústria**

O coronavírus pode até não exterminar com a indústria, caso não seja contido em sua trajetória de expansão, mas deixará estragos talvez determinantes para desestruturar o setor mais importante da economia nacional.

Esta é uma das interpretações possíveis de um estudo realizado com 411 empresas, das quais 143 de pequeno porte, 181, de médio e 87 grandes indústrias. O trabalho, denominado Sondagem Indústria da Construção teve como mostra o mês de março.

O recorde negativo chegou aos 28,8 pontos em uma escala de 0 a 100, na qual a linha divisória de 50 pontos separa o crescimento e a queda do nível de atividade.

O trabalho, desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi repercutido pela Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), como forma de dimensionar o tamanho do estrago.

– É o valor mais baixo da série histórica. Indica recuo de intensidade e disseminação jamais registrados na série mensal – alerta o economista da CNI Marcelo Azevedo.

Já a queda no emprego não foi tão intensa quanto a retração do nível de atividade. O indicador de evolução do número de empregados registrou 39 pontos, 11 pontos abaixo da linha divisória de 50 pontos.

# Sesab vai contratar 400 novos médicos

Hilza Cordeiro

REPORTAGEM

redacao@redabahia.com.br

A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) anunciou uma chamada para a contratação de 400 médicos com experiência em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para atuarem na assistência em unidades de referência para vítimas do novo coronavírus. O objetivo é preparar o estado para um possível pico de contaminações pela doença. Até então, a Bahia confirmou até ontem mais de 5,5 mil casos acumulados de covid-19 e 202 mortos pela doença.

As vagas são para início imediato e voltadas para profissionais de todo o Brasil que queiram trabalhar como dia-

## Profissionais precisam ter experiência e salário pode chegar a até R\$ 19 mil

ristas, plantonistas ou coordenadores de UTIs. Os salários podem chegar a R\$ 19 mil.

A doença já atinge 162 dos 417 municípios baianos e as vagas disponíveis abrangem todo o território baiano, mas a secretaria determinou que as cidades de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Salvador e Teixeira de Freitas, que até o momento são aquelas que têm maior concentração de casos, deverão ter prioridade na destinação dos médicos.

A convocação visa profissionais com expe-

**Os novos profissionais de saúde contratados pelo governo devem atuar nas cidades com maior número de casos de contaminação pelo novo coronavírus**

### SERVIÇO - CONVOCAÇÃO DE MÉDICOS PELA SESAB

Vagas 400

**Especialidades** Medicina intensiva, anestesiologia, cirurgia, pneumologia, clínica médica, cardiologia, nefrologia, infectologia e áreas afins

**Início** A partir de 20 de maio

**Salário** Até R\$ 19 mil

**Inscrição** Pelo site [www.saude.ba.gov.br/medicocovid19](http://www.saude.ba.gov.br/medicocovid19)

riência, sendo especialistas nas áreas de medicina intensiva, anestesiologia, cirurgia, pneumologia, clínica médica, cardiologia, nefrologia, infectologia e áreas afins. As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de maio através de formulário disponível no site da Sesab ([www.saude.ba.gov.br/medicocovid19](http://www.saude.ba.gov.br/medicocovid19)).

As contratações serão feitas a partir das Organizações Sociais ou empresas gestoras das unidades hospitalares. Os interessados poderão enviar currículo e obter mais infor-

mações da chamada por meio do e-mail [medicocovid@saude.ba.gov.br](mailto:medicocovid@saude.ba.gov.br).

### SINDICATO

De acordo com o Conselho Regional de Medicina da Bahia (Cremeb-Ba), o estado a Bahia tem mais de 25 mil médicos registrados. No entanto, nem o conselho e nem o Sindicato dos Médicos da Bahia (Sindimed-Ba) têm informações sobre quantos deles estão diretamente ligados ao enfrentamento da covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus.

Presidente do Sindimed, a médica Ana Rita de Luna disse ao CORREIO que a Sesab nunca respondeu nenhum dos ofícios com solicitação de informações, nem mesmo através de Lei de Acesso à Informação (LAI), quanto aos números exatos de médicos em atuação na Bahia.

O Sindimed havia solicitado na justiça o afastamento e realocação de médicos do grupo de risco que estão na linha de frente do combate à covid-19, mas o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) negou o pedido. A mesma reivindicação foi feita por sindicatos de outros estados brasileiros aos executivos locais.

O governador Rui Costa já criticou a ideia.



SHUTTERSTOCK

## Quantitativo de médicos da Bahia é abaixo da média nacional

Conforme pesquisa feita pelo Cremeb em parceria com o Sindimed, 71,8% dos médicos cadastrados no conselho têm de 25 a 55 anos. Mais de 28% dos profissionais fazem parte da faixa etária de risco para covid-19.

Em um outro levantamento feito há dois anos em parceria do Cremeb com a Universidade de São Paulo (USP), estimou-se que a Bahia tinha 1,35 médico para cada mil habitantes, 38% a menos do que a média nacional (2,18). Conforme o estudo, os médicos especialistas eram 57,5% do total de profissionais, contra 42,5% de generalistas. Entre todos os cadastrados no estado, quase 52% moravam em Salvador. Para os Conselhos de Medicina que participaram da pesquisa na época, os números apresentados confirmaram o equívoco dos governos, revelando a falta de serviços de saúde nas regiões mais distantes e menos desenvolvidas.

**1,35**

**médico para cada 1 mil habitantes tem a Bahia, 35% a menos que a média nacional, que é de 2,18**

**52%**

**dos médicos no estado moravam em Salvador na época da pesquisa**

## Fábrica vai produzir respiradores no Senai Cimatec Park

Uma fábrica para produção de respiradores será instalada na Bahia e deve começar a operar a partir de junho deste ano. Hoje, às 9h, o governo do estado assinará o protocolo de intenções para implantação da unidade com a empresa Biogeoenergy, do Grupo Geoterra, que vai investir cerca de R\$ 60 milhões no projeto e gerar novas 180 vagas de trabalho.

A fábrica, com tecnologia 100% brasileira, vai funcionar no Cimatec Park, em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, em uma área de 1.000m<sup>2</sup>. A expectativa é produzir até 100 respiradores por dia.

O anúncio da produção de respiradores na Bahia acontece em meio a uma crise provocada pela não entrega desses equipamentos ao governo do estado pela China. Nos últimos dias, a tentativa de compra de respiradores no país asiático não foi concluída. Uma primeira remessa ficou retida nos Estados Unidos e uma segunda foi cancelada por falta de cumprimento de prazos do fabricante chinês. O governo do estado, inclusive, estuda as formas de reaver os valores já pagos pelos respiradores extraviados.

**BRASIL**

# Brasil recebe lote com 15 milhões de máscaras da China

**CORONAVÍRUS** O Brasil começou a receber ontem a compra de 15 milhões de máscaras da China, que está sendo entregue em dois voos. O primeiro voo com equipamentos para combate à covid-19, com 7,5 milhões de unidades, pousou no Aeroporto de Guarulhos (SP) pela manhã. A outra metade está prevista para chegar hoje.

Conforme comunicado conjunto, a Americanas doou R\$ 5,7 milhões para o transporte, feito pela Latam Airlines Brasil. O primeiro voo (JJ9518), em Boeing 777, decolou no sábado às 16h de Xangai (horário local), com escala em Amsterdã. O segundo (JJ9516) está previsto para pousar às 8h40 de hoje no mesmo aeroporto.

O Ministério da Infraestrutura é responsável pela operação especial para trazer da China as máscaras compradas pelo Ministério da Saúde, que serão distribuídas aos Estados.

A operação de importação das máscaras provenientes da China começou a ser feita pelo governo brasileiro em abril, ainda com Luiz Henrique Mandetta à frente do Ministério da Saúde. Na época, a pasta anunciou a compra de 240 milhões de máscaras, número que era considerado suficiente para garantir o abastecimento da rede pública hospitalar por 60 dias. Depois, com o avanço da pandemia no Brasil, as máscaras passaram a ser recomendadas também para uso da população em geral. Atualmente, em alguns estados (a Bahia é um deles) a utilização das máscaras já é obrigatória em espaços públicos como medida de prevenção à covid-19.

**15**

**milhões de máscaras foram compradas pelo Brasil da China. Metade chegou ontem a São Paulo e a outra metade é aguardada para hoje**

**5,7**

**milhões de reais foram doados pela Americanas. O transporte é feito pela companhia Latam Brasil**

**Avião chegou da China com 7,5 milhões de máscaras para uso no Brasil**

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 11/05/2020	Página:



## CONGRESSO VOTA EMPRÉSTIMO DE R\$ 343 BI

**REGRA DE OURO** Na primeira sessão remota do Congresso Nacional, marcada para amanhã, está na pauta de deputados e senadores a análise de crédito suplementar ao Executivo, que pede autorização para quitar, por meio de endividamento, despesas correntes de R\$ 343,6 bilhões. Se aprovado, o governo poderá contornar a “regra de ouro”. Esta regra proíbe o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes - como são chamados os gastos da administração pública para manter seus serviços funcionando. A norma só pode

ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica aprovados pelo Congresso por maioria absoluta. As despesas correntes de R\$ 343,6 bilhões, que são obrigatórias, estão previstas no Orçamento deste ano. Das despesas condicionadas, R\$ 213,7 bilhões correspondem a benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que equivalem a 31,5% dos R\$ 677,7 bilhões dos gastos previstos para o RGPS em 2020. Ou seja, sem o PL, o dinheiro já liberado é suficiente para as despesas apenas até agosto.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 11/05/2020	Página:

# Correio\*

---

## PACOTES DE AJUDA ESTÃO EM FASE FINAL

**SETORES AFETADOS** Os pacotes de socorro às distribuidoras de energia elétrica e às companhias aéreas, desenhados por um consórcio de bancos coordenado pelo BNDES que trabalha para apoiar os setores mais afetados pela pandemia de covid-19, deverão chegar a uma definição nesta semana. Os valores do socorro deverão ficar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 13 bilhões, no caso do setor elétrico, e de R\$ 4 bilhões a R\$ 7 bilhões, ao aéreo, disseram fontes que acompanham as negociações. O apoio à fabricante de aviões Embraer corre em

paralelo e não estará nessa primeira ajuda.

Valores e implementação dependerão do "aceite" das companhias. No caso das aéreas, deve ser divulgado um ofício com as condições estabelecidas na próxima semana e a ajuda inclui o mercado de capitais. As empresas apoiadas farão emissões de títulos de dívida, tanto debêntures tradicionais quanto bônus conversíveis em ações. A ideia é que o BNDES e os bancos privados garantam a compra de até 70% dos títulos das ofertas, e o restante fique com investidores privados.

**Correio\*****24h**

8 | Sa

**BRASIL**

GABRIELA BILO/ESTADÃO CONTEÚDO

**GOVERNO** Confrontado por um popular em frente ao Palácio da Alvorada que afirmou "a democracia pede sua renúncia ou impeachment", o presidente da República, Jair Bolsonaro, respondeu que fica no comando do país até 1º de janeiro de 2027. Para seguir no cargo até esta data, Bolsonaro precisa vencer as eleições a presidente de 2022 e cumprir um segundo mandato.

"Vou sair em 1º de janeiro de 27", disse Bolsonaro ao popular. Ao contrário da larga maioria das pessoas que aguardam diariamente o presidente em frente ao Alvorada, o homem não era um apoiador de Bolsonaro. Ao falar sobre renúncia e impeachment do presidente, ele foi vaiado por defensores do presidente.

Mais de 30 pedidos de impeachment contra Bolsonaro foram apresentados ao Legislativo em cerca de 16 meses. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou que não é o momento de colocar o tema em pauta.

O presidente também minimizou, ontem, gastos com cartões corporativos da Presidência. Para apoiadores, mesmo sem ser questionado, ele disse que as despesas subiram porque teve de enviar aviões à China para repatriação de brasileiros que estavam isolados em Wuhan, em razão do surto da covid-19. "Teve quatro aviões para China para buscar gente lá. Daí gastou mesmo", disse.

O jornal O Estado de S. Paulo mostrou que gastos com cartão corporativo da Presidência da República, usado para bancar despesas



Presidente da República também minimizou, ontem, gastos com cartões corporativos da Presidência

## Bolsonaro diz que fica no governo até janeiro de 2027

**Presidente afirmou que ouviu ministro Paulo Guedes e vai sancionar ajuda a estados e municípios hoje**

sigilosas do presidente Jair Bolsonaro, dobraram nos quatro primeiros meses de 2020, na comparação com a média dos últimos cinco anos. A fatura no período foi de R\$ 3,76 milhões, valor que é lançado mensalmente no Portal da Transparência do governo, mas cujo detalhamento é trancado a sete chaves pelo Palácio do Planalto.

As declarações foram feitas no fim da tarde de ontem, quando Bolsonaro parou em frente à residência oficial para conversar com apoiadores. Ele retornava de

uma cerimônia de "chá revelação" na casa de deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), seu filho, que será pai de uma menina.

O presidente também sinalizou ontem que vetará dispositivo que abre a possibilidade de reajuste para servidores públicos, prevista na lei de socorro aos estados e municípios. "Amanhã (hoje) a gente sanciona o projeto, com vetos. Está resolvida a parte... tem tudo para dar certo, apesar dos fechamentos por aí", disse o presidente a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09 e 10/05/2020	Página:

# Correio\*

## Região Metropolitana de Salvador tem a primeira deflação do ano

**CUSTO DE VIDA** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, ficou em -0,16% na Região Metropolitana de Salvador. Teve desaceleração importante em relação à taxa de março (0,17%) e ficou bem abaixo da inflação de abril de 2019 (0,83%). Foi a primeira deflação do ano de 2020 na RMS, e o menor IPCA para

**O aumento do grupo alimentação e bebidas na RMS foi o terceiro maior do país**

um mês de abril desde 2017, quando o índice havia ficado em -0,22%. Os dados são do IBGE.

Ainda assim, a inflação de abril na RMS ficou acima da registrada no país como um todo (-0,31%). O índice nacional foi o menor, considerando todos os meses do ano, desde agosto de 1998 (quando havia ficado em -0,51%).

Os alimentos consumidos no próprio domicílio (2,61%) tiveram novamente forte influência nessa alta. Liderados pela batata-inglesa (52,86%), cebola (36,28%) e cenoura (42,76%). Os três produtos foram os que mais aumentaram dentre as centenas de itens investigados mensalmente para formar o IPCA da Região Metropolitana de Salvador

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09 e 10/05/2020	Página:

# Correio\*

MIRIAM LEITÃO

 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)



OS DÉBITOS DAS IGREJAS  
SÃO ANTIGOS, ALIÁS, NADA  
A VER COM A PANDEMIA

## A pequena chance da cartilha Guedes

Quando distribui cargos ao centrão, o presidente está voltando ao seu leito natural. Ele foi de nove partidos, todos fisiológicos, antes de chegar à Presidência com o discurso de combate à corrupção. Nenhuma surpresa que ele agora esteja com seu balcão de negócios ativo. O discurso contra a "velha política" sempre foi para inglês ver. A grande dúvida é quais as concessões que serão pedidas ao Ministério da Economia no projeto de blindagem do mandato de Jair Bolsonaro. Terá Paulo Guedes também o seu ponto "valeixo", ou seja, uma questão que considere inegociável?

O presidente Jair Bolsonaro tem pressionado a Receita Federal para perdoar dívidas tributárias das igrejas evangélicas, chegando inclusive a reunir

em seu gabinete o secretário José Tostes, da Receita, com o deputado David Soares (DEM-SP), filho de R.R. Soares, um dos pastores que sustentam o bolsonarismo, e cobrar uma solução, segundo informou o jornal Estado de S. Paulo. A igreja dos Soares deve RS 144 milhões ao fisco. Na equipe econômica o que se diz é que o perdão de dívidas só pode ser concedido através de lei. Não pode ser um acerto entre amigos, como quer o presidente. Os débitos das igrejas são antigos, aliás, nada a ver com a pandemia.

Guedes pode achar que isso não é intromissão, mas qualquer ministro da Economia preocupado com os cofres públicos acharia. Há muitos outros fios desencapados na economia. Esta semana, o ministro

conseguiu encapar um: os aumentos futuros do funcionalismo.

Ele queria uma redução de jornada e de salário como aconteceu com o setor privado, ainda que em percentual bem menor. Mas não conseguiu. Não teve forçagem para propor o congelamento de salários do funcionalismo federal, então negociou com o senador Davi Alcolumbre para que no projeto de socorro aos estados constasse a suspensão dos reajustes para os servidores estaduais, municipais e, na onda, fosse incluído o funcionalismo federal.

Quando a ideia surgiu no projeto da Câmara, o primeiro telefone que o relator recebeu foi de um ministro militar, o segundo, de um militar ministro. Pedindo para se excluir as Forças

Armadas. Aliás, no dia 5 de maio, o Diário Oficial da União trouxe uma portaria normativa do Ministério da Defesa instituindo a Comissão Permanente de Remuneração dos Militares. Ela terá a prerrogativa de se reunir com o Ministério da Economia para discutir aumentos, vai se reunir sempre antes de se mandar a LDO e o projeto do orçamento. E se propõe, entre outras coisas, a "tornar as carreiras das Forças Armadas competitivas frente a outras alternativas, sejam elas públicas ou privadas" e "prover segurança econômica aos membros da carreira militar, quando do ingresso na inatividade".

A frase "eu sigo a cartilha de Paulo Guedes" dita pelo presidente terá vida curta. Na noite anterior, o presidente estava instruindo o líder do governo a defender a retirada de categorias da proibição de aumento. Depois, prometeu ao ministro que vai vetar o que defendera.

A verdade é que Bolsonaro seguirá a cartilha Bolsonaro, principalmente agora que está às voltas com ameaças concretas ao seu mandato. Dado a delírios persecutórios, o presidente está vendo concretizarem-se os seus temores. Já mostrou que lutará pelo man-

dato entregando todos os anéis que carregou nos dedos da mão que prometia praticar uma nova política. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é um clássico do é dando que se recebe. Já foi entregue aos partidos. Mas a lista do centrão é grande e inclui até diretorias de bancos estatais.

Mesmo que Paulo Guedes ache tudo isso normal, há o passo seguinte. Quem nomeia quer defender as políticas do seu grupo de interesse. Os lobbies costumam ter um endereço: o caixa do Tesouro.

Na melhor das hipóteses, Guedes passará o tempo jogando na defesa para evitar saques aos cofres públicos. É muito difícil nesse ambiente que o Ministério da Economia consiga tocar algum projeto de reformas estruturantes no pós-pandemia.

O que o ministro da Economia deveria fazer agora é demarcar o terreno com os seus "valeixos", pontos inegociáveis, concessões que se forem exigidas ele não aceitará. Não adiantará acusar Rodrigo Maia, ou brigar com Rogério Marinho na reunião ministerial. O risco ao seu projeto virá do próprio presidente, Jair Bolsonaro.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09 e 10/05/2020	Página:

# Correio\*

## **CENTRÃO MIRA ORÇAMENTO DE R\$ 78,1 BILHÕES**

**CARGOS** Ao lotear cargos do governo com nomes indicados pelo Centrão, o presidente Jair Bolsonaro poderá deixar sob controle de políticos desse bloco um orçamento de até R\$ 78,1 bilhões. Nesta semana, afilhados políticos de deputados do Progressistas e do Republicanos já assumiram o comando do Dnocs e da Secretaria de Mobilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional. Antes demonizado pelo próprio Bolsonaro e seus apoiadores, o Centrão sempre foi classificado como fisiológico e inclui siglas como o antigo PP, que teve o maior número de investigados na Operação Lava Jato.

Ainda são esperadas nomeações em postos estratégicos, como no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09 e 10/05/2020	Página:

# Correio\*

## AJUDA DE R\$ 1 MIL PARA PROCURADOR É SUSPENSA

**MATO GROSSO** O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) suspendeu o vale de R\$ 1 mil pago pelo Ministério Público de Mato Grosso a promotores, procuradores e servidores do MP-MT. O vale foi criado pelo procurador-geral de Justiça do estado, José Antônio Borges Pereira, para ajudar promotores e procuradores a cobrir gastos de saúde durante a pandemia do novo coronavírus. A medida, que ainda previa bônus de R\$ 500, beneficiaria 1,1 mil pessoas.

Ao analisar o caso, o conselheiro do CNMP Sebastião Caixeta considerou o bônus "desproporcional" diante do impacto do coronavírus para a economia. O conselho entendeu, ainda, que embora "aparentemente" legal, o vale de R\$ 1 mil deveria ter levado em conta os cenários social e econômico do país.

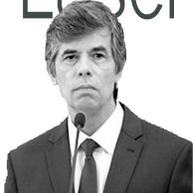
Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

# Raio Laser

Do bem, porém...

Secretários de Saúde da Bahia que tiveram a oportunidade de entrar em contato com o novo ministro da Saúde, Nelson Teich, disseram que se trata de figura aparentemente do bem, preocupada com o sofrimento das vítimas da Covid-19 e de seus familiares, mas completamente alheio à sistemática de funcionamento do sistema único de saúde, que já entrou em colapso em vários Estados do país.



Nelson Teich

## Medidas

O prefeito ACM Neto acompanha hoje o início da operação das medidas de proteção à vida que serão realizadas na Boca do Rio, Plataforma e Nazaré. O democrata estará às 10h na avenida Joana Angélica, em frente à sede da OAB. No mesmo local, o prefeito vai anunciar outras medidas que serão adotadas em uma nova localidade para combater a proliferação da Covid-19. A operação na Boca do Rio, Plataforma e Nazaré deverá começar às 7h no sábado, mas foi adiada para o mesmo horário nesta segunda-feira em consequência das fortes chuvas que atingiram a capital baiana.

## Restrições

Se a chuva passar, a Prefeitura manterá as medidas restritivas para as áreas da Boca do Rio, Joana Angélica e Plataforma nesta segunda-feira, como era o plano para o último sábado, suspenso devido ao mau tempo que se abateu sobre a cidade. Os locais foram definidos com base em critérios técnicos e científicos, exatamente como todas as ações adotadas pela Prefeitura.

## Negativo

O prefeito de Camaçari, Elnaldo Araújo (Democratas), testou negativo para coronavírus e vai retomar sua agenda pública. O resultado do teste saiu no sábado (9), quatro dias após o prefeito decidir fazer o exame devido ao fato de ter contato com o vereador Dilson Magalhães Jr., que testou positivo para Covid-19. Deste então, enquanto aguardava o resultado do teste, Elnaldo decidiu suspender sua agenda pública para evitar qualquer risco de disseminar o vírus, caso estivesse infectado. Durante o período, o prefeito não teve qualquer sintoma, mas preferiu evitar circulação em público e se reuniu com sua equipe por videoconferência, como forma de acompanhar as ações conduzidas pela prefeitura.



Elnaldo Araújo

## Abono

Em sessão extraordinária virtual realizada na tarde de anteontem, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) debateu o Projeto de Lei nº 23.780/2020, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o abono de permanência do funcionalismo estadual civil e militar. Após longa discussão, cristalizou-se um impasse, pois a oposição entende que a matéria retira direitos e alguns parlamentares governistas defendem a negociação de alterações. Por acordo de lideranças, o debate foi transferido para a nova sessão extraordinária hoje, às 16h.

## Projeto

Conforme o Artigo 1º do projeto, fica assegurado o abono de permanência apenas aos servidores públicos civis e aos militares que já o recebiam ou que tenham preenchido os requisitos para usufruto até a data de entrada em vigor da lei em discussão – vedando a concessão desse benefício a partir de agora. O abono permanência é um incentivo para retardar as aposentadorias no serviço público, que isenta do recolhimento previdenciário os funcionários que possuem tempo de serviço e idade para se aposentar ou passar à reserva remunerada (militares), que optarem por continuar em atividade.

## Grupo de risco

Projeto de lei do deputado estadual Jurandy Oliveira (PP) pretende incluir no grupo de risco da Covid-19 as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), durante o período da pandemia na Bahia. Na matéria, o parlamentar argumenta que "a vulnerabilidade emocional também é muito presente e, apesar de inteligentes, eles podem apresentar dificuldades para enfrentar as exigências e interações de uma sociedade comum, optando por isolamento em situações de frustração e stress".

**“Nós temos um plano, mas é um plano condicionado. Os próximos dois meses serão guiados pela ciência.”**

Boris Johnson, premiê britânico, anunciando o plano de flexibilização do lockdown na Inglaterra e mostrando como é que se age no mundo civilizado

## Desonestidade

Curioso como petistas continuam reagindo às alegações de que foi o ex-presidente Lula que criou o “Nós contra Eles”, alegando que se trata de uma mentira. Não entendem que foi, entre outros motivos, exatamente essa desonestidade intelectual que produziu uma figura como o presidente Jair Bolsonaro, o mais autêntico filho do ex-presidente que escolheu Dilma Rousseff para sucedê-lo.



Maria do Socorro

## Delações

A Operação Faraeste, que desmantelou um amplo esquema de vendas de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia, se prepara para entrar numa nova fase e alcançar empresários que negociavam sentenças com desembargadores e investigadores. Segundo a revista Época, duas desembargadoras estão negociando delações premiadas, esmiuçando ligações perigosas, com concessionários de serviços públicos, infraestrutura e transportes. No curso da operação, os investigadores já haviam encontrado evidências de venda de sentenças para grandes empresários, balanços, geralmente envolvendo questões fundiárias. Desde então, diversas denúncias começaram a chegar na sede da PGR e da PF na Bahia, já a partir de dezembro de 2019. Há pelo menos três desembargadoras alvos da Operação: Maria do Socorro, Sandra Inês e Maria Osório.

## Luto

Foi sepultado ontem, em Feira de Santana, o ex-vereador e ex-secretário municipal Adesli Guimarães. O advogado, que faleceu em um hospital em Salvador, lutava contra um câncer. O prefeito da cidade, Colbert Martins Filho (MDB), decretou luto oficial de três dias no município. “Por tudo o que fez pela nossa cidade, por quanto era querido e respeitado pela população, é uma simples homenagem que a Prefeitura pode lhe render neste momento. Todo o Governo se solidariza com a família e amigos deste importante homem público”, disse o gestor.

## Sem surpresa

Ex-líder do DEM na Câmara, o deputado federal Elmar Nascimento não se surpreendeu com as polêmicas que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) produz no país, as quais vão desde brigar o tempo todo com quase todo mundo e demitir ministros que desempenham bem suas funções até demonstrar grande insensibilidade com a perspectiva do aumento das mortes no país pela Covid-19, que bateu a casa dos 10 mil óbitos neste sábado.



Elmar Nascimento

## Em dezembro

“Ninguém votou desconhecendo o que Bolsonaro era e pensava”, afirma Elmar, observando que o presidente pode ser acusado de tudo, menos de ter praticado um esbaleto eleitoral. Elmar concorda com a previsão de que as eleições municipais devem ser adiadas para dezembro e prevê a eleição do candidato do prefeito ACM Neto (DEM) ao Palácio Thome de Souza em primeiro turno como algo absolutamente natural.

## Pesar

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, lamentou ontem a morte do médico Ramon Barbosa, vítima de coronavírus. Ele trabalhava no Hospital Prado Valadares, em Jequié. “É com grande pesar que recebi a notícia do falecimento do colega Ramon Barbosa, de 43 anos, que trabalhava na linha de frente da sala de emergência do Hospital Prado Valadares, em Jequié, vítima da Covid-19. Seu sacrifício não será esquecido”, disse o gestor.



Ramon Barbosa

## Bloqueio

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará bloqueou os bens dos sócios da empresa que vendeu respiradores com defeito para o governo do Pará. “Acabamos de conseguir uma decisão judicial bloqueando os bens dos sócios que venderam os respiradores para o nosso Estado, além da retenção dos passaportes para que eles não possam sair do Brasil”, informou o governador Helder Barbalho no Twitter. Dos 400 respiradores pagos, 152 equipamentos foram entregues, mas não puderam ser usados por apresentarem falhas.

## Contratações I

Os médicos de todo o Brasil interessados em atuar nas UTIs das unidades de referência e retaguarda para o coronavírus (Covid-19) em território baiano, devem se inscrever até 31 de maio, por meio do site da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ([www.saude.ba.gov.br/medicocovid19](http://www.saude.ba.gov.br/medicocovid19)). São 400 vagas distribuídas entre diárias, plantonistas e coordenação, com início imediato. A seleção visa médicos com experiência, sendo especialistas nas áreas de medicina intensiva, anestesiologia, cirurgia, pneumologia, clínica médica, cardiologia, nefrologia, infectologia e áreas afins. As vagas abrangem todo o território do estado da Bahia.

## Contratações II

A deputada Jusmiri Oliveira (PSD) pediu que o governo do Estado contrate os 29 novos médicos formados pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) para ajudar no combate ao coronavírus. Os estudantes tiveram sua colação de grau antecipada devido às ações contra a pandemia. “O nosso governador tem lutado pelo Revalida para médicos formados no estrangeiro, o que entendemos ser uma luta justa, mas também defendemos a contratação, se possível de forma imediata, dos médicos formados pela Ufob, uma vez que o momento exige um esforço redobrado de todos”, argumentou a parlamentar em projeto de indicação.

## Vacina

A corrida para o desenvolvimento de uma vacina contra o coronavírus tem se intensificado. Já são mais de cem candidatas sendo testadas em vários países, de acordo com o último balanço da Organização Mundial de Saúde (OMS). E oito delas entraram na etapa de ensaios clínicos - que envolvem humanos. Tradicionalmente, vacinas levam em média dez anos para serem produzidas. Mas o desenvolvimento de novas tecnologias acelerou o processo, e a expectativa atual é que se tenha um produto no ano que vem.

## Mortes

O Brasil registrou 496 óbitos nas últimas 24 horas e acumula 11.123 vítimas fatais pela covid-19, segundo balanço divulgado ontem pelo Ministério da Saúde. No mesmo intervalo, o País somou 6.760 novos casos da doença, chegando à soma de 162.699 infectados durante a pandemia.

# VICTOR PINTO

## Quem manda em minha boca sou eu...

**A**s quantas não larguei essa frase durante minha infância? Quem cala boca já morreu, quem manda em minha boca sou eu. Sim! E é isso por página. Quem a Constituição só sua? Nos seus modos? Na sua interpretação?

em entrevistas, numa analogia, como sua bíblia. De fato deveria ser não só do todo e qualquer presidente, mas da população. E ele a rasgar página espaldado pela população, é uma simples homenagem que a Prefeitura pode lhe render neste momento. Todo o Governo se solidariza com a família e amigos deste importante homem público”, disse o gestor.



no Twitter que Bolsonaro precisa demitir os 11 ministros do STF, senão cai. ORA, ORA, ORA! Vai rasgar a bíblia/CF, Bolsonaro? Vamos lá, vamos refrescar a memória: o artigo 5º nos diz que somos todos iguais perante a lei e lá no inciso IV fala ser “livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; ou lá no inciso IX que nos mostra ser “livre a expressão da atividade, a expressão e a informação, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

E o mais claro e lúcido, artigo 220 também da Constituição: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

Já escrevi outras vezes como todos nós jornalistas somos atacados, principalmente os especializados na cobertura política, mas nunca tanto como agora. E torno a repetir como já assim o fiz, citando Chico Buarque: “E a gente vai levando de teimoso e de pirraça”.

\* Victor Pinto é jornalista formado pela Ufba, especialista em gestão de empresas em radiodifusão e estudante de Direito da Ucsal. Atua na cobertura política em sites e rádios de Salvador. Twitter: @victordojornal

Não há como não se lembrar de George Orwell em seu livro Revolução dos Bichos (1945). Os animais, todos juntos, tomam a fazenda com sete leis que os embasavam na revolução. Com a tomada de Napoleão (o porco) ao poder, as normas basilares eram mudadas ao seu prazer até que todos os demais, mergulhados pelas novas imposições, esqueciam a essencial do movimento. Tornaram a ser escravos e trabalhar mais do que trabalhavam para os humanos. Creio que é isso que ele quer fazer. Não há outra explicação plausível...  
Seu principal novo apolador e articulador é o Centrão - quem diria que Bolsonaro iria negociar a luz do dia com o Centrão e fazer uso do toma lá dá cá que tanto pregou contra na campanha. Roberto Jefferson, do PTB - Getúlio Vargas deve se revirar no túmulo -, afirmou

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

# Em meio à pandemia, país tem deflação de 0,31%

DARLAN ALVARENGA E DANIEL SILVEIRA, G1

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), considerando a inflação oficial do país, caiu 0,31% em abril, em meio a queda dos preços dos combustíveis e tobo da atividade econômica, segundo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado é a menor variação mensal desde agosto de 1998, quando chegou a -0,51%. Trata-se também da primeira deflação registrada no país desde setembro do ano passado, quando o IPCA ficou em -0,04%.

No ano, o IPCA acumulou a alta de 0,22% e, nos últimos doze meses, de 2,40%, bem abaixo dos 3,30% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Veja abaixo a evolução da inflação nos últimos meses:

A queda dos preços em abril foi maior do que a esperada pelo mercado. Pesquisa da Reuters apontou que a expectativa de analistas era de recuo de 0,20% em abril, acumulando em 12 meses avanço de 2,49%. O centro da meta de inflação do governo para este ano é de 4%.

## O QUE EXPLICA A DEFLAÇÃO

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 6 tiveram deflação em abril, refletindo a baixa demanda e a fraqueza da economia neste momento pandêmico, com os brasileiros consumindo menos quer seja por queda da renda ou por medo de recessão.

Segundo o IBGE, o resultado do IPCA foi influenciado principalmente pela queda de 9,59% no preço dos combustíveis. A gasolina



## INFLAÇÃO

O resultado é a menor variação mensal desde agosto de 1998, quando chegou a -0,51%

na recuo 9,31% em abril e representou o maior impacto individual sobre o índice geral (-0,47 ponto percentual). Etanol (-13,51%), óleo diesel (-6,09%) e gás veicular (-0,79%) também apresentaram deflações em abril.

"O resultado de abril foi muito influenciado pela série de reduções nos preços dos combustíveis, principalmente da gasolina, que caiu bastante e puxou o índice para baixo", explica o geren-

te da pesquisa, Pedro Kislakov. No período de coleta, houve dois anúncios de diminuição no preço da gasolina nas refinarias: no dia 28 de março, de 8%, e no dia 20 de abril, de 8%.

Os preços internacionais do petróleo desabaram em abril em meio a queda da demanda e tobo da atividade econômica no mundo todo com as paralisações e medida de isolamento adotadas para tentar conter o avanço da Covid-19.

O pesquisador do IBGE destacou que, além da pressão da cotação internacional do petróleo, a queda dos preços dos combustíveis sofreu impacto da queda da demanda interna, "por causa do menor número de carros circulando".

Outras quedas significativas em abril foram verificadas nos preços de eletrodomésticos e equipamentos (-3,58%), nos itens de mobiliário (-2,92%) e na energia elétrica (-0,76%).

## Preços dos alimentos seguem aumentando

Apesar da deflação em abril, os preços do grupo alimentício e bebidas (1,79%) continuaram a subir e a taxa de alta acelerou em relação ao resultado do mês anterior (1,13%). Alimentação no domicílio passou de 1,40% em março para 2,24% em abril, com destaque para as altas da cebola (34,83%), da batata-inglesa (22,81%), do

feijão-carrioca (17,29%) e do leite longa vida (9,59%). Já as carnes (-2,01%) apresentaram queda pelo quarto mês consecutivo.

"Há uma relação da restrição de oferta, natural nos primeiros meses do ano, e do aumento da demanda provocado pela pandemia de Covid-19, com as pessoas indo mais ao mercado, co-

zinhando mais em casa", explicou Kislakov.

A alimentação fora do domicílio, por sua vez, passou de 0,51% em março para 0,76% em abril, influenciada pela alta do lanche (3,07%). Já a refeição fora de casa registrou deflação (-0,13%) pelo segundo mês consecutivo. Em março, a queda tinha sido de 0,10%.

## RESULTADO Produção de veículos no país despensa 99% em abril

SIMONE KAFRUNI, CORREIO BRASILIENSE

A produção da indústria automobilística, em abril, despencou ao menor nível da série histórica, iniciada em 1957. Resultado da paralisação de quase todas as fábricas ao longo do mês. De acordo com os números divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), apenas 1.847 veículos foram produzidos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, um tobo de 99% sobre o mês anterior e de 99,4% sobre abril do ano passado. Além disso, foram produzidas 1.752 máquinas agrícolas, 59% a menos do que em março.

As vendas ao mercado interno e as exportações também despencaram. Os licenciamentos de veículos, de 55,7 mil unidades, foram 76% menores do que em abril de 2019, pior resultado em 20 anos. O segmento de caminhões recuou 53,5% no mesmo período, e o de máquinas caiu 23,9%. As exportações tiveram queda de 79,3% para veículos, pior volume desde janeiro de 1997, e de 62,1% para máquinas, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os estoques, de 237 mil unidades, são suficientes para quatro meses de vendas, no ritmo lento atual.

O único indicador positivo é o nível de empregos diretos na indústria, que se mantém num patamar acima dos 125 mil na soma das 26 associadas da

Anfavea. Porém, segundo o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, apesar do empenho da indústria automobilística, não é possível garantir os postos de trabalho. "É característica do setor segurar o emprego o máximo possível. Usamos todas as ferramentas possíveis, lay off, banco de horas, férias coletivas. Mas é difícil falar se essas ferramentas serão suficientes para segurar o emprego. Depende da retomada do mercado", afirmou.

Para o executivo, quanto mais coordenada fora a retomada, mais chances a indústria terá de voltar a um patamar aceitável. "Temos alguma chance de continuar usando essas ferramentas. Se a crise continuar, diminui essa chance. A responsabilidade é ainda maior. Quando a gente fala de apoio a recuperação do setor, a exemplo do que a Alemanha está fazendo, trata-se de estímulo ao consumidor para retomar o volume mais rápido possível", observou.

Segundo Moraes, a indústria está utilizando todas as medidas provisórias editadas pelo governo. "Dependendo da crise, vamos ter que estabelecer a aplicação das MPs. Tem um custo, mas se não houver gestão, o gasto será maior com seguro-desemprego", ponderou. O presidente da Anfavea disse ainda que é preciso proteger a saúde dos funcionários e, ao mesmo tempo, encontrar meios para que o Brasil não entre numa recessão tão grave que possa levar o país a um colapso.

## Mais de 46 milhões já usaram o auxílio emergencial do governo

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

A Caixa Econômica Federal (CEF) informou que mais de 46 milhões de brasileiros já fizeram uso do auxílio emergencial durante a pandemia do novo coronavírus. E cerca de 93% dos 50,5 milhões de brasileiros já receberam a primeira parcela dos R\$ 600. Cidadãos

93% das pessoas que receberam o crédito do auxílio emergencial já estão movimentando seus recursos, ou através do saque do Cartão Cidadão ou Bolsa Família, ou através das contas da Caixa ou das contas de outros bancos, ou atra-

vés da poupança digital da Caixa", informou o vice-presidente Rede de Varejo, Paulo Henrique Angelo.

Em live realizada no canal da Caixa no YouTube neste sábado, Angelo lembrou que o auxílio emergencial já foi pago a 50,5 milhões de brasileiros. Desse, 19,2 milhões são beneficiários da Bolsa Família e puderam sacar os R\$ 600 pelo Cartão Cidadão; 10,8 milhões são do CadÚnico e receberam o auxílio emergencial através das próprias contas bancárias; assim como os outros 20,5 milhões de beneficiários, que pediram o auxílio no aplicativo e no site da Caixa.

## Preço de gás a distribuidoras cai 36% em maio ante dezembro, diz Petrobras

AGÊNCIA ESTADO

A Petrobras informou que os preços de venda do gás, que incluem as parcelas de molécula e transporte, para as distribuidoras nos novos contratos iniciados em janeiro tiveram uma redução média de 36% em US\$/MMBTu em maio, na comparação com dezembro de 2019, considerando a cotação do dólar na data do último reajuste do contrato, que foi 30 de abril passado.

Em nota ao mercado, a Petrobras explica que essa queda decorre principalmente das mudanças negocia-

das com as distribuidoras para os novos contratos de venda, onde o preço da molécula de gás está atrelado à variação do preço do petróleo no mercado internacional e é revisado a cada três meses. "Consequentemente, a queda do preço de petróleo nos últimos meses possibilitou a redução do gás", destaca.

Ainda a companhia diz que se medidos em R\$/m³, os preços nos novos contratos em 2020 acumulam uma redução média de 15%, apesar da depreciação do real.

Por fim, a estatal realce que o preço da molécula de gás e o custo do transporte não são os uni-

cos fatores determinantes do preço do gás natural ao consumidor final, pois há as margens das distribuidoras e a incorporação dos tributos federais e estaduais. Também a nota informa que o processo de aprovação das tarifas é realizado por cada agência reguladora estadual, conforme legislação e regulação específicas.

E completa afirmando estar comprometida com o processo de abertura do mercado de gás natural e que tem atuado para acelerar as etapas deste processo, "na busca pelo desenvolvimento de um mercado aberto, competitivo e sustentável".

## Ministério do Turismo anuncia auxílio de R\$ 5 bilhões para o setor

INGRID SOARES, CORREIO BRASILIENSE

O ministro Marcelo Álvaro Antônio anunciou na sexta-feira (8), no Dia Nacional do Turismo, a MP 963 que prevê um crédito de R\$ 5 bilhões para o setor. A ajuda é de livre utilização da empresa e poderá ser utilizada como capital de giro, aquisição de equipamentos e reformas, por exemplo. Segundo o ministro, 80% dos recursos serão destinados para pequenas, micro e média empresas de turismo. Os outros 20% serão destinados a grandes empreendimentos.

A medida foi editada pelo presidente Jair Bolsonaro. A matéria foi publicada na edição desta sexta-feira (8) do Diário Oficial da União. De acordo com a MP 963/2020, o crédito extraordinário deve ser aplicado no financiamento da infraestrutura turística nacional.

Outra medida provisória editada em abril (MP 948/2020) dá mais tempo para que empresas de turismo e cultura reembolsom os clientes por eventos e pacotes cancelados por conta do coronavírus. O ministro disse ainda que será lançado um selo de biossegurança para o turista, com o objetivo de que os mesmos possam entender que determinada localidade segue cuidados de higiene e prevenção contra o covid-19. "Esse símbolo vai servir para fazer um reconhecimento, dando mais segurança. Já está finalizado e mais detalhes do selo serão anunciados na semana que vem", apontou.

## Startup faz exames com coleta domiciliar

JULIANA MUNARO

A recomendação da Organização Mundial da Saúde é fazer teste em toda a população para identificar quem foi infectado pelo novo coronavírus. Seria uma solução para melhorar o combate à doença. Mas como o governo não tem kits suficientes para testar opções particulares. Uma delas é uma startup de testes de laboratório que entrou nessa luta. Toda startup nasce para resolver uma dor. A do Gustavo Janaudis surgiu para resolver o problema da pandemia de coronavírus. Ele é farmacêutico e bioquímico na área de diagnóstico há 20 anos. "A dor que nós escolhemos foi justamente essa limitação que as pessoas têm pra ter acesso facilitado ao diagnóstico", afirma.

## Pandemia aprofundará desigualdades na América Latina

FRANCE PRESSE

A pandemia do novo coronavírus terá repercussões devastadoras no mercado de trabalho e aprofundará as desigualdades na América Latina, segundo um estudo publicado realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) juntamente com a Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Os efeitos foram devastadores, estão estreitamente vinculados com a composição dos mercados de trabalho da região e terão consequências significativas na desigualdade econômica", na região, destacou o documento.

A pesquisa, feita em 17 países entre 27 de março e 30 de abril, com a participação de 200 mil pessoas, revelou que cerca de 45% dos participantes afirmaram que um dos membros de seu lar perdeu o emprego durante a pandemia.

Entre os lares consultados nos quais um membro tinha um empreendi-

mento, 57% reportaram o fechamento de sua pequena empresa.

"As taxas de perda de empregos e fechamentos de empresas são particularmente devastadoras para os pobres, o que aprofundará a desigualdade", disseram os especialistas.

A consulta mostrou que os lares com menor renda antes da pandemia - ou seja, com renda familiar abaixo do salário mínimo nacional - registraram taxas mais elevadas de perda de emprego, mais de 40 pontos percentuais acima dos lares com renda mais alta.

O estudo destacou que uma das causas poderia ser que "trabalhar de casa é um luxo que muitos lares com rendas mais baixas não podem se permitir".

A pesquisa do BID também indicou que há diferenças consideráveis na gravidade destes efeitos no mercado de trabalho entre os países, que poderiam exacerbar a desigualdade entre os mesmos".

Uma hipótese para

explicar esta tendência é a diferença na informalidade nos diferentes países, já que as taxas de perda de empregos e fechamentos de empresas são particularmente devastadoras para os pobres, o que aprofundará a desigualdade", disseram os especialistas.

Em países como Colômbia, Peru e Equador, onde há mais trabalhadores informais, há mais perdas de empregos.

Segundo a pesquisa, 30% dos entrevistados informaram que seus rendimentos familiares foram inferiores ao salário mínimo. Em abril, 50% esperavam que sua renda familiar estivesse abaixo deste limite.

Queda nas remessas "A pandemia do coronavírus também tem efeitos desproporcionais na segurança alimentar dos lares com renda mais baixa", indicou o estudo, destacando que os lares com menores recursos têm mais probabilidades de "sofrer fome" e seguir uma dieta menos saudável.

O estudo também mostrou que para enfrentar a crise muitos lares recorrem a transferências familiares.

# VLT monorail aguarda pelas licenças ambientais

A construção do novo modal, que terá 24 km de extensão e tem conclusão prevista para 2022, foi afetada pela pandemia do novo coronavírus

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

As dificuldades operacionais ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus, que tem afetado todo o mundo, obviamente atingiram a Bahia, que está com suas principais obras estruturantes em compasso de espera. Entre os projetos mais marcantes, pela novidade tecnológica, é o do VLT-Monorail, que ligará Salvador ao Subúrbio Ferroviário.

O modal que terá 24 km de extensão e 25 estações, com previsão de inauguração em 2022, teve o seu principal problema detectado antes do lançamento do projeto pelo Governo do Estado em dezembro passado. Não tinha como ainda não tema as

licenças ambientais da Prefeitura de Salvador e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

AVANÇO

A Tribuna da Bahia procurou o responsável pela Metrogreen Skyrail Concessionária da Bahia S.A. Alexandre Barbosa. Porém, ele não quis se pronunciar. Através da assessoria de comunicação, a empresa responsável pelo modal informou "que está pronta para iniciar a mobilização para as obras do VLT do Subúrbio mas aguarda a autorização da Prefeitura de Salvador para "Obra Especial em Logradouro Público" (alvará).

A Metrogreen Skyrail Concessionária da Bahia S.A disse ainda que "tem expectativa de que o documento seja concedido ainda neste mês de maio".



TRENS

Equipamentos que virão da China já começaram a ser fabricados

A nota da Ascom diz, ainda, que "por conta da pandemia do coronavírus, os funcionários da Concessionária estão trabalhando em esquema de home office. E que na China, a fabricação dos trens já foi ini-

Por sua vez, a superintendente de Mobilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), Grace Gomes, sinalizou em nota via WhatsApp que "devido à situação de pandemia, o Governo do Estado ainda não obteve os alvarás necessários para continuidade do projeto". E acrescenta: "Também não há recomendação para o início de obras, no momento". A população tem esperanças de que essas e outras obras não sofram de "solução de continuidade".

A população, ouvida pela reportagem, comenta em forma de escárnio que voltamos a viver no período da Escolinha do Professor Raimundo, com Chico Anydio, quando o personagem de Paulo Cintura soltava o seu famoso bordão: "Saudade é o que interessa, o resto não tem pressa".

## CRISE

### Empréstimo para idosos cresce 28%

POLIANA ANTUNES  
REPORTER

Durante a pandemia do novo coronavírus, o distanciamento social é a melhor alternativa para prevenção da doença. Com as pessoas ficando em casa por mais tempo, os gastos domésticos tendem a aumentar. Para os aposentados, que muitas vezes são chefes de família, uma opção é solicitar empréstimos, comprometendo assim sua aposentadoria.

Levantamento da Prestho, fintech especializada em crédito consignado online para terceira idade, mostra que, nos últimos dois meses, essa modalidade cresceu 28%. A pesquisa detalha, também, que o aumento de 21,55% nas solicitações de crédito, são realizadas por idosos acima dos 65 anos. Outro dado relevante do levantamento é que 67,7% dos pedidos de crédito foram realizados por meio de dispositivos móveis, se comparado com as semanas anteriores ao decreto de isolamento social.

De acordo com a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado da Bahia (FEASAPEB), o crédito consignado é a modalidade de empréstimo bancário mais barato que existe no mercado. Diante desse fato as pressões dos bancos e dos familiares tem feito aumen-



GASTOS

Em casa gastos crescem, sobretudo aos aposentados

tar o endividamento dos aposentados e pensionistas. Ainda de acordo com a Federação, no ano de 2019 o endividamento bateu recorde e foi o maior da história, alcançando o valor de R\$ 136,7 bilhões. "Segundo o Banco Central, ao longo do ano passado, os débitos dos segurados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) cresceram R\$ 13,5 bilhões, ou seja, mais de R\$ 1,1 bilhão ao mês. Dessa forma, muitos endividados não estão conseguindo cumprir seus compromissos em dia".

PERFIL

Segundo a FEASAPEB, em muitas regiões do

país, principalmente no Norte e Nordeste, os aposentados são arrimo de família e em grande parte dos lares é a única fonte de renda. Portanto, como se trata de uma renda baixa a pressão dos familiares obriga os idosos a contraírem empréstimos sob o risco de abandono em seus cuidados. Para evitar abusos, o INSS restringiu o acesso dos bancos a aposentados e pensionistas pelo menos nos seis primeiros meses de recebimento dos benefícios previdenciários. O problema é que depois disso o assédio das instituições financeiras é total e os familiares se aproveitam dessa pressão

bancária para forçar e até mesmo impor aos idosos a tomarem empréstimos.

O órgão garante que apesar do endividamento crescente o crédito consignado é a melhor maneira que os aposentados e pensionistas possuem para sair do sufoco de sua renda fixa baixa. "A questão é que eles devem ser orientados para não ultrapassar o seu próprio limite de endividamento e não ficarem em condições de inadimplência. Também devem evitar contrair mais de um empréstimo", aconselha.

JUROS

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) decidiu que a taxa máxima de juros que instituições financeiras vão cobrar de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS cairá de 2,08% ao mês para 1,8%. Na decisão o prazo de pagamento da dívida também será ampliado de seis para sete anos.

As medidas fazem parte do pacote anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no último mês de abril, para conter os prejuízos gerados pela propagação do novo coronavírus. Com a flexibilização das regras para empréstimos consignados, mais baratos do que os tradicionais, o governo calcula que será possível injetar R\$ 25 bilhões na economia.

## REPERCUSSÃO NEGATIVA

### Torcida do Bahia não gostou do passeio de Jair Bolsonaro

LUIZ BRITTO  
REPORTER

No sábado, depois de cancelar o churrasco prometido para amigos e convidados, em Brasília, diante da péssima repercussão, o presidente da República, Jair Bolsonaro, não respeitou as regras de isolamento social e saiu para dar um passeio de Jet-Sky, vestido com a camisa tricolor do Bahia, no Lago Paranoá. As críticas contra Bolsonaro foram mais uma vez severas, e a ação usando a camisa do clube Tricolor baiano, não agradou a torcida do Bahia, que reagiu, protestou, através da rede social.

Em um vídeo que viralizou nas redes sociais, o presidente Bolsonaro cumprimentou apoiadores que estavam fazendo um churrasco em uma lancha no Lago Paranoá, e não se importou que fosse filmado. Essa foi

a segunda vez que o presidente aparece vestindo a camisa do Esporte Clube Bahia. A primeira foi em dezembro do ano passado, quando ele recebeu a camisa Tricolor das mãos do vereador Alexandre Aieluia (DEM-BA).

O presidente eleito Jair Bolsonaro (sem partido) venceu em apenas quatro dos 417 municípios da Bahia, o quarto maior colégio eleitoral brasileiro, no segundo turno. O adversário Fernando Haddad teve maioria dos votos no estado, fechando a apuração com 72,69%. O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) perdeu para Fernando Haddad (PT) em todas as 19 zonas eleitorais de Salvador no segundo turno das eleições, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O candidato petista teve 68,59% dos votos válidos (985.532), enquanto o adversário ficou com 31,41% (451.273), na capital.

## CRISE NO FUTEBOL

### Turner suspende cotas e ameaça o Bahia de um colapso financeiro

LUIZ BRITTO  
REPORTER

A Turner decidiu cancelar os pagamentos que fazia de 50% do valor que paga aos clubes que tem contrato para a exibição do Campeonato Brasileiro em 2020. Pelo menos dois deles, ouvidos pelo site UOL Esporte, confirmaram a situação. A justificativa foi as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19. Esse corte na cota atinge em cheio as finanças do Bahia, que tinha a projeção de quase R\$ 180 milhões para o orçamento anual desta temporada.

O pagamento previsto estava na casa de R\$ 104 milhões e corresponde a 50% do valor total que a Turner pagaria aos oito clubes (Palmeiras, Coritiba, Athletico Paranaense, Internacional, Santos, Bahia, Fortaleza e Ceará). Desses times, sete

receberiam pouco mais de R\$ 10 milhões. Segundo o presidente do Tricolor Baiano, Guilherme Bellintini, os clubes do futebol brasileiro estão à beira de um colapso financeiro.

O Bahia e os outros sete clubes que tem algum tipo de contrato com a Turner estão tentando, em bloco, conversar com a programadora para reverter a situação. Os pagamentos previstos para os próximos meses. Para reduzir o impacto nas finanças do clube, a direção do Tricolor reduziu em 25% o salário da diretoria, Comissão Técnica e Jogadores. A decisão se deu em comum acordo com os jogadores, que compreenderam a situação de dificuldade enfrentada em todo o mundo. A medida está vigorando desde o início da suspensão das atividades do clube, no dia 17 de março.



### Ministério da Defesa na luta pela Amazônia

Positiva, a reunião realizada na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, apresentando a dinâmica operacional preparatória para o lançamento da "Operação Verde Brasil II", que visa ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, garimpos e desmatamento ilegais, além de combater a flocos de incêndio. O presidente Jair Bolsonaro e o secretário-geral do Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra Garnier, estiveram presentes ao lado de outras autoridades militares e civis no decisivo evento de ajustes finais da importante missão, na Amazônia Legal.

Marinha, Exército e Força Área executarão ações conjuntas em terras indígenas e unidades de conservação ambiental, com o intuito de proteger e preservar a Região Amazônica.

## DOMINGO

### Famílias comemoraram o Dia das Mães mantendo distanciamento social

FLÁVIO GOMES  
REPORTER

O dia das mães deste ano foi diferenciado. Em estado de quarentena, em decorrência da pandemia da Covid-19, muitas famílias tiveram que comemorar o domingo utilizando ferramentas tecnológicas para diminuir a saudade.

Para a psicóloga Drª Tatiana Pedreira, este é o momento de ressignificação

dos vínculos. "É um momento de ressignificação e adaptabilidade de uma maneira geral, a partir de uma vivência tão dramática como esta que estamos passando e a descoberta de novas possibilidades", pontuou.

"O ser humano tem fome de contato, tanto quanto a fome de comida, ferramentas tecnológicas para diminuir a saudade. Para a psicóloga Drª Tatiana Pedreira, este é o momento de ressignificação

sive para a saúde mental. Toda demonstração de afeto que os meios virtuais nos permitem e a inventividade também nos permite em um contexto de tanta limitação. Neste momento que não podemos estar perto, o ser humano se reinventa, o que se torna interessante". E foi utilizando as redes sociais que a administradora Patrícia Olinda passou o dia com a mãe. "Tenho o costume de sempre unir minha mãe, minha sogra e cunha-

dos. Neste ano, fiquei com meus dois filhos e meu esposo em casa. Minha irmã mora em Portugal e de certa forma, já está acostumada com este distanciamento. Todos nós nos comunicamos ontem virtualmente, mas o nosso carinho e afeto permanecem o mesmo". Já a professora Lícia Margarida foi privilegiada. Ela é vizinha de sua mãe, Margarida Régio, e festejou normalmente. "Foi um dia muito feliz, apesar da pan-

demia que o mundo tem vivido. Fiquei com minha mãe, quer dizer, já estou com a minha mãe. Por uma escolha nossa é minha vizinha. Nos moramos juntas e o meu filho está comigo. E como eu sou também muito católica, estou com a minha maior mãe que é minha mãezinha do céu, que é Nossa Senhora".

Mas ainda teve aquelas que trabalharam no dia de ontem, como a técnica de enfermagem, Simone Go-

mes. "Mais um dia das mães que trabalhei e fiquei longe de minha mãe, longe de minha filha e esposo. E esse ano um agravante, que é a luta dessa pandemia pelo Covid-19, essa doença invisível, porém, pedindo a Deus para vencermos a pandemia é conflitante também, que em breve estaremos todos juntos, não só comemorando os dias das mães, mas também todos os dias. Amor que é o que importa".

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

# Raio Laser

## Finalmente

O Ministério da Cidadania começou a liberar parte da verba que recebeu, em caráter emergencial, para o combate ao coronavírus há cerca de um mês. Como mostrou a imprensa, a pasta comandada por Onyx Lorenzoni recebeu mais de R\$ 3,1 bilhões para gastar em ações sociais durante a pandemia por meio de uma medida provisória de 16 de abril, mas até a semana passada não havia dado nem o primeiro passo para o desembolso. Deste total, R\$ 2,550 bilhões são créditos extras para a rede do SUAS (sistema único de assistência social), que é operado por estados e municípios. A Cidadania empenhou R\$ 922 milhões deste valor e, ontem, informou que repassará R\$ 600 milhões a prefeitos e governadores até julho. Outros R\$ 600 milhões serão repassados nos três meses seguintes, de julho a setembro, ainda de acordo com o ministério.



Onyx Lorenzoni

## Correios

A pasta também deve fechar na próxima semana uma parceria com os Correios para facilitar ainda mais o acesso ao auxílio emergencial. O cadastramento para receber o auxílio poderá ser feito também nas agências dos Correios. "A solução conveniada com os Correios, para aqueles que não têm alguém que ajude a cadastrar, ou seja, os ultravulneráveis, é para que eles consigam acessar uma rede complementar à da Caixa, que está numa grande missão, e permitir que a pessoa possa se cadastrar e acessar igual a todos que pediram pelos meios digitais", ressaltou o secretário executivo do Ministério da Cidadania, Antônio José Barreto.

## No STF

A Advocacia Geral da União entregou ontem ao Supremo, às 17 horas, a integral do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril em que Jair Bolsonaro teria ameaçado se demitir Sérgio Moro.

## Direitos autorais

O deputado federal Igor Kannião (Democratas) comemorou a retirada da emenda apresentada pelo deputado federal Felipe Carreras (PSB/PE) à Medida Provisória 948/20. A emenda, que buscava determinar que somente o intérprete pudesse pagar o direito autoral de músicas executadas em eventos públicos e privados, foi retirada pelo próprio deputado após forte mobilização da classe artística. A emenda de Carreras isentava do pagamento de direitos autorais os realizadores dos eventos, deixando esse custo somente na conta dos intérpretes.

## Água e luz

O vereador Alberto Braga (Republicanos) indicou ao governador da Bahia, Rui Costa, que baixe decreto determinando que as cobranças de água e luz dos meses de abril, maio e junho da população de Salvador fiquem para a partir do mês de agosto e com parcelamento devido. Conforme o vereador justificou no Projeto de Indicação nº 252/2020, "a atual situação em virtude da pandemia tem impactado diretamente na atividade financeira de muitas pessoas e, por isso, o parcelamento é o caminho mais justo".



Alberto Braga

## No mundo

Segundo os dados compilados pela Universidade Johns Hopkins, a pandemia do novo coronavírus já foi responsável por mais de 270 mil mortes no mundo todo. Às 13h55 desta sexta-feira, 8, a instituição contabilizava 271.732 óbitos causados pela covid-19. Já o número global de infectados chegou a 3.989.841, se aproximando da marca de 4 milhões de casos confirmados. O país que lidera a lista da Johns Hopkins tanto em número de infectados quanto em óbitos são os Estados Unidos, com 1.263.052 de pessoas infectadas e 76.032 mortes registradas.

## Na Bahia

O Estado da Bahia registrou ontem 4.818 casos confirmados de Covid-19, o que representa 24,95% do total de casos notificados. Os casos confirmados ocorreram em 158 municípios, com maior proporção em Salvador (64,94%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 1.000 habitantes são Ipiau (2.223,53), Itabas (1.706,43), Uruçuca (1.657,00), Itabuna (1.336,63) e Coaraci (1.118,11). Em relação aos leitos, na Bahia, dos 888 disponíveis pelo SUS exclusivos para Covid-19, 446 possuem pacientes internados - uma taxa de ocupação de 50%

**T**eremos que lutar pela garantia de um mínimo para as pessoas sobreviverem. E podemos começar tomando permanente o socorro emergencial para o período da pandemia."

Ex-presidente Lula

## Conversa...

Após o anúncio da interdição da Rua Hélio Machado, na Boca do Rio, visando conter a disseminação do coronavírus em função do grande movimento registrado na localidade, o vereador Tolentino Carollino (Podemos) conversou com ambulantes, pequenos comerciantes e moradores e explicou os motivos pelos quais apoia a medida de contenção programada pela prefeitura para iniciar nesse sábado.



Otto Alencar

## Calendário

Com a pandemia mundial do novo coronavírus e a incerteza sobre uma vacina ou até medicamentos que possam controlar a situação, o Congresso vai avaliar não somente o adiamento das eleições que inicialmente, estão agendadas para outubro deste ano, mas também a prorrogação dos mandatos vigentes. Em conversa com O Antagonista, o senador Otto Alencar, líder do PSD na Casa, defende que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem condições de adiar as eleições.

## ... e apoio

Paralelamente Carollino está enviando um indicativo à Prefeitura Municipal solicitando a liberação de benefício para pequenos comerciantes e funcionários durante a interdição de vias comerciais, que poderá vir a ser estendida conforme comportamento da curva ascendente da pandemia nesses locais. Segundo o prefeito, ia depender das chuvas a interdição começar hoje ou na segunda.

## Revalidação

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi a primeira unidade de ensino superior que lançou edital para realização de revalidação de diploma de médicos brasileiros formados no exterior, nos moldes do modelo proposto pelo Conselho Nacional de Educação. As inscrições já estão abertas e vão até o dia 13 de maio e é gratuita. A revalidação não se dará por provas, mas pela análise curricular, de relatório de atividades acadêmicas e pelo cumprimento de um período de internato complementar, sob supervisão da universidade. Há mais de 15 mil médicos brasileiros formados no exterior que aguardam, há mais de três anos, uma prova de Revalida para conquistarem o registro profissional para atuar no país.

## Trabalho conjunto

O deputado federal João Roma (Republicanos) elogiou o trabalho conjunto entre o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), e o governador da Bahia, Rui Costa (PT), em ações de combate ao coronavírus. Segundo o parlamentar, essa atuação tem evitado que Salvador e a Bahia registrem fatos preocupantes como os ocorridos em outros estados e capitais. "Neto e Rui estão dando o exemplo para o Brasil, deixando de lado as diferenças políticas e trabalhando para salvar vidas. Nesta quinta, anunciaram, juntos, em uma coletiva de imprensa, novas medidas importantes para frear o avanço da pandemia. Graças a este trabalho que não estamos vendo imagens tristes como as de Fortaleza, Manaus", disse.

## Na família

O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates (PDT), disse, ontem, que a sua irmã, que está grávida, foi diagnosticada com o novo coronavírus. "Vivo neste momento o drama de muitos profissionais de saúde e familiares. Boa parte da família está no enfrentamento à Covid-19", escreveu Prates. "Minha esposa, eu e outros. Nesta luta, alguns de nós se contaminam. A minha irmãzinha, médica e grávida de minha filha, positivou. As duas passam bem", concluiu.



Leo Prates

## Máscaras I

Como medida para conter o avanço do Covid-19 na Bahia, o Centro de Abastecimento do Estado (Ceasa) distribuiu 1,4 mil máscaras artesanais a carregadores, catadeiras, clientes e permissionários que foram à feira ontem, sexta-feira (08) e estavam sem o item de proteção facial. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE), este foi o primeiro lote das 20 mil máscaras que estão sendo confeccionadas por costureiras da Associação Beneficente Nova Esperança (Abene).

## Máscaras II

O Governo do Estado realizou, ontem, a entrega de 51.121 mil máscaras de algodão e 880 litros de álcool gel para o município de Salvador. A entrega foi feita pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) para a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade e Combate à Pobreza (Sempre). A ação faz parte da força-tarefa coordenada pelas secretarias estaduais do Planejamento (Seplan) e Desenvolvimento Econômico (SDE). Também serão enviadas mais de 29.072 mil máscaras e mais 1.850 litros de álcool gel para os serviços localizados no interior do estado.

## Vaquinhas virtuais

As datas exatas das eleições municipais são tão desconhecidas no momento quanto a cura da Covid-19, mas o dia em que os pré-candidatos a prefeito e vereador podem lançar vaquinhas virtuais para levantar recursos está mantido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Pontapé da campanha eleitoral, a arrecadação de doações pela internet começa na próxima sexta-feira (15) ainda cercada de dúvidas. A autorização para pedir dinheiro antes mesmo de obter o registro de candidatura nem é novidade, mas a pandemia do coronavírus mudou tudo.

## Auditorias

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), conselheiro Gildásio Penedo Filho, confirmou ao governador Rui Costa que indicará representante do TCE para participar do comitê a ser criado pelo Estado com o propósito de dar transparência às contratações e compras feitas pelo Poder Executivo durante a pandemia do novo coronavírus. Mesmo com a suspensão do trabalho presencial, os auditores da Corte de Contas seguem realizando auditorias específicas nas despesas e ações de enfrentamento da pandemia pelo Estado, além de manterem suas atividades anteriormente programadas por meio do teletrabalho, preservando o necessário afastamento social e tendo o devido cuidado para não causar interferências que atrasem as atividades dos gestores responsáveis por esse importante trabalho.



Gildásio Penedo Filho

## VITOR HUGO SOARES

### Xadrez de Moro e Aras: Bolsonaro descompensado



**É** bom não perder o foco do tabuleiro de xadrez no qual mexem as pedras em suas respectivas estratégias, nestes temerários dias de maio do ano da covid-19, o Procurador Geral da República, Augusto Aras, e o ex-ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro. Este último, reconhecidamente, um enxadrista de mão cheia desde o tempo de juiz condutor da Lava Jato. São relevantes e ganham mais bem avaliado membro do político e jornalista, os lances desta sutil e empolgante partida iniciada com as denúncias de conduta irregular do mandatário do Palácio do Planalto – lançadas, ao deixar o governo, pelo até então primeiro escalão de mando –, sob arbitragem do surpreendentemente ágil e incisivo decano ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, que às vésperas da aposentadoria compulsória, como magistrado, parece decidido a dar um lustre especial em sua biografia, na despedida da corte suprema do País.

E preciso esperar um pouco mais para tirar conclusões, mas este é o cenário factual já possível

de verificação, desde o depoimento de Moro há uma semana, na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba: da rápida liberação de seu conteúdo integral: além dos novos pedidos investigativos de Aras. Mexidas rápidas e tudo divulgado na terça-feira, 5, com grandiosos de fogos na CNN e no JN (TV Globo). Mais surpreendente e emblemático só a entrevista da secretária especial da Cultura, Regina Duarte na CNN.

Estes fatos cobram atenção maior da sociedade em geral e da imprensa em particular – mesmo diante das agressões físicas, pressões até gritos arrogantes e autoritário de "caia a boca", dirigidos a jornalistas no exercício profissional – a começar por menos notas corporativas e mais pautas de jornalismo investigativo, das quais não podemos nem devemos nos desacomodar de produzir e cobrar.

Isso sem tirar olhos e ouvidos do barulho e das notícias, como plantadas, cultivadas, crescem e se fortalecem como ervas venenosas, no Palácio do Planalto e adjacências. Espaços minados por gente de coturnos, ao lado de estranhos e manjados agentes provocadores em permanente

telessitura de redes de intrigas e brigas intestinas de poder, a partir do esbaleitamento cada vez maior dos períodos de transtornos do habitante do Alvorada. A senadora Eliziane Gama, líder do Cidadania, diagnosticou no Jomal Nacional: "É muito claro para todos que o presidente Bolsonaro está descompensado". Pode ser, o problema é saber até onde pode chegar esse distúrbio do chefe da Nação em seus arrancos descontrolados de mando. E que na segunda-feira, 5, alcançaram um ponto além da curva, para ficar com a expressão de Joaquim Barbosa, ex-ministro presidente do STF.

Se não bastassem todas essas coisas, o notório Centrário – formado por partidos e chefes políticos de larga folha de vida progressiva na PF e na justiça, mas que só funciona na base do "agrade do dinheiro público", acaba de desembarcar no governo com fome de anteontem. Já começa a beliscar, aqui e ali, nacos cada vez mais generosos de cargos e de poder, a exemplo do DIOCS, agarrado esta semana.

Seja como for e o que for, é bom saber: De passagem por Brasília nestes dias temerários dos meses de maio, aquele irônico viajante francês, foi visto falando em voz acima do tom, com os seus botões: "Amaldiçoado seja aquele que pensar mal destas coisas!". Olho vivo!

Vitor Hugo Soares é jornalista, editor do site blog Bahia em Pauta. E-mail: vitors.h@uol.com.br

## Dados

A deputada estadual Talita Oliveira (PSL) apresentou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de lei que estabelece diretrizes para a coleta sistemática e análise de dados relativos ao coronavírus no Estado. Segundo a parlamentar, o acesso às informações deverá contribuir para o planejamento e eleger as prioridades e estratégias para conter a epidemia, além de possibilitar uma avaliação da eficácia das ações implementadas. "O presente projeto de lei pretende contribuir com medidas para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, com vistas à proteção da coletividade conforme estratégias adotadas em países como Singapura e Coreia do Sul, que apresentaram bons resultados no controle da pandemia de Covid-19", justifica a matéria.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

# Rui envia à AL-BA projeto que concede auxílio a pacientes

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPORTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), enviou para a Assembleia Legislativa o projeto de lei que concede auxílio de R\$ 500 para os pacientes com coronavírus. Como contrapartida, o infectado deixará sua casa e ficará hospedado em um Centro de Acolhimento e Acompanhamento Clínico do Estado da Bahia. A medida, segundo o projeto, visa evitar a disseminação da doença no estado.

Segundo a proposta, o benefício será creditado em conta, em duas parcelas iguais de R\$250. A

primeira será paga no 7º dia e a segunda no 14º dia. A concessão do auxílio financeiro será limitada ao total de pessoas com infecção ativa no Município, confirmada até a data de publicação da legislação.

"O que nos preocupa bastante é que temos hoje, na Bahia, 3 mil pessoas com o vírus ativo. O que nos chamamos de vírus ativo? São aquelas pessoas que não estão curadas ainda, ou seja, têm menos de 14 dias em geral de contaminação. Essas pessoas têm o potencial de transmitir para outras essa doença. Se nós conseguíssemos ter a garantia de que essas pessoas não estão contaminando outras, nós

conseguiremos reduzir significativamente a curva", disse Rui Costa em entrevista coletiva antecedente, por meio de uma rede social.

Em Salvador, parte do recibo será pago pela prefeitura de Salvador. O prefeito ACM Neto (DEM) disse a proposta deve ser encaminhada na próxima semana à Câmara de Vereadores, que também precisa autorizar o pagamento do benefício.

**VOTAÇÃO**  
A Assembleia Legislativa deve apreciar hoje o projeto de lei sobre o auxílio de permanência do funcionalismo público estadual. A votação da matéria foi suspensa após pedido de vista (isto é,



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa (PT), enviou para a Assembleia Legislativa o projeto de lei que concede auxílio de R\$ 500 para os pacientes com coronavírus

mais tempo para estudar) feito pelo deputado estadual Alan Sanches (DEM). Segundo a assessoria de comunicação da AL-BA, a proposta não está relacionada ao coronavírus, mas passou sobrestar a pauta.

Ainda de acordo com a assessoria, o projeto trata-se de um instrumento de incentivo à permanência dos funcionários no serviço ativo, mesmo com as condições objetivas de aposentadoria ou passagem para a reserva remunerada. Ou seja, idade mínima e tempo de contribuição. Nesses casos, os funcionários são dispensados do pagamento da previdência estadual, que chega a 14%, passando a contribuir quando forem para a inatividade de forma compulsória (pelo atingimento da idade máxima) ou voluntária.

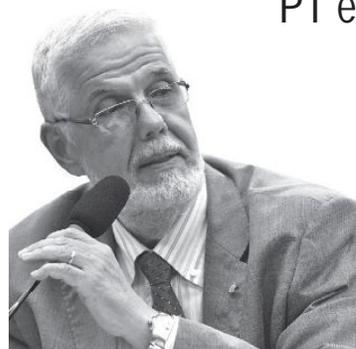
A proposição mantém o benefício para quem já está em gozo, mas veda essa possibilidade aos

demais servidores civis ou militares. Para a bancada oposicionista, o projeto reitira a expectativa de direito de muitos servidores. Nesse sentido, o deputado Capitão Alden (PSL) apresentou emenda ao projeto para que o abono permanência alcance quem preencha os requisitos até o dia 31 de dezembro de 2021, "em consonância ao disposto no art. 7º da Lei 14.186/20", um grupo que já possui "concretamente essa expectativa".

Outra matéria na pauta é o projeto de Lei Complementar que altera três leis no âmbito da Procuradoria Geral do Estado (PGE), órgão de consultoria e assessoramento jurídico que representa o Estado. As mudanças, segundo mensagem de Rui Costa ao Parlamento, "se afiguram necessárias à eficiência das atividades institucionais relacionadas a programas de recuperação de créditos e aprimoramento da Procuradoria Geral do Estado". O conjunto das regras abrangendo outros pontos do Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado (FMPGE) e o remanejamento de quadro de pessoal técnico-judicial.

## CORONAVÍRUS

### PT e PSL se unem por regulamentação de patentes



O DEPUTADO federal Jorge Solla (PT) defendeu, ontem, regulamentação das patentes de medicamentos, vacinas e equipamentos utilizados no combate ao coronavírus

GUILHERME REIS  
EDITOR DE POLÍTICA

O deputado federal Jorge Solla (PT) defendeu, ontem, regulamentar as patentes de medicamentos, vacinas e equipamentos utilizados no combate ao coronavírus, quando forem desenvolvidas. Ao lado de outros 10 parlamentares, o peista apresentou uma proposta que estabelece uma licença compulsória para exploração de patentes, com remuneração de 1,5% para o proprietário intelectual, enquanto dura a situação de emergência em saúde pública.

"Os esforços globais, coordenados pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que infelizmente o go-

verno brasileiro se omitiu em participar, já tratam da cooperação intelectual que permita a distribuição de uma vacina, quando ela for desenvolvida. Esse projeto de lei surge para dar amparo jurídico a uma internalização da tecnologia, que proteja o interesse público, mas garanta a propriedade intelectual. Como o governo não propôs esse debate, elaboramos nós, em diálogo com a sociedade civil, um marco que moderniza o Código de Propriedade Industrial, que é de 1996", ressaltou Solla.

São autores também da proposta: Alexandre Padilha (PT-SP), Alexandre Serifiotis (MDB-RJ), Carmem Zanotto (Cidadania-SC), Dr. Zacharias Calli (DEM-GO), Dr. Luiz Antonio Junior (PP-RJ), Dra. Soraya Manato (PSL-ES), Hiran Gonçalves (PP-RR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Mariana Carvalho (PSDB-RO) e Pedro Westphalen (PP-RS).

A matéria, que conta com o apoio do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip), estabelece que os titulares de patentes ou pedidos de patentes licenciadas "está obrigado a

disponibilizar ao Poder Público todas as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução dos objetos protegidos, devendo o respectivo Poder Público assegurar a proleção cabível dessas informações contra a concorrência desleal e práticas comerciais desonestas".

Segundo Solla, como a matéria tem adesão de parlamentares de oito partidos, há um esforço para apresentação e votação de pedido de urgência, que acelere sua tramitação. "Existem expectativas de que mesmo em setembro já poderemos ter uma vacina, mas já há medicamentos em teste com bons resultados. É preciso adiantar, tempo perdido custam vidas", salientou.

**Adesão**  
Oito partidos assinaram o projeto que poderá ajudar no combate à pandemia.

### Aras entra com ação no Supremo para barrar 'bônus covid' a procuradores do MT

RAFAEL MORAES MOURA  
ESTADÃO CONTEÚDO

O procurador-geral da República, Augusto Aras, decidiu entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar uma "ajuda de custo" de R\$ 1 mil criada para procuradores e promotores do Mato Grosso desembolsarem gastos com a própria saúde. O benefício, apelidado de "bônus covid", também já entrou na mira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na avaliação de Augusto Aras, o pagamento do "bônus covid" agrava a crise fiscal e afeta negativa-

mente as "receitas estaduais em uma conjuntura de queda de arrecadação tributária, em decorrência dos impactos econômicos do surto de epidemia nacional do novo coronavírus".

O benefício foi criado pelo procurador-geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira. No caso de servidores (efetivos e comissionados), o valor do "bônus covid" será de R\$ 500. Para procuradores e promotores, o benefício é o dobro - salta para R\$ 1 mil. O impacto da medida aos cofres públicos pode chegar a R\$ 680 mil por mês.

Conforme as regras fixa-

das por Pereira, o beneficiário deverá apresentar a cada 12 meses a comprovação dos gastos, por meio da apresentação de boletins bancários ou notas fiscais emitidas por planos de seguros de saúde. Para o procurador-geral da República, no entanto, benefícios dessa natureza só devem ser pagos para compensar "despesas efetuadas no exercício do cargo, de que são exemplo clássico as diárias e o transporte para cobrir os custos de deslocamento no interesse do serviço", o que não é o caso do "bônus covid".

"Pagamento de plano de saúde, no entanto, é despe-



AUGUSTO ARAS decidiu entrar com uma ação no STF para barrar uma "ajuda de custo" de R\$ 1 mil criada para procuradores e promotores do Mato Grosso

sa ordinária com saúde, não relacionada com o efetivo exercício do cargo público. Não pode ser indenizado, portanto, ao servidor ou a agente público que receba pelo regime constitucional do subsídio", observou Aras.

O procurador-geral da República também aponta que o "bônus covid" gera desigualdade entre distintos órgãos do MP brasileiro, "na medida em que os membros

de uns Estados recebem determinadas vantagens e outros não".

Em nota, o MP de Mato Grosso alega que os recursos já estavam previstos no orçamento deste ano. Ou seja, não se trata de um dispêndio financeiro sem lastro orçamentário que venha a exigir o aporte de suplementações ou remanejamento orçamentário, e estava planejado antes mesmo da pandemia", informa a instituição. Segundo o MP-MT, como o Congresso discute o congelamento de salários de servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, a "ajuda de custo teve que ser regulamentada agora".

### Carla Zambelli depõe à PF sobre denúncias de Moro



A DEPUTADA federal Carla Zambelli (PSL-SP) irá depor perante a PF na próxima quarta-feira, 13, no inquérito sobre as acusações do ex-ministro Sérgio Moro

RAFAEL MORAES MOURA  
PAULO ROBERTO NETTO  
ESTADÃO CONTEÚDO

A deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) irá depor perante a Polícia Federal (PF) na próxima quarta-feira, 13, no inquérito sobre as acusações do ex-ministro Sérgio Moro contra "interferências políticas" do presidente Jair Bolsonaro na corporação. O gabinete da parlamentar informou que ela foi notificada da oitiva na tarde de quinta-feira, 7. Zambelli propôs antecipar o depoimento, mas a data foi mantida.

Em nota, a deputada afirmou que "prestará todas as informações necessárias" e que "não tem nada a esconder". "Está claro para

todos que minha intenção sempre foi buscar a pacificação de qualquer conflito e que, em momento algum, tentei oferecer um cargo ao ex-ministro, até porque não tenho qualquer prerrogativa para fazê-lo", afirmou.

Carla Zambelli irá depor acompanhada dos advogados Rodolfo Maderic e Henrique Rios. A deputada foi listada para depor após Moro revelar mensagens trocadas com a parlamentar que indicariam a pressão de Bolsonaro para a substituição de Maurício Valeixo pelo diretor da Abin, Alexandre Ramagem, do comando da Polícia Federal. Em uma das conversas entregues à PF, Zambelli pede que Moro aceite a mudança na direção-geral da PF solicitada por Bolsonaro e, em troca, ela se comprometeria "a ajudar" o ex-ministro com uma vaga no Supremo Tribunal Federal. "Vá em setembro para o STF. Eu me comprometo a ajudar. A fazer o JB (Jair Bolsonaro) prometer", escreveu a deputada.

Moro respondeu que não estava "à venda". Alexandre Ramagem foi nomeado indicado por Bolsonaro para o comando da PF. A nomeação, contudo, foi suspensa por liminar do ministro Alexandre de Moraes, do STF, e anulada pelo Planalto. Em seu lugar, o governo escolheu Rolando Alexandre de Souza, braço direito de Ramagem na Abin.

AGU - A Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou mais um pedido ao

ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, agora para que seja definida a cadeia de custódia da gravação de reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril, citada pelo ex-ministro Sérgio Moro como a ocasião em que o presidente teria pressionado o ex-juiz a trocar o comando da Polícia Federal.

Diante da "minente entrega do registro audiovisual completo da reunião presidencial", o braço jurídico do governo Bolsonaro, quer saber, "desde logo", quem poderá acessar o vídeo até que sejam "segregados os elementos pertinentes" ao inquérito, e os mesmos juntados aos autos. Isso se dá separação por deferida por Celso de Mello.

# Litoral baiano pode ter rajadas de vento de 74 km/h

Foto: Raylanna Lima

**YURI ABREU  
REPORTER**

**N**ão bastasse o tempo fechado e a quantidade de chuvas previstas para este final de semana do Dia das Mães – conforme o site Climatempo, o acumulado esperado é de 70 mm no sábado e no domingo, somente em Salvador –, o clima será propício para a formação de ventos que podem chegar a até 74 km/h em alguns trechos do litoral baiano, a exemplo da parte norte de cidade de Caravelas, no extremo sul do estado.



**MAU TEMPO**

Marinha emitiu um alerta informando sobre a passagem de uma frente fria sobre o mar metros de altura.

A CPBA alertou ainda para o fato de que a elevação da maré causada pela chuva cheia potencializa os efeitos da ressaca. Por conta disso, a recomendação é para que os praticantes de esportes náuticos em geral, as embarcações de esporte e recreio e de pesca não naveguem. As agências e condutores de embarcações de transporte marítimo de pessoal devem avaliar a conveniência de interrupção do serviço.

Com relação ao tempo no continente, a capital baiana deve ter um sábado (9) chuvoso ao longo de todo o dia, com rajadas de vento

chegando aos 38 km/h. A chance de chuva é de 90% e os acumulados devem chegar aos 40 mm. A temperatura mínima fica em 21°C e a máxima em 26°C. No domingo, Dia das Mães, o sol aparece um pouco, mas a chance de chuva ainda é alta: 80%, segundo o portal Climatempo, com o acumulado na casa dos 30 mm. Nesse dia, as temperaturas variam entre 20°C e 27°C.

**ONTEM**

Na sexta-feira (8), o céu em Salvador ficou nublado, com as chuvas ocorrendo de forma fraca a moderada. No início da tarde, a travessia Salvador-Mar Grande chegou a ser interrompida por causa do mar agitado e dos fortes ventos. Até as 16h, a Defesa Civil de Salvador (Co-deca) registrou 75 solicitações por conta das precipitações.

A maior parte delas, 28, foi por ameaça de deslizamento de terra, mas sem registros de feridos ou mortos. Até meados da manhã de ontem, em regiões como Federação, Ondina e Parque da Cidade, no Itagira, os acumulados de chuva já eram superiores a 30 mm em um período de apenas três horas.

## CACHOEIRA

### Filarmônica Lyra Ceciliana comemora 150 anos

**POLIANA ANTUNES  
REPORTER**

Para quem é admirador de música sinfônica de qualidade, chegou uma excelente oportunidade de festejar. Isso porque a Sociedade Orquestra Lyra Ceciliana de Cachoeira comemora, na próxima quarta-feira (13), 150 anos de existência. Fundada pelo maestro, clarinetista, compositor e professor de música Manoel Tranquillo Bastos em 1870, vem cumprindo a sua missão de oferecer ao público um trabalho de excelência artística.

Atualmente a filarmônica conta com cerca de 50 músicos, e conta com a Escola de Formação Musical Maestro Itino Sacramento, com aproximadamente 250 crianças de famílias carentes de Cachoeira. A Lyra Ceciliana é, ainda, reconhecida em todo o Recôncavo baiano e em outros estados do Brasil, como uma escola de referência.

Na localidade, as crianças aprendem tocar instrumentos gratuitamente. A filarmônica também desenvolve projetos, dando apoio a formação de novos grupos com diversos estilos musicais, a exemplo do grupo de chorinho Choro de Menino, a Orquestra Sinfônica de Reggae do Recôncavo e o Samba da Vida. A Lyra oferece também cursos de violão e cavaquinho, além de promover diversas oficinas de qualificação para estimular a profissionalização dos seus músicos.

#### DEPOIMENTOS

Em entrevista para Tribuna da Bahia, Romário Gomes, conta como foi o centenário da filarmônica. "Na época, meu pai Adherbal Gomes era presidente da instituição. Foi muito especial realizar o centenário da Lyra Ceciliana naquela ocasião", lembra.

Romário Gomes conta, ainda que foi ele o responsável pelo fardamento dos músicos para o grande evento. "Mesmo fazendo duas faculdades e ainda trabalhando em dois lugares no mesmo período, consegui fazer mais de 20 viagens de Salvador até Cachoeira para organizar tudo. No dia, tive a satisfação de ver todos os músicos se exibindo no desfile".

Já o fundador Manoel Tranquillo Bastos foi líder espiritual, homeopata e vegetariano. Filho de uma negra alfarrada, e neto de escravidão, seu pai era português. Escreveu artigos combatendo o racismo e a intolerância religiosa. Foi abolicionista e ficou conhecido como "Maestro Abolicionista". Também recebeu a alcunha de "O Semeador de Orquestras" devido às várias orquestras que fundou.

Na juventude quando criou a Lyra Ceciliana, Manoel Tranquillo foi escolhido para ser professor e regente da nova entidade. Em 1888, dirigiu a filarmônica em festival desfilado comemorativo do fim da escravidão no Brasil. Em 1922, compôs o "Hino da Cachoeira", que recebeu letra do poeta Sabino de Campos.



**FUNDAÇÃO**  
Maestro Tranquillo criou a sociedade em 1870

### Hotéis, bares e restaurantes têm anistia da conta de luz

A Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FBHA) conseguiu, por meio do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), a suspensão da cobrança de energia elétrica para hotéis, bares e restaurantes do estado até junho. A decisão foi da Juíza Mara de Brito, em decisão que, na quinta-feira (7), deu parecer em desfavor da Colébia, imputando ainda multa de R\$ 2 mil até R\$ 1 milhão em caso de descumprimento pela companhia de

energia. A medida ainda pode ser estendida, caso se ampliem as medidas de restrição à circulação e isolamento social, que prejudicam o setor.

No pedido, a federação argumentou a pandemia ocasionada pelo coronavírus ensejou a diminuição de receita significativa no setor de serviços, sobretudo aqueles relacionados ao setor de hotelaria, hospedagem, bares, restaurantes e similares.

### Mulheres são as mais contaminadas pela Covid-19

**POLIANA ANTUNES  
REPORTER**

Apesar dos esforços das autoridades para combater a pandemia do novo coronavírus, os números não param de crescer. De acordo com a Secretária de Saúde de Salvador (SMS), foi registrado 2.877 casos confirmados para a doença. Os dados mostram, ainda que 1.625 dessas pessoas são do sexo feminino, representando 59,20% do total. Já no estado, os registros confirmados para o Covid-19 chegaram a 4.745, com 170 mortes, segundo último boletim da Secretária de Saúde da Bahia (Sesab).

Conforme as informações da SMS, na capital baiana, a principal forma de contrair o vírus é pela transmissão comunitária (aquela em que não é mais possível localizar a origem da infecção), chegando a 664 o número de pessoas contaminadas. De maneira local, somam 436 casos. Já os importados (casos que a pessoa veio contaminada de fora o país), contabilizam 69 pessoas.

Em relação aos principais sintomas causados pela doença, a SMS destacou que a tosse é maior característica entre as demais, pelo menos 732 pacientes sofrem com ela. A febre fica em segundo lugar, com 686. Em terceiro lugar ficam os sintomas de cefaleia, 640. Em relação aos sintomas de odinofagia e diarreia, ficam em últimos lugares, com 371 e 288 respectivamente.

Entre os 163 bairros da cidade, 130 têm registros para a doença. Os bairros com maior número de confirmados para o novo coronavírus, está a Pituba em primeiro lugar com 77 casos. Em segundo lugar está o bairro de Brotas com 56 vítimas. Já o terceiro lugar, encontra-se o bairro de Palmares, com 39 pessoas contaminadas.

Nesta sexta-feira (08), o secretário de saúde do município Leo Patales, alertou também a população para os casos de doenças causadas pelo Mosquito Aedes aegypti que transmite a dengue, zika e chikungunya. "Tivemos um crescimento expressivo de Chikungunya na cidade".

## COVID-19 Hospital Costa do Cacau tem treinamento

Com a abertura nesta semana da unidade Covid-19, exclusiva para tratamento da doença, no Hospital Regional Costa do Cacau (HRCO), em Ilhéus, funcionários da ala receberam treinamento e instruções específicas para a atuação profissional dentro do ambiente hospitalar de cuidados com os enfermos infectados pelo novo coronavírus.

Apesar de a maioria desses profissionais contratados para atuar na ala Covid-19 ter vivência em UTIs e conhecer seu funcionamento, a equipe especializada de Enfermagem do HRCO realizou treinamento sobre uso de equipamentos e repassou orientações de fluxo interno de assistência ao paciente.

Outras orientações técnicas específicas também foram repassadas, como a utilização da cápsula para transportar pacientes Covid-



**ORIENTAÇÕES**

Funcionários da unidade receberam instruções específicas para atuar contra a doença de enfermagem foi orientado o funcionamento da bomba de infusão utilizada para

drogas vasoativas, administração de medicamentos e uso contínuo como as sedações.

### Hospital Santa Clara deve iniciar funcionamento neste sábado

As obras de adequação do prédio do antigo Hospital Santa Clara, no Itagira, chegaram a fase final. Requisitos pelo Estado para reforçar o atendimento de pacientes com sintomas graves e leves do novo coronavírus, as instalações irão abrigar um centro de tratamento com 59 leitos clínicos, que tem previsão para ter o funcionamento iniciado a partir deste sábado (9). Ao todo, são 59 leitos, sendo nove de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e 50 de enfermaria.

Esta unidade será administrada pela Associação Bahiana de Medicina (FabaMed), organização social que também é responsável pelo gerenciamento do hospital de campanha montado no Hotel Riverside, em Lauro de Freitas. O superintendente da entidade, José Rodrigues, ressalta que faltam apenas pe-

quenos ajustes finais. "Já tivemos uma reunião com a equipe, que é formada por diversos profissionais, incluindo nutricionistas, fisioterapeutas, médicos, enfermeiros e técnicos, e todos estão prontos, bem como o hospital, que está suprido com todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários", assegurou.

O superintendente também falou da disposição espacial dos leitos. "No quarto anterior, estão os leitos de UTI, que estão sendo concluídos para receber pacientes graves. Do primeiro ao terceiro, estão distribuídos os 50 leitos de enfermaria, para casos mais brandos da doença", descreveu.

A ocupação dos leitos deste centro de tratamento se dará de acordo com a demanda e mediante encaminhamento da Central Estadual de Regulação.



**PREDIO**  
Estrutura passou por adequação

## Cotações Agropecuárias

PRODUTO	PRACA	PECUÁRIA	UNIDADE	PREÇO
BOI GORDO	FERRAS DE SAVANNA	AFRÓDISIA	ARROBAS	116,000
		ESPIRITO	ARROBAS	109,000
		IMPREGNADA	ARROBAS	116,000
		FRANQUEIAS	ARROBAS	116,000
		ESLARI	ARROBAS	116,000
		SALVADOR	ARROBAS	216,000
		SERV. APLICADOS EMB. AVIS	ARROBAS	116,000
AVES FRANGÍFOLAS CORTE	FERRAS DE SAVANNA	QUELÔ	4,600	
		FERRAS DE SAVANNA	ARROBAS	5,700
CAPRINO	ESPIRITO	AFRÓDISIA	ARROBAS	216,000
		IMPREGNADA	ARROBAS	216,000
		FRANQUEIAS	ARROBAS	216,000
		ESLARI	ARROBAS	216,000
LEITE	FERRAS DE SAVANNA	LEITE	3,800	
		FRANQUEIAS	LEITE	3,800
		IMPREGNADA	LEITE	3,800
		ESLARI	LEITE	3,800
		JACOVIA	LEITE	3,800
CUBANO	FERRAS DE SAVANNA	AFRÓDISIA	ARROBAS	216,000
		ESPIRITO	ARROBAS	216,000
		SERV. APLICADOS EMB. AVIS	ARROBAS	216,000
		CAMPO FORMOSO	ARROBAS	116,000
VITÓ	ESPIRITO	QUELÔ	9,000	

PRODUTO	PRACA	AGROPECUÁRIA	UNIDADE	PREÇO
ALGODÃO - PIVIA	LIT. ESTERILIZADA MAGALHÃES	AFRÓDISIA	ARROBAS	116,000
		ESPIRITO	ARROBAS	116,000
		IMPREGNADA	ARROBAS	116,000
		CAMPO FORMOSO	ARROBAS	116,000
CAGADO	FRANQUEIAS	AFRÓDISIA	ARROBAS	116,000
		ESLARI	ARROBAS	116,000
CETE BRANCA SECCIONADO	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	55,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	55,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	55,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	55,000
CETE BRANCA 2º EST. 100% 100%	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	41,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	41,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	41,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	41,000
CETE BRANCA 3º EST. 100% 100%	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	33,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	33,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	33,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	33,000
CETE BRANCA 4º EST. 100% 100%	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	28,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	28,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	28,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	28,000
CETE BRANCA 5º EST. 100% 100%	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	23,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	23,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	23,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	23,000
CETE BRANCA 6º EST. 100% 100%	VITÓRIA DA CONQUISTA	SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	18,000
		SAC-MEIO	SAC-MEIO	18,000
		SAC-PEQUENO	SAC-PEQUENO	18,000
		SAC-GRANDE	SAC-GRANDE	18,000

CONFIRA TAMBÉM NO NOSSO SITE  
WWW.SISTEMAFAB.ORG.BR

abreufab | abreufabna | abreufabna

**FAB SENAR SINDICATOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÁ DE SÃO JOÃO  
AVISO Nº 07/2020 - Tomada de Preços Nº 24/2020 - Contratação de empresa para o fornecimento de materiais para a manutenção do sistema de água potável do município de Matá de São João, Bahia, inscrita no CNPJ nº 07.639.000/0001-01.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/05/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

11 de maio de 2020 | 09:55

## ***PIB de 2020 deve cair mais de 4%, aponta relatório do Banco Central***

### **ECONOMIA**

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve encolher 4,11% neste ano, segundo analistas do mercado financeiro. A projeção está no relatório desta semana do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (11). Trata-se da 13ª semana consecutiva de revisão para baixo do indicador. Na semana passada, a estimativa era uma retração de 3,76%. A projeção para a inflação em 2020 foi reduzida de 1,97% para 1,76%. A informação é do site O Antagonista.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/05/2020	Caderno: Economia

## ***Com juros baixos, compra de ações por brasileiro aumenta***

### **ECONOMIA**

O pequeno investidor brasileiro está aproveitando a baixa da Bolsa para comprar mais ações, ao contrário do que ocorreu em outros momentos de crise.

Em março, quando o Ibovespa derreteu 30% e teve seis circuit breakers, a pessoa física foi às compras, aumentando em R\$ 17 bilhões sua posição no mercado de ações no mês, segundo dados da B3. De janeiro a abril, são R\$ 33 bilhões a mais no mercado acionário vindos de brasileiros.

O número de novos investidores também cresce conforme a renda fixa fica menos rentável com a Selic renovando as mínimas históricas. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a taxa básica da economia para 3% ao ano. Do fim de janeiro ao fim de abril, quando o coronavírus passou a ser precificado pelo mercado, 558 mil CPFs entraram em ações, e fundos imobiliários, de índice (ETFs) e de investimentos (Fidcs, em direitos creditório, e FIPs, em participações).

Já são 2,3 milhões de CPFs no mercado acionário, quase três vezes o total de 2018. “Com a queda na taxa de juros o investidor tem que correr mais risco na busca de rentabilidade. Além disso, ativos ficaram muito mais baratos e a oportunidade compra, melhor”, diz Marco Harbich, planejador financeiro CFP e gestor de investimentos da Terra.

Enquanto o investidor doméstico amplia posições e sustenta a recuperação da Bolsa, que saiu dos 63 mil pontos após os tombos de março para 80 mil pontos em maio, os estrangeiros tiveram, em 2020, a maior saída já registrada: tiraram R\$ 71 bilhões do mercado acionário desde janeiro.

Com o aumento do protagonismo, o pessoa física representa 25% das negociações da B3 em maio, a maior participação desde agosto de 2010, quando eram 27%. Naquela época, a Petrobras fez a maior oferta de ações brasileira da história e a Bolsa chegou a 610 mil CPFs, recorde batido apenas sete anos depois.

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 08/05/2020	



## GOVERNO EDITA MP QUE LIBERA R\$ 5 BILHÕES PARA O SETOR DE TURISMO



admin 8 Maio, 2020

O presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) nº 963/2020 que libera R\$ 5 bilhões para o setor de turismo. De acordo com o texto, publicado nesta sexta-feira (8) no Diário Oficial da União, os recursos vão reforçar o caixa do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para serem aplicados no financiamento da infraestrutura turística nacional.

Em entrevista recente, no Palácio do Planalto, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, disse que o crédito emergencial por meio do Fungetur vai beneficiar toda a cadeia, incluindo os micro e pequenos negócios. “Eu sei que os empresários do setor de turismo estão indo às agências bancárias e não estão conseguindo os créditos”, argumentou.

Em abril, o governo já havia editado uma MP específica para os setores de turismo e cultura, que permitiu às empresas prorrogar o pagamento do reembolso de eventos e pacotes. Agora, os créditos vão atender a necessidade de capital de giro para os negócios, já que o segmento é um dos mais afetados pela pandemia. As informações são da Agência Brasil.

A MP tem força de lei e já está em vigor, mas ainda será analisada pelo Congresso Nacional.

Veículo: Bocão News	Economia
Data: 09/05/2020	



*Economia E Mercado*

## *Preço da gasolina permanece em queda nos postos, diz ANP*



09 de Maio de 2020 às 09:50 Por: Vagner Souza/BNews Por: Folhapress 0 comentários

**O preço da gasolina nos postos brasileiros caiu, em média, 2,7% esta semana, para R\$ 3,823 por litro, segundo pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). No acumulado do ano, a redução já chega a 16%.**

**A queda reflete a sequencia de cortes nos preços de refinaria promovidos pela Petrobras após o início da pandemia. Esta semana, porém, a estatal decidiu aumentar em 12% os preços, acompanhando recuperação do mercado internacional e a alta do dólar.**

**Foi o primeiro reajuste positivo desde o início da pandemia, que derrubou as cotações internacionais do petróleo. Com onze cortes antes do reajuste desta quinta, o preço do produto nas refinarias ainda acumula queda de 50% no ano.**

**De acordo com a ANP, o preço do diesel caiu 3,93% na semana, para R\$ 3,077 por litro, em média, no país. Nas refinarias, o produto acumula queda de 38% no ano. Não houve alteração no valor de venda pela estatal esta semana.**

***A queda dos preços dos combustíveis levou o IPCA, o índice oficial de inflação do país, a fechar abril com deflação de 0,31%, a maior desde 1998.***

***A ANP ainda não detectou, porém, queda no preço do botijão de gás, que foi vendido em média a R\$ 69,65 esta semana, mesmo que a Petrobras já tenha cortado o preço do gás de cozinha nas refinarias em 21% este ano. Os dados não mostram redução nem no preço das distribuidoras nem na margem de lucro dos revendedores.***

***O consumo de gás de cozinha subiu 12% após o início das medidas de isolamento, que levaram os brasileiros a realizar mais refeições em casa. Com o aumento das vendas, houve dificuldades de entrega em diversos estados e a Petrobras decidiu intensificar as importações do produto.***

***Já as vendas de outros combustíveis caíram, o que vem gerando dificuldades na gestão do parque de refino da Petrobras, já que o gás de cozinha é produzido nas mesmas unidades que produzem gasolina. Isto é, para aumentar a oferta do primeiro, precisa produzir mais a segunda.***

***Para evitar problemas de armazenagem, a Petrobras vinha realizando leilões de venda do produto com desconto e chegou a consultar clientes sobre a disponibilidade de tanques para guardar parte de seus estoques.***

# Estados devem voltar a atrasar salários

Com queda na arrecadação, RJ, RS e MG terão dificuldade para conseguir recursos e pagar servidores, mesmo após ajuda federal

Luciana Dyniewicz, O Estado de S. Paulo

09 de maio de 2020 | 14h00

Após quatro anos pagando **servidores** atrasados, **Estados em situação fiscal** delicada esperavam regularizar a folha de pagamentos neste ano, mas a crise decorrente da **pandemia da covid-19** deve impedir que os trabalhadores voltem a receber em dia. Secretários da Fazenda de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já afirmam que nem mesmo a ajuda do governo federal será suficiente para que consigam cumprir com a folha de pagamentos e, após a fase mais crítica da pandemia, a tendência é que a situação fiscal desses Estados se deteriore ainda mais.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, há 50 meses os pagamentos não são feitos até o último dia do mês, como determina a lei, além de serem escalonados – primeiro recebem aqueles com rendimentos menores. Os servidores chegaram a esperar 45 dias para que o dinheiro caísse em suas contas, mas, no começo deste ano, esse prazo havia diminuído para 13 dias. Em abril, porém, voltou a ser de 30

dias e, para este mês, não há nem previsão. “Não há como garantir data específica. Não vamos pagar em dia”, afirma o secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso.

Servidores protestam em frente ao Teatro Municipal do Rio Foto: Fabio Motta / Estadão  
Com a redução das atividades econômicas em março, a queda na arrecadação de ICMS no Estado foi de 14% no mês passado. Em abril, porém, a paralisação no comércio foi maior, o que deve levar a um recuo de 30% na arrecadação deste mês.

O governo gaúcho deverá receber R\$ 2,2 bilhões, em quatro meses, do governo federal – montante que faz parte do programa federativo para enfrentamento ao coronavírus. Desse total, R\$ 1,95 bilhão, ou R\$ 487 milhões mensais, podem ser gastos em áreas que não sejam relacionadas à saúde. O problema é que apenas a folha de pagamentos do Estado consome R\$ 1,4 bilhão, o equivalente a 47% da arrecadação com ICMS em tempos normais.

“Se o ICMS cair 22,5% durante a pandemia, a ajuda do governo federal dá conta, mas a projeção é que essa queda seja de 30%”, diz Cardoso. “Estamos há 50 dias clamando por ajuda financeira. Depois desse tempo, vemos de forma positiva a ajuda, mas o que vamos receber não cobre a queda da arrecadação. De qualquer modo, o importante é que os recursos venham logo”, acrescenta.

### **Situação no Rio de Janeiro**

Diferentemente de Minas, o Rio de Janeiro já havia conseguido regularizar os pagamentos. Após atrasos constantes em 2016 e 2017, o Estado conseguiu voltar

a pagar os servidores em dia ao aderir ao regime de recuperação fiscal do governo federal. Também contou a favor a recuperação do setor de petróleo, que garante uma receita extra ao governo fluminense devido ao pagamento de royalties. No ano passado, o Rio de Janeiro comemorou o fato de ter quitado o décimo terceiro dos servidores ainda em novembro e, em algumas ocasiões, o pagamento de toda a folha até o quinto dia útil do mês – a lei permite que seja até o dia 10.

“Começamos 2020 pagando salário adiantado. Agora, todo o planejamento financeiro foi por água abaixo. O orçamento virou peça de ficção”, diz o secretário de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho.

O secretário projeta uma queda de 30% na receita deste mês e de 23% durante todo o ano. Por outro lado, o Estado deverá receber R\$ 2 bilhões do governo federal, que poderão ser usados para pagamento de funcionários e fornecedores. “Pelos nossos cálculos, mesmo com a ajuda federal, faltarão R\$ 8,1 bilhões (12% da receita que era esperada) para fecharmos as contas de 2020. Teremos de começar a fazer escolha do que vamos pagar. Os servidores serão prioridade. Em seguida, os fornecedores”, afirma Carvalho.

Segundo ele, o salário dos funcionários públicos estará ameaçado a partir de setembro. “Temos até lá para achar uma solução”, acrescenta ele, que espera um outro auxílio federal para poder pagar as contas. Enquanto isso, o Estado tenta cortar gastos e postergar despesas. Os servidores, que vinham recebendo 50% do décimo terceiro no mês de aniversário, já viram a medida ser suspensa. Um

indicativo de que, como ocorreu em 2016 e 2017, voltarão a ter de esperar meses para receber o salário extra.

### **Novo resgate será necessário, diz economista**

“O que já era complicado vai piorar”, diz o economista Fabio Klein, da consultoria Tendência. Especialista em contas públicas, Klein destaca que os Estados que vinham tendo dificuldade para pagar os servidores e a dívida com a União sofrerão ainda mais após a pandemia da covid-19.

“Alguns Estados apresentaram uma tendência de melhora em 2019. Isso vai ser interrompido”, afirma ele. Segundo levantamento da Tendências que analisa a situação fiscal dos entes federativos, Rio Grande do Sul e Minas haviam melhorado a situação fiscal no ano passado, ainda que de forma muito tímida. O Rio de Janeiro já vinha numa escalada mais concreta desde que aderiu ao regime de recuperação fiscal, em 2017, que lhe permitiu suspender o pagamento da dívida com a União por três anos.

Após o período mais agudo da crise, um novo plano de resgate federal aos Estados deve ser necessário, avalia Klein. “Ao voltar à normalidade, os Estados estarão mais machucados do que já estavam. É difícil imaginar que, sem uma renegociação, retornarão ao mundo como antes da pandemia.”

Klein acredita que, dado o tamanho da crise, esse resgate não deverá ser mais modesto que o Plano Mansueto original nas condicionalidades exigidas dos Estados e nos prazos de pagamento.

## Crise profunda

### Nota para a situação fiscal dos Estados

EM ESCALA DE 0 A 10\*



### Conta que não fecha

EM BILHÕES DE REAIS

FOLHA DE PAGAMENTO

VALOR QUE RECEBERÁ DO GOVERNO FEDERAL POR MÊS\*\*

MG

RS

RJ

2,8

1,4

2,3

0,75

0,49

0,5

# Se presidente vetar reajuste a funcionalismo, equilíbrio fiscal continua, diz Guedes

Ministro afirmou que é preciso garantir que gastos com Previdência, juros de dívida e folha sigam controlados

**Karla Spotorno e Márcio Rodrigues, Broadcast/Estadão**

09 de maio de 2020 | 19h44

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou neste sábado, 9, que se o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetar o reajuste salarial do funcionalismo público fica garantido que, já em 2021, o Brasil volta para a trilha do ajuste fiscal.

"Se o presidente vetar esse aumento, como disse que vai fazer, o déficit fiscal extraordinário (por conta das medidas para combate à pandemia) fica restrito a

este ano", disse Guedes em videoconferência organizada pelo Itaú BBA.



Para garantir mais recursos privados, Guedes disse que será preciso mudar os marcos regulatórios. Foto: Dida Sampaio/Estadão

O ministro afirmou que é preciso garantir que em 2021, os gastos com Previdência, juros de dívida e despesas com funcionalismo sigam controlados. Ele

observou que os dois primeiros itens - ou inimigos, como ele denominou - já estão controlados por conta da Reforma da Previdência e pela mudança de política econômica, respectivamente. "Mudamos o 'policy mix', com juros mais baixos e câmbio mais altos, o que derrubou despesas."

Guedes acrescentou que acredita que existe uma consciência hoje no Brasil sobre a necessidade da sustentabilidade fiscal. "Mudamos o regime fiscal. Em vez de freio monetário e 'fiscal' frouxo, passamos para ajuste fiscal, com juros mais baixos e câmbio mais alto", disse. "O que pedimos agora é que o funcionalismo público faça uma contribuição", disse.

Na conferência, o ministro aproveitou para relembrar as medidas tomadas pela equipe econômica para apoiar o consumidor e também as empresas durante a atual crise. Ele avalia que a reação do Brasil foi rápida e acima da média de países avançados. Nesse contexto, Guedes comparou o Brasil aos Estados Unidos. Disse que o governo brasileiro ajudou a preservar mais de 6 milhões de empregos, enquanto os Estados Unidos registraram mais de 20 milhões de desempregados.

O ministro disse que é verdade que o Produto Interno Bruto (PIB) do País está em queda forte, mas ponderou que o governo está mantendo os "sinais vitais da economia" em funcionamento. "Os sinais são interessantes sobre a preservação de saúde e as perspectiva é de saída em "v". O Brasil está surpreendendo. A hipótese menos provável para o Brasil é a da prolongada recessão", previu.

## **Recuperação em etapas**

Segundo Guedes, a retomada da recuperação econômica no Brasil vai acontecer em algumas etapas. A primeira delas é baseada em juros baixos e no aumento da demanda. A segunda é um "crowding in" com investimentos em grandes áreas de interesse internacional como infraestrutura.

"Em primeiro lugar, vemos recuperação cíclica com juros mais baixos, crédito crescendo a dois dígitos para consumo, famílias. A demanda agregada vai crescer com força. Em segundo lugar, será esse 'crowding in', com ingresso de investimentos nacionais e de fora [internacionais] em setores como óleo e gás, infraestrutura", disse.

Para essa onda de investimentos, Guedes afirmou que a primeira medida que precisa ser feita é a aprovação do marco do saneamento público. Ele defendeu que aprovação seja feita em meio à pandemia. "Precisamos de marcos regulatórios para novas fronteiras de investimento", disse Guedes, citando que é preciso também, com urgência, um novo marco regulatório para a área de petróleo (óleo e gás). "

Ele disse, ainda, que o governo vai aproveitar e propor privatizações se a recuperação da economia brasileira vier no segundo semestre. A ideia é, segundo Guedes, realizar quatro, cinco "grandes privatizações".

O ministro da Economia também afirmou que o Brasil é uma democracia vibrante e que vai se tornar uma economia de mercado. Após o fim da pandemia, o ministro afirmou que prevê uma reflexão internacional sobre a forma como a produção é organizada atualmente no mundo - com uma cadeia produtiva global - e que o Brasil vai poder se beneficiar disso.

# Bolsonaro deve vetar reajuste de servidor

Projeto foi aprovado no Senado e chance de aumento ao funcionalismo atropelou orientação de Guedes, que quer salários congelados

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

10 de maio de 2020 | 21h30

BRASÍLIA - O **presidente Jair Bolsonaro** sinalizou no domingo, 10, que /vetará dispositivo que abre a possibilidade de **reajuste para servidores públicos**, prevista na lei de socorro aos Estados e municípios. “Amanhã a gente sanciona o projeto, com vetos. Está resolvida a parte... tem tudo para dar certo, apesar dos fechamentos por aí”, disse o presidente a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada.

Bolsonaro, porém, não deixou claro se estava falando do projeto de auxílio a Estados e municípios. Questionado por jornalistas, ele respondeu: “‘Sanção’ era o marido da Dalila”, em referência a Sansão, uma figura bíblica.

Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, o projeto foi aprovado no Senado com o aval do próprio presidente para beneficiar o funcionalismo, principalmente da área de segurança. A decisão atropelou a orientação do **ministro da Economia, Paulo Guedes**, que pedia o congelamento de salários até

dezembro de 2021 como contrapartida ao socorro de R\$ 125 bilhões aos Estados e municípios.

Após a votação, Bolsonaro mudou de postura e fez promessas públicas, ao lado de Guedes, para vetar a lista de categorias que ficariam de fora do congelamento de salários. Para cumprir com a promessa, o presidente terá de rejeitar o aumento para todas as categorias, pois as flexibilizações constam todas em um único parágrafo do artigo 8º do projeto.

No projeto, foram poupados do congelamento servidores da área de saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das Forças Armadas.

Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, da forma como foi aprovado, o texto libera o reajuste para 7 de cada 10 servidores públicos de Estados e municípios. Já entre os funcionários públicos federais, as carreiras blindadas representam 60% do total da folha.

# Definição de reajuste a servidor sinalizará rumos da economia

Decisão poderá reforçar ou fragilizar a posição do ministro da Economia, Paulo Guedes

**José Fucs\***, O Estado de S.Paulo

10 de maio de 2020 | 22h10

A decisão do **presidente Jair Bolsonaro** em relação ao projeto de auxílio a Estados e municípios, aprovado na semana passada pelo Congresso, deverá dar um sinal crucial para o mercado sobre os rumos da economia.

Num momento em que crescem os rumores sobre uma possível guinada na política econômica, a partir da aliança do governo com o Centrão, **a decisão poderá reforçar ou fragilizar a posição do ministro Paulo Guedes.**

Se Bolsonaro realmente vetar a previsão de reajuste para certas categorias do funcionalismo estadual e municipal em 2020 e 2021, como reafirmou ontem, dará uma indicação de que Guedes continua “prestigiado” e a atual política econômica, focada no equilíbrio fiscal, será mantida – ao menos por enquanto.

Agora, se ao contrário do que defende Guedes, Bolsonaro sancionar o projeto na íntegra, ele o colocará numa sinuca constrangedora, que poderá levá-lo até a deixar o governo, segundo relatos de alguns de seus auxiliares.

Embora o presidente tenha reforçado seu apoio a Guedes nos últimos dias, foi com seu aval, de acordo com o Major Vítor Hugo (PSL-GO), líder do governo na Câmara, que os deputados governistas votaram a favor das exceções no congelamento de salários dos servidores.

Guedes, porém, considera o veto indispensável para cumprir a sua agenda econômica e encararia uma eventual sanção presidencial como uma espécie de “voto de desconfiança” .

Em sua visão, o congelamento dos salários do funcionalismo, com economia de R\$ 130 bilhões, é o elo que falta para permitir uma retomada consistente no pós-pandemia. Aliado à reforma da Previdência, que deverá garantir uma redução nos gastos de cerca de R\$ 1 trilhão em dez anos, e do corte nos juros, que permitirá uma economia estimada em torno de R\$ 120 bilhões ao ano na rolagem da dívida pública, o congelamento completará a estratégia de Guedes para dotar o País de uma sólida âncora fiscal.

# Servidores pressionam para que Bolsonaro vete restrições a bônus salariais

A pressão maior contrária à proibição de reajustes vem dos militares das forças de segurança estaduais, base de apoio eleitoral do presidente

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

08 de maio de 2020 | 15h54

BRASÍLIA - Antes de o presidente **Jair Bolsonaro** vetar a possibilidade de reajustes aos **servidores públicos** até dezembro de 2021, cresceu a pressão do funcionalismo público para que o presidente também vede a proibição para que os próximos 18 meses sejam contados para bônus salariais. O veto, nesse caso, beneficiaria as categorias.

Segundo apurou o Estadão, as carreiras querem que o presidente vete parte do projeto que proíbe que os meses até dezembro de 2021 sejam contabilizados para a concessão de anuênios (adicionais por cada ano trabalhado), triênios (três anos), quinquênios (cinco anos) e licenças-prêmio (licença remunerada

concedida a cada cinco anos de serviço; extinta para novos servidores a partir de 1997).

Da forma como foi aprovado pelo **Congresso**, o texto proíbe que até dezembro de 2021 haja aumento de despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço. O texto deixa claro que não há qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício para o cálculo da aposentadoria.

A proibição para a contagem dos próximos 18 meses na concessão de bônus salariais beneficia mais os Estados e municípios, onde há mais esse tipo de benefício. De acordo com uma fonte da equipe econômica, o alívio total é de cerca de R\$ 40 bilhões. Nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esses benefícios correspondem a um terço da folha. Nos do Nordeste, chegam a 50%.

Como era esperado, há pressão também para que o presidente não cumpra a promessa feita ontem de vetar a parte do projeto que deixa várias categorias de fora do congelamento. Para garantir a promessa feita ao ministro da Economia, **Paulo Guedes**, o presidente terá que vetar toda a lista das categorias que ficaram de fora do congelamento de salários.

Isso porque todas as flexibilizações, que deixaram de fora do ajuste salarial diversas categorias, estão num único parágrafo do artigo 8º do projeto. Ou veta o parágrafo todo ou não veta nada, explicou um integrante da equipe econômica.

Como mostrou o Estado, **o projeto foi aprovado no Senado com o aval do próprio presidente para beneficiar o funcionalismo**, principalmente da área de segurança, atropelando a orientação do ministro Guedes de garantir essa contrapartida ao socorro de R\$ 125 bilhões aos Estados e municípios.

O ministro ficou irritado com a orientação do líder do governo na Câmara, **Major Vitor Hugo** (PSL-GO), na orientação do voto e reclamou com o presidente. O presidente conversou com Guedes sobre a possibilidade de veto antes da entrevista em que anunciou a intenção de **seguir a orientação da equipe econômica para manter o congelamento**.

A pressão maior contrária à proibição de reajustes vem dos militares das forças de segurança estaduais, base de apoio eleitoral do presidente.

**No texto aprovado pelo Congresso**, foram poupados do congelamento servidores da área de saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das Forças Armadas.

## opinião

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Carqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benéz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Pressão deflacionária

Queda de preços em abril reforça corte de juros; queda alto e déficit fiscal são riscos mais à frente

Com a queda de 0,31% dos preços ao consumidor em abril, a maior para o mês desde 1998, vai se confirmando o diagnóstico de que o impacto da pandemia de Covid-19 é deflacionário. Fora alimentos, todos os outros grandes grupos de produtos experimentaram pressão de baixa, o que sugere falta geral de demanda na economia.

Mediada pelo IPCA, a inflação em 12 meses ficou em 2,4%, inferior à meta de 4% fixada para este ano — e mesmo ao piso de 2,5% admitido pela política do Banco Central.

A tendência, ao menos por enquanto, é de queda adicional. Para 2021, as projeções também apontam para inflação bem abaixo da meta de 3,75%, o que confere espaço para o Banco Central reduzir ainda mais sua taxa de juros, a Selic. Há decerto dúvidas quanto à duração do fenômeno. O risco de surpresa inflacionária mais adiante existe, dada, por exemplo, a forte desvalorização do real, que encarece as mercadorias importadas.

Mas, com estoques em alta e a possibilidade de mudança duradora nos hábitos do consumidor, reduz-se o espaço para uma grande recomposição de preços por parte das empresas.

Diante desse cenário, o BC cortou os juros em 0,75 ponto percentual, desta vez para 3% ao ano, novo recorde baixista. A autoridade monetária indicou, além disso, que, se não houver mudança significativa na conjuntura, deverá promover mais uma queda de magnitude similar, levando a Selic a 2,25%, algo impensável poucos meses atrás. Há riscos na estratégia, sem dú-

vida. Um deles é o incentivo, em tese, para saída de capitais do país, ocasionando perdas ainda maiores do valor do real ante o dólar. Em algum momento, haveria repasses de custos para os preços locais.

A cotação da moeda norte-americana, com efeito, atingiu R\$ 5,85 na quinta (7), maior cifra da história do real, em termos nominais.

A inflação muito abaixo das metas, no entanto, tende a pesar mais na decisão. A opção clara do BC foi por afrouxar as condições monetárias internas. Busca nem tanto estimular a demanda, que a esta altura enfrenta restrições físicas, mas minimizar o custo financeiro para empresas e famílias e, assim, facilitar uma retomada mais adiante.

A grande ameaça que paira sobre a permanência dos juros baixos, na verdade, é a fragilidade do Orçamento. A despeito da necessidade indiscutível de elevar despesas públicas para mitigar os efeitos da pandemia, o país não pode prescindir da devida cautela com as contas do Tesouro Nacional.

Sinais de desconforto aparecem, por exemplo, nos juros ainda elevados para prazos mais longos, os que mais importam para financiamentos. A própria queda do real, ademais, pode estar ligada à desconfiança quanto à solvência do governo a longo prazo.

A política monetária, sozinha, não conseguirá estabilizar a economia. Com a dívida pública mais alta, governo e Congresso precisam emitir sinais inequívocos de que retornarão à agenda de reformas no pós-crise. Do contrário, a experiência dos juros baixos será efêmera.

## Alcool no isolamento

Pandemia eleva consumo caseiro de bebidas, cujos danos devem ser enfrentados com informação

Do bar para a casa: entre fevereiro e março, serviços de venda pela internet e entrega de bebidas registraram aumentos de até 50% na demanda por etílicos, segundo dados de plataformas do setor.

Fenômeno similar ocorre em outros países. Nos Estados Unidos as vendas de bebida alcoólica elevaram-se em 55% em meados de março, conforme pesquisa divulgada pelo jornal Washington Post.

O acréscimo no consumo doméstico sugere mais um deslocamento de local do que propriamente uma alta da demanda na pandemia. A Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe) registrou uma queda média de 52% no faturamento do setor entre os dias 15 e 31 de março.

O álcool pode ser visto por muitos como uma forma de lidar com os efeitos decorrentes do isolamento social, como ansiedade e solidão. Ademais, eventos virtuais, muitos deles promovidos por celebra-

dial da Saúde (OMS), para mulheres e pessoas com mais de 65 anos o máximo recomendado é de até três doses por dia ou sete por semana. Para homens, o limite é de até quatro por dia ou 14 por semana.

Especialistas apontam que o álcool reduz a imunidade, além de trazer riscos para a saúde física e mental durante o período. Cabe lembrar ainda que o consumo caseiro está entre os fatores apontados para a maior ocorrência de violência contra a mulher. Dados da Secretaria da Segurança Pública mostram que, desde o início das restrições à circulação, os pedidos de socorro emitidos de dentro de casa aumentaram em 19,8% no estado de São Paulo.

A OMS recomenda que governos e empresas restrinjam as vendas de bebida, mas a experiência histórica mostra que a estratégia repressiva é ineficaz nesses casos. Restam paliativos, como incluir



João Montanaro

## O dia seguinte

Vinicius Mota

**SÃO PAULO** A Guerra Fria suscitou pesadelos de aniquilação nuclear e estimulou especulações sobre como seria a vida na Terra após a detonação das ogivas do apocalipse.

A pandemia da Covid-19 não chega perto do que teria sido aquele drama, mas, como poucos acontecimentos na história recente, ela risca no chão de todos os rincões do planeta um antes e um depois.

Com o que se parece, até aqui, o saldo do "dia seguinte" a essa transformação global? Com a vista ainda embaçada pela fumaça opaca e a chuva escura, eis alguns esboços grosseiros:

1. Fomos castigados pelas armadilhas da matemática. Quando cada infectado transmite o vírus a 4 pessoas num período de 14 dias, menos de quatro meses separam o caso mil do 90 milhões. Não há intuição humana capaz de captar adequadamente tamanha disparidade.

2. O parasita explora as idiossincrasias da nossa mente, moldada no longo processo da evolução para consumir o máximo possível no

presente, mas apenas mais recentemente recauchutada para admitir alguma perda agora em nome de mais bem-estar no futuro.

3. Algumas das sociedades mais pacientes em relação às tentações do consumo imediato parecem ser também as que melhor combatem a ameaça epidêmica. A eurócia cautelosa asiática, nórdica e europeia, expressa por exemplo em taxas mais elevadas de poupança, pode estar rendendo frutos também na frente sanitária, o que só sabemos ao certo mais tarde.

4. Poucos adventos na história da humanidade de terão tido o valor potencial tão saliente quanto a vacina contra o novo coronavírus. Se ela já existisse, o mundo deixaria de perder mais de US\$ 5 trilhões só neste ano. A vacina é o pote de ouro jamais sonhado pelo investidor mais voraz.

5. A morte deixou de ser banal, abundante e costumeira para a maioria das sociedades. Políticos que não entenderam a mudança comportam-se como fósseis que ainda caminham.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

## O jogo Bolsonaro x Moro é político

Leandro Colon

**BRÁSIA** Há um movimento em Brasília de desqualificação do depoimento de Sergio Moro à Polícia Federal.

Críticas vêm de advogados de envolvidos com a Lava Jato, de parlamentares que integram um Congresso pouco simpático ao ex-juiz e de magistrados de tribunais superiores que nunca momeram de amores por ele.

Os ataques do Planalto não contam, afinal Jair Bolsonaro é o alvo. O entorno de Augusto Aras, escolhido por Bolsonaro para chefiar a Procuradoria-Geral da República, tem diminuído nos bastidores a importância do depoimento.

É fato que Moro frustrou quem esperava algo bombástico. Não foi assim. Não houve um petardo desconcertante em Bolsonaro. Se o presidente cometeu crime, é um problema da PGR e do STF identificá-lo. A mesa agora está uma série de elementos políticos bem graves.

Fernando Collor sofreu impeachment em 1992 e foi absolvido pelo Supremo. Dilma Rousseff foi retirada do Palácio do Planalto em 2016 com base nas pedaladas fiscais, mas pou-

co sofreu na esfera penal.

O jogo é político, e Moro enumerou pistas. Citou o vídeo da reunião ministerial de 22 de abril como suposta prova da pressão sobre a PF. E jogou três ministros militares na fogueira — Braga Netto, Luiz Eduardo Ramos e Augusto Heleno.

O trio de generais vai depor à PF nesta terça-feira (12). Suponha-se que eles falarão a verdade.

No dia 23, horas depois de a Folha revelar o pedido de demissão de Moro a Bolsonaro, Braga Netto disse em entrevista que a assessoria do então ministro "desmentiu" sua saída.

Não era verdade. Não só jamais houve desmentido como o próprio Braga Netto havia tratado do assunto com Moro pouco antes. Sabia que ele pediria demissão ao presidente.

Já Ramos não pode negar os conflitos entre Moro e Bolsonaro. Na manhã do dia 24, tentou inclusive falar com ex-ministro por meio de Luiz Pontel, então secretário-executivo do Ministério da Justiça, para impedir o anúncio da demissão às 1h daquela sexta. Não conseguiu.

## Mesas atalhadas

Ruy Castro

**RIO DE JANEIRO** O Bar Luiz, restaurante alemão da rua da Carioca, já tinha dois anos em 1889 quando caiu a Monarquia. Sua strada pelo ter alimentado muitas conspirações republicanas. Nos séculos seguintes, ele atravessou o bota-abixo do prefeito Pereira Passos, a gripe espanhola, duas guerras mundiais (com a Alemanha como vila e pondo a prova o amor do carioca pelo seu chope), a Revolução de 1930, duas ditaduras, as obras do metrô (que arrasaram o Centro da cidade) e dezenas de planos econômicos, inclusive um confisco que drenou o dinheiro em circulação. O Bar Luiz sobreviveu a tudo isso. Mas não sabe se, aos 133 anos, sobreviverá ao coronavírus.

Essa crônica da resistência foi levantada há dias pela repórter Raphaela Ribas no Globo, citando também o Café Lamas, ainda mais antiga do imóvel, um banco, está fechado. O Rio sabe o peso desses endereços em sua memória.

Eu me preocupo com o destino de outros queridos estabelecimentos, centenários ou quase, que também estão lutando pela vida. Como o Cosmopolita, o Nova Capela e o Bar Brasil, todos na Lapa. O Rio-Minho, na rua do Ouvidor, o Amarelinho, na Cínelândia, e o Adegão Português, em São Cristóvão. O Cedro do Líbano, no Saara, o Mosteiro, na rua São Bento, e o Santa Ai, perto do Itamaraty.

Ou o Shirley, no Leme, a Adega Pérola e o Caranguejo, ambos em Copacabana, e o Bar Lagoa, na própria. Sem falar na Colombo e na Cavé, no Centro, que são o Rio de 1900. Antes do vírus, todos pareciam eternos na sua fragilidade.

A história de uma cidade não se limita às ruas e aos gabinetes. Pas-

## Weak strongman

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Aresposta canônica de líderes liberais frente à pandemia é apontar a magnitude da ameaça como justificativa para a concentração de poder. O caso exemplar é o de Viktor Orbán na Hungria, que governa virtualmente por decreto.

Bolsonaro, Trump, e Johnson (este mais bufão que liberal), no entanto, fizeram pouco caso dela.

Este paradoxo pode ser explicado pelo fato de que os dois últimos depararam-se com ameaças — impeachment e Brexit — que precediam a pandemia. Contavam com maiorias parlamentares disciplinadas: Trump foi inocentado no Senado, onde tem maioria; apenas um senador de seu partido (Mitt Romney) votou a favor. Contudo deparavam-se com checks and balances robustos e opinião pública ativa.

Bolsonaro é liderança liberal hiperminoritária, o que é um oxímoro. Mas a contradição desfaz-se quando se examina as condições excepcionais de sua ascensão: a formação de uma maioria negativa que o rejeitava menos que o rival. Sua crescente vulnerabilidade explica a aliança com o centrão. Ela fortalece seu escudo legislativo (em equilíbrio instável), mas piora a popularidade. Ele também se depara com instituições de controle que aquietaram o centrão.

Bolsonaro fez pouco caso da pandemia porque é weak strongman e também por esperar não ser responsabilizado pelo caos sanitário — afinal os serviços de saúde estão a cargo de governadores e prefeitos, que arcarão com seus custos políticos. Mas importa-lhe o caos econômico — daí ter se antecipado em transferir responsabilidade para governadores. Aqui a jogada é radical: dos 12 governadores que o apoiaram, apenas 3 o fazem agora (ante 26 em 50, nos EUA, que são co-partidários de Trump).

Sua declinante e popularidade eleva a probabilidade de derrocada. Mas a emergência sanitária e o afastamento do presidente são mega questões que tendem a ser mutuamente excludentes na agenda pública.

Disputa semelhante — mas de sinal contrário — ocorreu nos EUA, onde o impeachment ocupou a agenda congressual, deslocando a questão da pandemia.

O pedido de impeachment foi aprovado em 18/12/2019 pela Câmara dos Representantes, e o voto no Senado ocorreu em 7 de fevereiro. Já no Reino Unido, a disputa de agenda envolvendo o Brexit teve desenlace após as eleições gerais de 13/12/2019 e rodada de três votações em 19/12/19 dezembro e 23/01/2020 janeiro, quando recebeu o Royal Assent. A pandemia só entra na agenda de Reino Unido e EUA em março e abril.

Se o afastamento e o horror sanitário mantiverem-se separ-

des e artistas populares, não raro são regados a bebida.

Os excessos, como se sabe, podem gerar consequências sombrias. Segundo a Organização Mun-

em campanhas aertas sobre o uso excessivo de álcool e outras drogas. A conscientização se mostra o caminho menos imperfeito para lidar com o problema.

go, 146 anos, e mais histórico. O Lamas está tentando compensar com um serviço de entregas a quebra de 75% no faturamento. O Bar Luiz, já combalido pela ganância do dono

sa igualmente por suas mesas atalhadas e pelas pessoas que, entre os saleiros, pratinhos de pickles e galheteiros, fazem delas assembleias em reunião permanente.

rados na agenda, Bolsonaro dificilmente será afastado. Mas, se suas ações cotidianas são vistas como ameaça, abrem-se possibilidades para fazê-lo.

# poder coronavírus

PAINEL

Camila Mattoso  
painel@grupofolha.com.br

## Lente de aumento

O Tribunal de Contas da União firmou, na última quinta (7), um acordo de cooperação com o Ministério da Cidadania para passar uma peneira nos cadastros do auxílio emergencial — benefício de R\$ 600 pago pela Caixa. Cerca de 97 milhões de pessoas se inscreveram e 50 milhões receberam a primeira parcela. O TCU vai verificar se houve inclusão indevida de pessoas, fora dos requisitos da lei, e pretende analisar se houve exclusão indevida de quem deveria receber e ficou de fora do socorro.

**MALHA FINA** Na última quarta (6), o TCU apresentou o resultado de auditoria feita em setembro do ano passado nos pagamentos do Bolsa Família e do BPC (para deficientes e idosos carentes). Os programas usam o mesmo cadastro utilizado para o pagamento de parte dos que têm direito ao auxílio emergencial. O órgão detectou irregularidades no valor de R\$ 3 bilhões, em um total de R\$ 91 bi distribuídos em 2019.

**PRECOCE** Esta peneira detectou um aumento de mais de três vezes no número de benefícios considerados irregulares no BPC. A área técnica do TCU verificou que 849 dos atendidos pela modalidade de amparo ao idoso têm menos de 65 anos, ou seja, não têm a idade regulamentar para ser considerado idoso. Segundo o INSS, os casos são resultado de ações na Justiça.

**FOLHINHA** A Caixa pretende usar os dados dos cadastros para escalar o pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial de acordo com a data de nascimento de todos os beneficiários. Na primeira fase, isso não foi possível, segundo o banco, porque o pagamento foi feito por lotes.

**TRAVA** Há uma divisão, dentro da Economia, sobre o ritmo de ampliação do FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) — fundo de R\$ 20 bi para destravar o crédito.

**A PRAZO** O Tesouro deu sinal verde à liberação do dinheiro, mas defende que seja parcelada em quatro vezes de R\$ 5 bi. Só em caso de elevada procura, as parcelas aumentariam. Outra ala, quer a liberação já em duas vezes de R\$ 10 bi.

**CHANCE** O ofício atípico produzido pela PF sobre Alexandre Ramagem, cuja nomeação para diretor-geral foi vetada no STF, foi criticado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). “É um escárnio, subverte a decisão anterior do Supremo e não se atém aos fatos. Caso insistam, voltaremos a pedir a anulação do ato no STF”.

### TIROTEIO

“Bolsonaro cancelou por falta de quórum: só iriam os filhos, provocando o maior surto de diarreia-mental da história

Do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), sobre o churrasco que o presidente disse que daria neste sábado e depois disse que era falso

com Mariana Carneiro e Guilherme Sesto

### GRUPO FOLHA

**FOLHA DE S.PAULO** ★★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante  
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman  
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha  
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal afiliado ao IVC

Circulação paga às xox de mês 0000. Impresso mais digitais (IVC)  
Páginas vistas no site da Folha em mês 0000 (Google Analytics) x  
Visitantes únicos no site da Folha em mês 0000 (Google Analytics) x

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária

Carta tributária 3,65%

# Bolsonaro terá semana decisiva em caso que pode levar ao seu afastamento

Três ministros, seis delegados e uma deputada prestam depoimento em investigação sobre suspeita de interferência do presidente na PF

Matheus Teixeira

**BRASÍLIA** Esta semana será decisiva para a PGR (Procuradoria-Geral da República) concluir se irá denunciar o presidente Jair Bolsonaro por corrupção passiva privilegiada, obstrução da Justiça e advocacia administrativa por tentar interferir na autonomia da Polícia Federal.

De segunda (11) a quinta-feira (14), três ministros de Estado, seis delegados e uma deputada federal devem prestar depoimento no inquérito que investiga a veracidade das acusações do ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro contra o chefe do Executivo.

Além disso, o ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), pode decidir nos próximos dias sobre a publicidade do vídeo da reunião ministerial em que Bolsonaro teria ameaçado Moro de demissão caso não trocasse o diretor-geral da PF.

Nesta investigação, Bolsonaro poderá ser denunciado pela PGR e, se a Câmara aprovar o prosseguimento das investigações, será afastado do cargo automaticamente por 180 dias.

O encontro ministerial gravado em vídeo foi citado pelo ex-ministro em depoimento à PF. Interlocutores do Palácio do Planalto temem que a divulgação da gravação gere uma crise ainda maior, uma vez que pessoas presentes dizem que, na ocasião, outros ministros teriam feito duras críticas aos Poderes Judiciário e Legislativo.

Celso de Mello permitiu que o ex-ministro, a PGR e Bolsonaro vejam o vídeo, “em ato único”, antes de decidir se mantêm o vídeo em sigilo ou não. E isso ocorrerá, segundo o advogado do ex-ministro, Rodrigo Sánchez, na terça-feira (12).

Moro, inclusive, voltará a Brasília pela primeira vez depois da demissão para acompanhar a transmissão do vídeo. Ele tem passado os últimos dias em Curitiba.

Ao pedir demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública no último dia 24, Moro disse que o presidente queria obrigá-lo a trocar o diretor-geral da PF, Mauricio Valeixo, para colocar alguém de seu contato direto no cargo. Na manhã daquele dia, a exoneração de Valeixo foi publicada no Diário Oficial. Nesta segunda-feira, ele irá à PF na condição de testemunha no inquérito que apura as acusações do ex-ministro.

O objetivo da mudança seria facilitar o acesso de Bolsonaro a relatórios de inteligência e detalhes de operações em curso, o que viola a autonomia da corporação prevista em lei.

O escolhido do chefe do Executivo para comandar a PF e operar seus pedidos dentro da corporação, segundo Moro, seria Alexandre Ramagem, que prestará depoimento nesta segunda-feira. A oitiva é considerada pelos investigadores uma das mais importantes por Ramagem ser considerado uma peça-chave nos episódios relatados por Moro.

Atual diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), ele é próximo da família Bolsonaro e, após Moro e Valeixo,



Bolsonaro retorna ao Planalto após visita ao STF Adriano Machado/7.mai.20/Reuters

### QUEM VAI PRESTAR DEPOIMENTO

**Segunda (11)**  
• Mauricio Valeixo, ex-diretor-geral da PF

• Alexandre Ramagem, diretor da Abin, impedido pelo STF de assumir o posto de Valeixo

• Ricardo Saadi e Carlos Henrique Sousa, ex-superintendentes da PF no RJ

• Alexandre Saraiva, superintendente da PF no Amazonas

• Rodrigo Teixeira, delegado responsável pela investigação sobre a facada em 2018

**Terça (12)**  
• Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional)

• Walter Braga Netto (Casa Civil)

• Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo)

**Quinta (14)**  
• Carla Zambelli, deputada federal (PSL-SP)

to, vetou sua posse no cargo por entender que a escolha não observava os princípios da moralidade e da impessoalidade. Diante da decisão do Supremo, o presidente indicou Rolando de Souza, braço direito de Ramagem na Abin, para o posto.

Outra acusação de Moro é em relação à insistência de Bolsonaro em trocar o superintendente da PF no Rio de Janeiro.

Primeiro, em setembro do ano passado, pressionou até Moro a aceitar a troca de Ricardo Saadi por Carlos Henrique Sousa à frente da corporação no estado.

A troca, no entanto, não teria sido suficiente, e Bolsonaro teria seguido com a intenção de mudar a chefia da PF no RJ. Na segunda-feira, ambos irão prestar depoimento.

Além dos dois, também deve ocorrer a oitiva de outros dois delegados: Alexandre Saraiva, que foi cotado para assumir a corporação, e Rodrigo Teixeira, responsável pelo inquérito da facada que Bolsonaro levou quando era candidato a presidente.

Ao pedir que os delegados fossem ouvidos, o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que eles são fundamentais para investigar “eventual patrocínio, direto ou indireto, de interesses privados do presidente perante a PF”.

Na terça-feira, será a vez de três ministros do governo deporem simultaneamente, para evitar que combinem versões. Eles foram convocados por terem sido citados por Moro como testemunhas das investidas do presidente para interferir na PF.

Serão ouvidos Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Walter Braga Netto (Casa Civil) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo). Participarão dos depoimentos investigadores da Polícia Federal e da Procurado-

gou mensagens trocadas com a parlamentar como prova de que não teria aceitado que o presidente Jair Bolsonaro interferisse na PF.

Na conversa ocorrida antes de Moro pedir demissão, Zambelli pediu que Moro aceitasse a mudança no comando da PF e não rompesse com Bolsonaro para, assim, ser indicado a uma vaga no Supremo.

Nas mensagens, primeiramente, Zambelli pede “por favor” para Moro aceitar Alexandre Ramagem no comando da PF. “E vá em setembro para o STF. Eu me comprometo a fazer o Jb prometer”, completou a deputada. Moro, então, respondeu: “Prezada, não estou à venda”.

Também há expectativa em relação à liberação do vídeo da reunião em que Bolsonaro teria ameaçado Moro. O ministro Celso de Mello permitiu que a PGR, Moro e Bolsonaro vejam a íntegra da gravação antes de decidir se a torna pública na totalidade ou apenas parte dela.

Antes, o magistrado deve aguardar um parecer do procurador-geral da República a respeito. O decano do STF anunciou que decidirá “brevissimamente” sobre o tema.

No pedido de abertura de inquérito, Aras afirmou que oito delitos podem ter sido cometidos nos episódios narrados por Moro: falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, obstrução da Justiça, corrupção passiva privilegiada, prevaricação, denunciação caluniosa e crime contra a honra.

De acordo com interlocutores do PGR, Moro pode ser enquadrado nos três últimos e Bolsonaro, nos seis primeiros. Bolsonaro é investigado por falsidade ideológica por causa da exoneração de Valeixo da direção-geral da PF no Diário Oficial, publicada com a assinatura de Moro.

Ao pedir demissão, o ex-ministro disse que não endossou

MG, PR, RJ, SP R\$ 685	DF, SC R\$ 858	ES, GO, MT, MS, RS R\$ 1.089	AL, BA, PE, SE, TO R\$ 1.177	Outros estados R\$ 1.460
<b>Venda avulsa</b>				
MG, PR, RJ, SP R\$ 5 (seg. a sáb.) R\$ 7 (domingo)	DF, SC R\$ 5,50 R\$ 8	ES, GO, MT, MS, RS R\$ 6 R\$ 8,50	AL, BA, PE, SE, TO R\$ 9,25 R\$ 11	Outros estados R\$ 10 R\$ 11,50

xo pedirem demissão, chegou a ser indicado para comandar a PF.  
O ministro Alexandre de Moraes, do STF, no entan-

ria-Geral da República (PGR).  
Por fim, na quinta-feira, acontecerá a oitiva da deputada Carla Zambelli (PSL-SP).  
O ex-ministro da Justiça divul-

a publicação e nem sequer teve notícia de que ele sairia. Horas depois, o Diário Oficial foi republicado sem assinatura do ex-juiz da Lava Jato.

# Com juros baixos, compra de ações por brasileiro aumenta

Na crise, pessoa física amplia participação na Bolsa em R\$ 33 bi; estrangeiro sai

Júlia Moura

**SÃO PAULO** O pequeno investidor brasileiro está aproveitando a baixa da Bolsa para comprar mais ações, ao contrário do que ocorreu em outros momentos de crise.

Em março, quando o Ibovespa derreteu 30% e teve seis circuit breakers, a pessoa física foi às compras, aumentando em R\$ 17 bilhões sua posição no mercado de ações no mês, segundo dados da B3. De janeiro a abril, são R\$ 33 bilhões a mais no mercado acionário vindos de brasileiros.

O número de novos investidores também cresce conforme a renda fixa fica menos rentável com a Selic renovando as mínimas históricas. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a taxa básica da economia para 3% ao ano.

Do fim de janeiro ao fim de abril, quando o coronavírus passou a ser precificado pelo mercado, 558 mil CPFs entraram em ações e fundos imobiliários, de índice (ETFs) e de investimentos (Fides, em direitos creditório, e FIPs, em participações).

Já são 2,3 milhões de CPFs no mercado acionário, quase três vezes o total de 2018.

Com a queda na taxa de juros o investidor tem que correr mais risco na busca de rentabilidade. Além disso, ativos ficaram muito mais baratos e

a oportunidade compra, melhor", diz Marco Harbich, planejador financeiro CEP e gestor de investimentos da Terra.

Enquanto o investidor doméstico amplia posições e sustenta a recuperação da Bolsa, que saiu dos 63 mil pontos após os tombos de março para 80 mil pontos em maio, os estrangeiros tiveram, em 2020, a maior saída já registrada: tiraram R\$ 71 bilhões do mercado acionário desde janeiro.

Com o aumento do protagonismo, o pessoa física representa 25% das negociações da B3 em maio, a maior participação desde agosto de 2010, quando eram 27%. Naquela época, a Petrobras fez a maior oferta de ações brasileira da história e a Bolsa chegou a 610 mil CPFs, recorde batido apenas sete anos depois.

Segundo dados do aplicativo Real Valor, do fim de fevereiro até a última sexta (8), 74% dos investimentos dos seus 20 mil usuários foi para a compra de ações, e 11% para fundos imobiliários.

Em valores, pessoas físicas e clubes de investimento atingiram 14,8% do R\$ 1,8 trilhão do mercado de ações brasileiro em março, considerando ADRs (recibo de ação brasileira negociado nos EUA).

Estrangeiros ainda correspondem pela maior parte, 51,6%, mas este é o menor percentual desde fevereiro de 2010.

No cenário de aversão a ris-

## Perfil de investidor

### Conservador

Preza estabilidade do investimento. Quer saber qual será o rendimento ao fim do mês, sem arriscar perder dinheiro ou ter surpresas no meio do caminho. No passado, mantinha toda a carteira em renda fixa, mas, com a queda da rentabilidade, analistas recomendam uma pequena alocação em fundos multimercado e ações

### Moderado

Aceita mais oscilações nos investimentos, especialmente a longo prazo, mas também preza a garantia do retorno. Sua carteira é mais diversificada, com maior espaço para a renda variável

### Arrojado

Está mais disposto a correr risco em nome do retorno maior. Tem mais tranquilidade para lidar com oscilações bruscas do mercado de renda variável

### Agessivo

Não tem medo de perder em algumas aplicações para ganhar em outras. Tem sangue frio para aguentar o tranco de queda brusca de ações

co, com uma das maiores crises econômicas da história pela frente, estrangeiros migram recursos de emergentes para portos considerados mais seguros, como ouro, dólar e títulos do Tesouro americano.

Com a Selic a 3% e juro real (descontado da inflação) estimado pelo mercado em 1% ao ano, brasileiros não se restringem à renda fixa. "As pessoas indo para a renda variável na crise pela Selic baixa", diz Tales Fontes, sócio da AF Invest.

Segundo ele, outros dois fatores contribuem para o aumento de risco na carteira do brasileiro: a democratização dos investimentos com o boom de corretoras e casas de análise, com custos de transações e taxas mais baixas e maior acesso à informação, e o medo de ficar de fora da "nova onda de alta" — em 2019, o Ibovespa subiu 32%, quebrando recordes na pontuação.

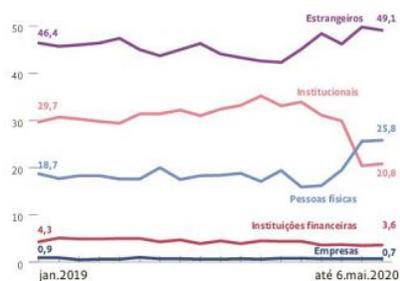
"A educação financeira vem aumentando no Brasil. Em 2008, bateu o pânico e teve retirada em manada. Agora, as pessoas entenderam que vender em queda piora a situação", diz Harbich, da Terra.

Raissa Rabelo, 28, é uma das novatas da Bolsa. A advogada aproveitou a baixa do mercado e comprou ações de Petrobras, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e Magazine Luiza, além de três fundos imobiliários.

Continua no pág. A14

## Pequeno investidor já responde por 25% da Bolsa

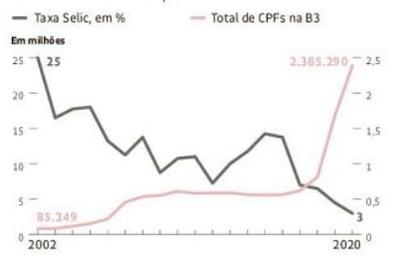
Movimentação na Bolsa (soma do volume de compra e venda de ativos)  
Em %



Enquanto estrangeiros saem em volume e velocidade recordes... Saldo de estrangeiros, sem considerar IPO e follow-on, em R\$ milhões



...os brasileiros ampliam a participação no mercado acionário na esteira da queda da Selic



Fontes: B3 e Bloomberg



# folhamed

**Informação na palma da mão: o melhor remédio**

A Folha lança a **FolhaMed**, uma assinatura pensada para os profissionais que atuam na área médica. Ela dá acesso a todo o conteúdo do jornal e conta também com uma newsletter exclusiva que apresenta notícias, reportagens, entrevistas e os avanços em tratamentos médicos, além das principais notícias e colunas da semana. Acompanhe os conteúdos exclusivos pelo seu computador, tablet ou celular e esteja sempre atualizado sobre os últimos acontecimentos no campo da saúde.

## 6

### meses grátis

para profissionais da saúde

A partir do 7º mês, R\$ 9,90 mensais pelo período de 6 meses.

## folhainvest coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Metro quadrado

As vendas do mercado imobiliário caíram 65% em abril em relação à previsão feita antes da pandemia para o mês, segundo o Secovi-SP (sindicato da habitação). O número mostra o desempenho do primeiro mês totalmente impactado pela quarentena, diferentemente de março, em que os sinais do isolamento social só foram sentidos a partir da segunda semana do mês. Os lançamentos adiados na região metropolitana de SP somam um valor geral de vendas de R\$ 1,5 bilhão.

**RADAR** O resultado é preliminar, segundo Basílio Jafet, presidente do Secovi-SP. A pesquisa completa de abril fica pronta no fim de maio, mas a prévia abrange 40 das maiores construtoras do mercado.

**ESCADA** Com uma redução de vendas em torno de 50%, a categoria conhecida como econômica, de imóveis até R\$ 240 mil, sofreu menos do que o mercado de médio e alto padrão, que registrou uma queda de 75% a 80%.

**ELEVADOR** "Estamos vendo como um adiamento. As pessoas estão postergando a aquisição. Não vão visitar o decorado, não vão olhar no olho do corretor. Elas têm preferência adiar", diz Jafet.

**CONDOMÍNIO** Apesar do cenário negativo, o presidente do Secovi-SP afirma que dentro do próprio mês de abril foi possível perceber a tendência de uma boa notícia. "Notamos nos últimos 15 dias, a partir do dia 20 de abril, um ligeiro aumento", diz Jafet.

**A DISTÂNCIA** O isolamento social impulsionou no setor o desenvolvimento dos planos de vendas online. O uso de tecnologias de realidade virtual avançou, mas a falta de noção do espaço para o comprador ainda é um desafio para os negócios.

**ENTREGA DAS CHAVES** O Secovi esperava que o governador de São Paulo, João Dória, relaxasse a quarentena nesta segunda (11), o que poderia levar à abertura dos estandes de vendas físicos. Segundo Jafet, o setor elaborou e enviou ao governo um plano com novas práticas de segurança para evitar o contágio da Covid-19.

**NOVO NORMAL** A ideia é introduzir medidas como visitas com hora marcada para evitar a presença de duas famílias ao mesmo tempo dentro dos modelos decorados, entre outras soluções para proteger a saúde dos corretores.

**MÃO DE OBRA** "São 130 mil corretores que estão neste sofrimento, com essa diminuição brutal do faturamento, pessoas que vivem disso, não têm remuneração fixa", afirma o presidente do Secovi-SP.

**ASA** AIAG (International Airlines Group), resultado da fusão entre a British Airways e a Iberia, disse que não vai retomar seus voos se o governo britânico obrigar passageiros que desembarcarem no país a fazer 14 dias de quarentena.

**PISTA** Willie Walsh, diretor da empresa, disse ao Financial Times que as pessoas não vão querer voar ao Reino Unido se forem forçadas a ficar em isolamento ao chegarem. A IAG prevê que, neste ano, a demanda cairá cerca de 50% e só voltará ao normal em três anos.

**CALCULADORA** Relator da medida provisória que prevê reduções de jornada e salários, o deputado Orlando Silva (PC do B) deve incluir no texto da Câmara a possibilidade de reduzir o valor das parcelas de empréstimos consignados na mesma proporção que o corte na remuneração.

**BOLSO** Por lei, o desconto mensal não pode superar 30% do salário, mas não há previsão do que acontece com as reduções aplicadas na pandemia. Segundo advogados, a questão pode ser judicializada. Paulo Magalhães Nasser avalia que o Código de Defesa do Consumidor prevê a alteração dos contratos quando há mudança de cenário.

**COFRE** O BDMG (banco de desenvolvimento mineiro) diz que desembolsou R\$ 194 milhões para empresas e municípios no estado em abril, após lançar oferta de crédito com juro menor e prazo maior na pandemia. Segundo o banco, o valor é 92% maior ao do mesmo período em 2019.

**EM CASA** A Copart, empresa de leilões de veículos online, afirma que o número de participantes diários nos pregões virtuais aumentou cerca de 30% na pandemia.

**GELO** O grupo Campari, que produz também Aperol e a vodka Skyy, diz que sua em parceria com a Heineken para antecipar as receitas dos bares e restaurantes, injetou R\$ 5 milhões no setor em São Paulo e R\$ 17 milhões no Brasil. O projeto estimula a compra de vouchers para serem usados na reabertura dos estabelecimentos.

## Com juros baixos, compra de ações por brasileiro aumenta

Continuação da pág. A13

"Com a poupança rendendo pouco, tem que se mexer. O medo é a crise piorar, por isso que não pretendo colocar muita coisa em renda variável. Coloquei apenas 5% da carteira e vou ampliar para, no máximo, de 15% a 20%", diz.

Seu plano é resgatar toda a poupança, que corresponde a 80% das economias, e diversificar. "Tenho receio de perder dinheiro".

A poupança rende hoje 2,10% ao ano. Segundo o Relatório FOCUS, que reúne expectativas de mercado, a inflação deve fechar este ano em 1,97%, o que deixaria o rendimento real da poupança em 0,13%.

Mariana Soares, 22, também é um dos novos CPFs na Bolsa. Seu sogro lhe deu R\$ 1.900 para que montasse uma carteira de ações. "Ele queria investir, mas não sabia como começar e pediu minha ajuda".

Mariana é estudante de ciências econômicas e trabalha como estagiária em uma corretora. Apesar de ter feito um curso de mercado financeiro e estudar a Bolsa, ela não consegue investir. "Por eu pagar a faculdade, infelizmente não sobra recursos".

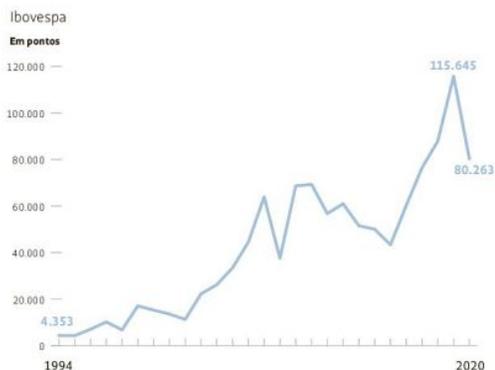
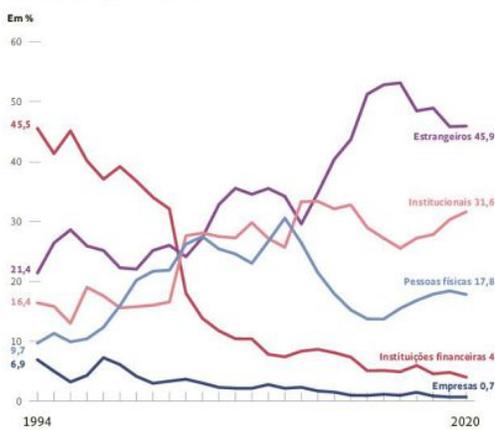
Tanto Raissa como Mariana reconhecem a importância da reserva de emergência: um valor equivalente a seis meses de gastos alocado em um produto de renda fixa com liquidez diária, como o Tesouro Selic ou alguns CDBs.

"Reserva de emergência é a primeira que deve ser preenchida pelo investidor. Todos têm que ter, independente do perfil", diz Harbich, gestor da Terra Investimentos.

O segundo passo é conhecer o perfil de risco. Bancos, corretoras, casas de análise, sites e aplicativos oferecem o teste. Além da condição econômica do investidor, ele leva em conta o psicológico.

Para ter uma boa parte da carteira em ações, como no perfil arrojado, é preciso ter sangue frio para lidar com eventuais desvalorizações dos ativos. "O investidor não pode sair do seu perfil de risco independente da Bolsa estar em alta ou baixa", afirma Tales, da AF Invest.

Movimentação na Bolsa (soma do volume de compra e venda de ativos) em anos anteriores



Fontes: B3 e Bloomberg



A educação financeira vem aumentando no Brasil. Em 2008, bateu o pânico e teve retirada em manada. Agora, as pessoas entendem que vender em queda piora a situação

Marco Harbich  
planejador financeiro CFP e gestor de investimentos da Terra

## Fundos têm sangria de R\$ 91 bilhões em abril, recorde da série histórica

Maior parte dos saques foi na renda fixa, que perdeu rentabilidade com a queda da Selic; pandemia também estimulou retiradas

SÃO PAULO Em abril, fundos de investimento tiveram o segundo mês seguido de resgate líquido — mais saques que depósitos —, com saída de R\$ 91,1 bilhões, recorde da série histórica da Anbima (entidade do mercado de capitais), que começou em 2002.

Em março, foram retirados R\$ 24,2 bilhões da indústria de fundos. No ano, a sangria é de R\$ 69,6 bilhões.

A maior parte da retirada de abril (64%) foi dos fundos de renda fixa, com resgate líquido de R\$ 58,6 bilhões. Nessa classe, os mais afetados foram fundos de curta duração que investem, no mínimo, 80% em títulos públicos e ativos de baixo risco de crédito, com R\$ 46,1 bilhões de resgates no mês e R\$ 123,3 bilhões no ano.

Ao todo, fundos de renda fixa têm captação líquida negativa de R\$ 120,7 bilhões em

EM ABRIL, SAÍRAM

R\$ 58,6 bilhões de fundos de renda fixa

R\$ 13,4 bilhões de fundos multimercado

R\$ 637 milhões de fundos de ação

está em 3% ao ano. Segundo estimativas do mercado, a taxa pode ir a 2,25% ao fim de 2020, o que deixaria o juro real (descontado da inflação) próximo de zero.

Para preservar o retorno dos investimentos, muitos brasileiros resgatam ativos da renda fixa e migram para a variável. Além disso, a crise do coronavírus levou muitos a recorrerem à reserva financeira.

"Parte deste dinheiro, provavelmente, foi direcionada para conta corrente para pagamento de despesas", afirma Carlos André, vice-presidente da Anbima.

Apesar dos resgates, fundos de renda fixa ainda concentram o maior patrimônio líquido da indústria, com R\$ 2 trilhões. Em seguida, estão os multimercado — que combinam aplicações conservadoras, como títulos públicos,

em abril, multimercados tiveram a primeira saída líquida (R\$ 13,4 bilhões) desde novembro, mas mantêm saldo positivo em 2020, com R\$ 9 bilhões de captação.

O mesmo aconteceu com fundos de ações, mas com menor proporção: foram R\$ 637 milhões a menos. No ano, há captação líquida de R\$ 44 bilhões, a maior da indústria.

No total, os fundos de ações encerraram abril com o patrimônio líquido de R\$ 391,5 bilhões. Em janeiro de 2020, quando a Bolsa estava no ápice de 119 mil pontos, eram R\$ 528,2 bilhões.

Como fundos de ações geralmente têm um prazo de resgate maior, com liquidação em 30 ou 60 dias, a saída de investidores com a forte queda da Bolsa entre fevereiro e março, quando o Ibovespa foia 63 mil pontos, se reflete

com Filipe Oliveira e Mariana Grazzini

## INDICADORES

## JUROS

Abril, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril

**Autônomo, empregador e facultativo**  
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209  
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

**Assalariado**  
Ace R\$ 1.045 Aliquota 7,5%

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04 a 14%	Máximo em R\$
Empregador	20%	250,50	1.220,21

\* O prazo para o patrão da doméstica

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

\*O prazo para empresas pagarem a competência de abril foi adiado para 20 out.; para pessoas físicas, vence em 15 mai

foi adiado para 7 out. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

2020, com mais resgates que aportes desde outubro de 2019. A categoria passa por uma redução na rentabilidade com a queda da Selic, que

com ativos mais arriscados, que podem ser dívidas em empresas, ações e dívidas de empresas no exterior—, com R\$ 1,1 trilhão.

tirá posteriormente. “Só em maio teremos uma visão mais ampla do impacto da pandemia sobre esse segmento”, diz Carlos André. JM

# poder

## PAINEL

Camila Mattoso  
painel@grupofolha.com.br

### Joguem o bote

Insatisfeitos com a escassez de empréstimos bancários em tempos de recessão, empresários fizeram sugestões ao ministro Paulo Guedes (Economia), em reunião na última quinta (7). As médias e grandes empresas querem entrar na linha de crédito que ajuda a pagar salários, limitada a companhias com faturamento de até R\$ 10 milhões por ano e hoje pouco acessada. Outro pedido é estruturar uma nova modalidade de crédito para pessoas que pagam financiamento imobiliário.

**ALAVANCA** Segundo relatos, Candido Bracher, presidente do Itaú, sugeriu usar a parte já paga do imóvel no financiamento habitacional como garantia de novas operações de crédito. Para os bancos, é preciso ampliar mecanismos que deem segurança para emprestar.

**PIB** No encontro estavam ainda Abílio Diniz, da Península, Paulo Moll, da rede D'or, Rubens Menin, da MRV, Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, David Feffer, da Suzano, Eugênio de Zagottis, da Droga Raia, Edson Queiroz, do grupo Queiroz, e Paulo Skaf, da Fiesp. A queixa do entupimento do crédito é generalizada.

**FIJA** Guedes tem dito a auxiliares que chegou a hora de tratar das finanças privadas, passada a etapa de socorro a estados e municípios. E que só esperava pela aprovação da PEC do Orçamento de guerra para irrigar fundos de garantia com dinheiro do Tesouro.

**DAVI XGOLIAS** Enquanto as capitais esperam ansiosamente a sanção de Jair Bolsonaro do projeto de socorro a estados e municípios, os prefeitos das pequenas cidades receberam na última quinta-feira (7) a segunda parcela da recomposição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Ao todo, já foram repassados quase R\$ 2 bi.

**EX** Antes tratado como um aliado, o diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal), Adriano Furtado, entrou na mira de Jair Bolsonaro. Como mostrou a Folha, o presidente reclamou de uma nota do órgão lamentando a morte de um integrante da corporação por coronavírus na reunião ministerial do dia 22 de abril, a última de Sérgio Moro.

**PRÓXIMO** Na porta do Palácio da Alvorada, na terça (5), Bolsonaro se referiu ao dirigente com desdém e confundiu seu sobrenome, o chamando de Salgado. Com a mudança do Ministério da Justiça, a expectativa é a de que ele seja trocado nas próximas semanas.

### TIROTEIO

“Não vejo possibilidade nenhuma de se voltar o futebol. Sigo acreditando que devemos seguir as diretrizes da ciência

Do ex-jogador Alex, ex-Palmeiras e Cruzeiro, sobre a defesa de Jair Bolsonaro para o retorno dos jogos sem torcida

com Mariana Carneiro e Guilherme Seto

### GRUPO FOLHA

**FOLHA DE S.PAULO** ★ ★ ★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante  
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman  
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha  
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

### Jornal filiada ao IVC

Circulação paga aos domingos de mar2020, impresso mais digitais (IVC) 335.648 exemplares

Páginas vistas no site da Folha em abr2020 (Google Analytics) 428.386.671

Visitantes únicos no site da Folha em abr2020 (Google Analytics) 73.786.377

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária

Carga tributária 3,65%



Sérgio Moro, quando era ministro da Justiça, e o presidente Jair Bolsonaro. Pedro Ladeira - 29 ago.19/Folhapress

# Ídolo dos antipetistas, Moro ameaça domínio de Bolsonaro sobre a direita

Com racha que afeta cenário para 2022, presidente deve caracterizar ex-juiz como um traidor dos valores conservadores, afirmam analistas

Fábio Zanini

**SÃO PAULO** Na eleição de 2018, o empresário paranaense Carlos Nacli, 39, e o especialista em tecnologia mineiro Newton Martins, 48, estiveram entre os mais atuantes defensores da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência.

Numa campanha em que o WhatsApp foi fundamental, eles criaram o ZapBolsonaro, ferramente que reunia cerca de cem grupos de apoiadores de Bolsonaro, com quase 15 mil participantes no total.

Recentemente, no entanto, a antiga dupla se desfez, embora ambos digam que continuam amigos.

Nacli rompeu com o presidente que ajudou a eleger e hoje defende o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro.

“Sérgio Moro representava um dos pilares da campanha de Bolsonaro: a justiça para todos”, diz Nacli, que hoje vive em Portugal, onde atua no ramo de distribuição de alimentos.

“O trabalho da Lava Jato abriu a janela de oportunidade para que Bolsonaro se lançasse candidato. Fico decepcionado pelo rumo que ele escolheu”, diz ele, que criou o grupo ZapBrasil, no qual defende uma chapa com a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) para presidente e Moro como vice, em 2022.

Já Martins mora em Boston (EUA), onde segue com a marca ZapBolsonaro em site, Twitter e canal de YouTube. Ele se mantém fiel ao presidente. “Bolsonaro está fazendo muito pelo povo brasileiro e estancou grande parte da corrupção, mesmo com tanto apedrejamento pela mídia, Judiciário e parte do Legislativo.”

Partidário da reeleição do presidente, ele diz ter ficado “de coração partido” com a briga entre Moro e Bolsonaro e afirma que ambos foram importantes para seu despertar como um ativista de direita. “Eu comecei a me interessar por política por causa da Lava Jato. E a partir de 2018 passei a apoiar Jair Bolsonaro”, declara Martins.

A cisão entre os dois antigos parceiros é um exemplo de como o barulhento racha en-

mo são indissociáveis na onda conservadora que tomou o país há dois anos.

Mas o presidente agora tem uma sombra, especialmente entre os que colocam o antipetismo como fator preponderante para o voto. Moro, afinal, é o homem que condenou e mandou prender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ex-juiz tem dito que não pensa num projeto político nesse momento, mas poucos duvidam que terá papel fundamental em 2022, seja como candidato ou cabo eleitoral.

Para o professor de filosofia conservador Francisco Razzo, Moro pode encarnar a partir de agora a visão de uma direita democrática, em contraste com o projeto marcadamente autoritário de Bolsonaro.

Este, segundo ele, pode ser um bom caminho para o ex-ministro da Justiça se posicionar no debate político.

“O ambiente antipetista segue sendo muito forte no país. A direita que resiste ao PT, mas que não quer saber de AI-5 e ditadura, tem uma tendência a preferir alguém como o Moro”, diz Razzo, autor dos livros “Contra o Aborto” e “A Imaginação Totalitária” (Record).

Em março, ele publicou um artigo no jornal Gazeta do Povo declarando seu arrependimento por ter votado em Bolsonaro na última eleição.

Razzo afirma que o maior desafio do ex-juiz é reconquistar apoio de setores moderados que o admiravam, mas que ficaram chocados quando ele se aliou a Bolsonaro.

“Quando Moro foi para o bolsonarismo, queimou muito o filme como alguém que esteja preocupado com o Estado de Direito”, afirma.

Por outro lado, diz o professor, Moro é uma figura híbrida, que transita entre o centro e a direita. “Ele é muito difícil de definir, se movimento o tempo todo, o que pode ser uma vantagem, pois amplia seu campo de atuação”, afirma.

O ex-ministro tem sido estimulado a abraçar de vez a carreira política. Tem convites em aberto de ao menos quatro partidos (Podemos, Novo, PSL e Patriota), além

COM MORO

Sérgio Moro representava um dos pilares da campanha de Bolsonaro: a justiça para todos

Carlos Nacli, 39, empresário

COM BOLSONARO

Bolsonaro está fazendo muito pelo povo brasileiro e estancou grande parte da corrupção, mesmo com tanto apedrejamento pela mídia, Judiciário e parte do Legislativo

Newton Martins, 48, especialista em tecnologia

Mas, por enquanto, ele tem preferido a cautela.

O rompimento levou a uma reação imediata de Bolsonaro no campo da direita. Deputados e comentaristas ligados ao presidente passaram a caracterizar Moro como uma pessoa não comprometida com ideais conservadores.

Empresário e ativista digital influente entre bolsonaristas, Leandro Ruschel afirma não acreditar que Moro possa ser identificado com um homem de direita, muito menos conservador. “Pouco se sabe sobre a sua matriz ideológica, mas nas pistas que ele deu, demonstrou que acredita num dirigismo do Estado que não é conciliável com as teses conservadoras de supremacia da iniciativa individual”, afirma Ruschel.

Segundo ele, a única característica de Moro que não condiz com uma postura de esquerda é a dureza com o crime. “As pessoas enxergam essa faceta e já assumem que ele seria conservador nos outros temas, o que não parece ser o caso.”

Professor de ciência política da Universidade Federal de Pernambuco, Jorge Zaverucha concorda que Moro não é ideologicamente conservador, o que deve fazer Bolsonaro aumentar sua ascendência sobre essa parcela do eleitorado.

Autor de livros a respeito da relação entre democracia, autoritarismo e as Forças Armadas e um crítico da esquerda, Zaverucha vê o ex-juiz muito bem posicionado para arrebatar dois eleitorados que em alguma medida se tocam: o antipetista e o de centro.

“O bolsonarista tem opiniões de direita, mas o lavajata, não necessariamente”, afirma o professor.

Para Zaverucha, Moro pode pegar votos da direita democrática e até de uma esquerda não-petista e moderada. “Ele só não vai ter votos nos extremos, isso com certeza”, afirma.

O risco maior para o ex-ministro, avalia o professor, não é tanto a acusação de não ser conservador puro sangue, mas que cole a pecha de traidor.

“A palavra traidor tem um

MG, PR, RJ, SP R\$ 685	DF, SC R\$ 858	ES, GO, MT, MS, RS R\$ 1.089	AL, BA, PE, SE, TO R\$ 1.177	Outros estados R\$ 1.460
---------------------------	-------------------	---------------------------------	---------------------------------	-----------------------------

**Venda avulsa**

MG, PR, RJ, SP R\$ 5 (seg. a sáb.) R\$ 7 (domingo)	DF, SC R\$ 5,50 R\$ 8	ES, GO, MT, MS, RS R\$ 6 R\$ 8,50	AL, BA, PE, SE, TO R\$ 9,25 R\$ 11	Outros estados R\$ 10 R\$ 11,50
--	-----------------------------	---	--	---------------------------------------

tre Bolsonaro e seu ex-ministro tem potencial para causar um abalo profundo no eleitorado mais à direita em 2022. Lavajatismo e bolsonaris-

do apoio de figuras relevantes na direita, como o ex-deputado Xico Graziano, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e alguns militares da reserva.

componente muito forte, e a tentativa bolsonarista é com isso evitar que um eleitorado menos instruído migre para o lado do Moro", afirma.

# Política e serviços podem levar a outro PIB negativo em 2021

Queda inédita no maior setor da economia e crise de governabilidade ameaçam recuperação e as reformas

Fernando Canzian

SÃO PAULO As perspectivas sombrias do impacto da Covid-19 e a deterioração do quadro político estão levando a previsões cada vez mais pessimistas para a economia brasileira em 2020 e 2021.

Elas já incluem cenários de crescimento nulo ou negativo também no ano que vem.

A pandemia provocará um fato histórico e até então inimaginável: a queda anual superior a 10% nas horas trabalhadas no setor de serviços, de longe o maior conjunto de atividades na economia.

Como comparação, a maior retração anual já registrada nesse item foi inferior a 1%, ao fim da recessão que tirou 7,2% do PIB no biênio 2015-2016, segundo dados da FGV Ibre.

Pelas projeções do órgão, o setor de serviços encolherá à taxa recorde de -4,4% neste ano — e o PIB, de -5,4%.

Os serviços representam 70% da economia e dos empregos, quase a metade deles informais. É o tipo de vaga que mais crescia desde 2016 e que já limitava o PIB devido à sua baixa produtividade.

A retração nos serviços também contribuirá para derrubar a massa salarial em mais de 10% e a elevar o desemprego acima de 20%, tornando muito difícil a recuperação.

Em outras recessões, os trabalhadores dos serviços sempre encontraram meios de obter renda, dando alguma sustentação à economia.

Isso é limitado agora pelo isolamento — e pela expectativa de um “abre e fecha” em razão de ondas da epidemia.

Especialistas afirmam que a atual crise política também cobrará um preço alto do Brasil pela inviabilização de um ambiente favorável a reformas no Congresso. Sem um horizonte econômico positivo, as reformas poderiam servir de âncora, sinalizando uma estabilização mais à frente, sobretudo na área fiscal.

Assim, o Brasil pode não ter notícias encorajadoras para estimular o consumo das famílias e os investimentos, que já sofrem um enorme baque.

Em março, os investimentos em máquinas, construção civil e pesquisa recuaram 8,9%, o pior tomo em 25 anos. A produção de veículos cai 39% no ano e teve, em abril, o pior resultado desde a instalação de fábricas no Brasil, em 1957.

O país também registrou deflação de 0,31% em abril, a maior desde 1998 e uma boa medida da depressão atual.

Esses dados sugerem que a atividade tende a permanecer muito baixa, gerando pouca renda e arrecadação para bancar tanto a conta da crise quanto novos estímulos para acelerar o crescimento.

“A grande novidade desta crise é o impacto nos serviços e a destruição de seus empregos. E não está claro se vamos implodir também o médio prazo. Além dos problemas que já temos, estamos construindo outros novos”, diz Silvana Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, da FGV.

Matos não acredita em uma recuperação em “V”. Segundo ela, se por um lado o governo quer sustentar a atividade com estímulos fiscais, por outro a crise política e a perspec-

mas com enormes incertezas que podem alterar o quadro.

No próprio setor de serviços, é uma incógnita o que acontecerá com atividades que concentram muita gente, como restaurantes, cinemas, shows e o setor aéreo.

O economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, prevê um PIB negativo de -3% em 2021 — após queda de -7% em 2020.

“Há um fluxo de medo invadindo o cenário. Além dos graves efeitos da epidemia, está difícil enxergar uma estabilização política que favoreça ajustes”, diz Gonçalves.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o Brasil pode não crescer nada em 2021 pelos impactos da atual crise política e por já estar gastando, neste ano, boa parte da munição fiscal que teria para estimular a economia. “O governo vem direcionando uma metralhadora nos próprios pés na política, e a perspectiva é que não aprove mais nada de relevante”, diz.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, também não crê em recuperação em “V” e começa a alterar para pior a sua percepção futura. “Nosso cenário mais pessimista vai se tornando cada vez mais provável, com o risco de pós-crise crescendo em um quadro de expansão do gasto público sem coordenação”, afirma Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

Na previsão pessimista, o PIB cairia -5,2% neste ano e crescerá só 0,5% em 2021.

Como o tamanho da economia serve de denominador para o cálculo da dívida pública, ela aumentaria de 90% do PIB ao final deste ano para 94,4% no próximo, podendo ultrapassar os 100% em 2023.

Salto acha pouco provável que a receita tributária aumente com vigor de 2021 em diante para compensar os pacotes emergenciais, que só neste ano devem somar R\$ 440 bilhões, ou 6% do PIB.

Mesmo em relação à ajuda emergencial aos que perderam o trabalho, há dúvidas se o governo não estaria gastando de uma vez boa parte da munição fiscal que poderá fazer falta mais à frente.

Marcelo Neri, da FGV Social, calcula que cerca de 11,3 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família (87% do total) puderam optar pela ajuda emergencial de R\$ 1.200 por três meses — quando antes recebiam, em média, R\$ 192.

Em muitos casos, em apenas um trimestre essas pessoas receberam o equivalente ao que ganhavam em 18 meses.

“Fomos de um extremo ao outro, e é compreensível a ten-

tativa de ser generoso e talvez errar para mais. Mas é um dinheiro que poderia ser empregado em programas mais focalizados depois.”

Trabalho dos economistas Naercio Menezes e Bruno Komatsu, do Inspier, mostra que, se a ajuda emergencial de R\$ 600, por três meses, atingir 32 milhões de pessoas (e serão mais), a taxa de pobreza no país cairá de 16,7% do total da população para 6%.

Assim, além de ajudar as pessoas na crise, os benefícios poderão trazer divididos políticos ao presidente Jair Bolsonaro a curto prazo.

Segundo o Datafolha, desde que os valores começaram a ser pagos, Bolsonaro ganhou oito pontos de apoio entre os que recebem até dois salários mínimos (60% da população).

“Parece haver um recuo muito grande no governo de como a crise afetará a popularidade do presidente”, diz Menezes. O risco seria Bolsonaro querer sustentar sua aprovação a um custo fiscal elevado.

Repetir os auxílios emergenciais por muito tempo, no entanto, é considerado insustentável — e eles teriam de ser substituídos à frente pela volta da atividade econômica.

Para o economista-chefe do BNDES, Fábio Giambiagi, no entanto, é provável que o Brasil tenha, em 2021, a menor taxa de crescimento entre todos os países do G20.

Embora acredite em um PIB positivo no ano que vem, Giambiagi vê como muito desfavorável o cenário futuro.

“Um ambiente de luta política entre governadores, Congresso e Presidência é tudo, menos algo que traga confiança para investimentos.”

Pelo lado do consumo, o quadro também é desafiador. O Bradesco estima, por exemplo, que as famílias sairão da crise até cinco pontos percentuais mais endividadas em relação à renda disponível.

Na projeção do banco, o PIB encolherá -4% neste ano, acumulando uma alta de apenas 0,1% durante a década de 2010 a 2020 — a menor desde o início do século passado.

Em 2021, o PIB pode crescer 3,5%. “Mas existe muita incerteza sobre a pandemia e a saída do isolamento”, diz Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco.

Em sua opinião, o fato de o presidente Jair Bolsonaro ter reafirmado há alguns dias a influência do ministro Paulo Guedes na economia de certa forma “blinda” a área.

Neste sábado (9), em live com o banco Itaú, Guedes disse que as reformas devem sair; e que ainda existe “capacidade para uma recuperação em ‘V’”. Mas o fôlego está escasseando.”

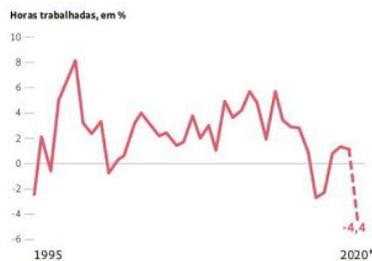
Já a consultoria Tendências projeta PIB de -4,1% neste ano e alta de 3,6% em 2021. “O cenário político traz dificuldades, mas a agenda econômica deve ser retomada”, diz Fábio Klein, da Tendências.

Para José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio, o mais importante agora é manter a renda dos afetados pela crise, sobretudo nos serviços, e tentar retardar ao máximo o fechamento de empresas.

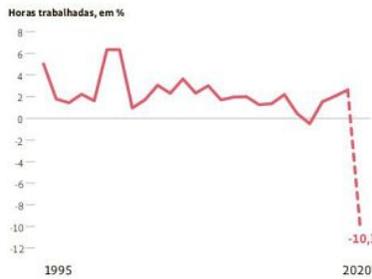
Nesse sentido, a ajuda emergencial aos informais e a redução de salários para evitar demissões no mercado formal

## Tombo histórico dos serviços comprometerá recuperação

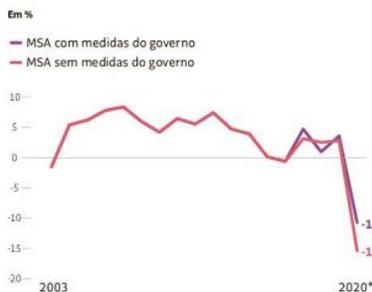
Queda anual do setor de serviços será inédita



Setor de serviços terá tomo histórico



Massa salarial terá queda recorde



Desemprego deve superar os 20%



Até a crise, emprego informal era o que mais crescia



Crescimento do PIB do Brasil



## Para bancos internacionais, saída de dólares dobra, afetando as reservas

SÃO PAULO Para Martín Castellano, chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas do IIF (Institute of International Finance), que reúne 450 bancos numa espécie de Febraban global, a crise política já afeta a perspectiva de crescimento do Brasil, e a saída líquida de investidores não residentes no país pode dobrar neste ano, para US\$ 21 bilhões, em relação a 2019.

Segundo ele, “ventos políticos podem dificultar o apoio da população ao governo e a manutenção da agenda de reformas”. Nesse cenário, a saída de dólares do Brasil continuaria pressionando a moeda para cima (alta de 45% no ano), e as reservas do Banco Central, para baixo.

### Estímulo fiscal

O Brasil começou a sofrer antes e foi um dos atingidos desde cedo pelo choque [da pandemia] nos mercados desenvolvidos. Quando o surto do coronavírus começou na China, o Brasil sofreu correções nos preços de ativos, principalmente nos mercados cambial e de ações. Isso foi explicado por vários fatores: tamanho do mercado, risco entre os mercados emergentes, dependência da China, oportunidade perdida em dar continuidade às reformas e frágil posição fiscal.

O déficit fiscal e a relação dívida/PIB estão entre os maiores da América Latina. Portanto, o espaço para adotar um estímulo fiscal não desestabilizador para mitigar o impacto da epidemia na atividade é bastante limitado.

### Problemas políticos

Problemas políticos podem prejudicar a capacidade de o governo estimular a economia. Isso inclui o Banco Central. Incerteza política e saídas de capital, juntamente com uma posição fiscal fraca, podem limitar o trabalho do BC para facilitar a política monetária.

Os preços dos ativos no Brasil já sofreram muito em meio a saídas consideráveis dos mercados de ações e de dívidas de não residentes.

A percepção do mercado é que a combinação da Covid-19 e eventos políticos podem dificultar o apoio da população ao governo e a manutenção da agenda de reformas, piorando perspectivas de crescimento para este ano e o próximo.

Sem muito espaço para expansão fiscal e flexibilização agressiva da política monetária, a atividade provavelmente sofrerá significativamente. Projetamos contração real do PIB de 4,1% neste ano, em linha com o restante da região. Estamos considerando o impacto direto do choque, já que o Brasil é um dos países da América Latina que enfrentam o maior surto.

### Saída de capital

Prevejo uma desaceleração significativa nos fluxos de capital neste ano. As saídas de carteira de não residentes, incluindo dívida e patrimônio, podem ser quase duas vezes mais altas em comparação a 2019.

O investimento direto estrangeiro também deve sofrer. Apesar da diminuição do déficit em conta-corren-

“ Não está claro se vamos implodir também o médio prazo. Além dos problemas que já temos, estamos construindo outros novos ”

tiva negativa no campo das reformas inibirão o consumo, o emprego e os investimentos. A FGV prevê crescimento, em 2021, entre 2% e 3,8%,

teriam sido muito acertadas. "Mas o problema de fundo permanece: ninguém sabe quanto tempo de isolamento ainda temos pela frente", diz.

1901- 1921- 1941- 1961- 1981- 2001- 2020\*

\*Projeção | Fontes: FGV/Ibre e Bradesco

0,1  
2011- 2020\*  
resultará em mais perdas de reservas cambiais. FC

coronavírus mercado

# Equipe econômica quer condicionar gasto com obra pública a ajuste fiscal

## Paulo Guedes quer reestruturar carreiras do funcionalismo e acelerar a pauta de privatizações, que travou com o coronavírus

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Em queda de braço com as alas militar e política do governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) quer condicionar eventual aumento de gastos com obras à aplicação de medidas de ajuste fiscal. Embora o presidente Jair Bolsonaro em público tenha reforçado apoio a Guedes, há impasse em torno das medidas de retomada da economia no pós-epidemia do coronavírus. O martelo não está batido. De um lado, há a política de austeridade de Guedes e, de outro, alta de investimentos públicos, com papel intervencionista do Estado — um plano dos militares. Os arautos entre ministérios nas últimas semanas mostram que o tema não está pacificado. Nessa disputa, Guedes vai traçar uma estratégia a fim de manter a espinha dorsal de sua agenda liberal.

Na equipe econômica, foi dada a orientação de que o debate sobre investimentos em infraestrutura com recursos do Tesouro não está proibido. É uma forma de abrir o diálogo com setores do governo.

Os gastos, no entanto, dizem técnicos, só serão autorizados dentro da capacidade do Orçamento e das travas impostas por regras fiscais. Esses limites já estão previstos em lei. A diretrix tem o objetivo de passar o recado de que não se recorrerá ao aumento da dívida pública para investimentos.

Mas em discussões internas, Guedes diz também que não aceita a flexibilização do teto de gastos. A regra limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação do ano anterior. Isso significa que a margem para investimentos, hoje já limitada, ficará ainda menor, contrariando os anseios de parte do governo.

As projeções mais recentes da Economia apontam para uma forte redução do espaço dentro do Orçamento no qual o governo tem certa liberdade para gastar. Em 2019, as despesas discricionárias, que incluem custeio e investimento, somaram R\$ 164,2 bilhões.

Pelas contas da pasta, esse valor continuará em processo de compressão, ano a ano. O montante chegará a R\$ 85,5 bilhões em 2022 e a R\$ 68,9 bilhões em 2023.

Técnicos do governo dizem que esses valores não são suficientes nem sequer para manter os gastos administrativos e de custeio da máquina. Isso gera o risco de colapso do serviço público. Portanto, o espaço para investimentos tende a zero nos próximos anos.

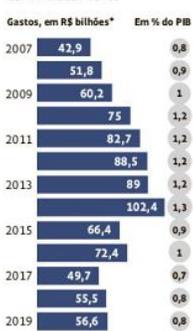
Em videoconferência na semana passada, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, ressaltou que o espaço fiscal

**+** **GUÉDES FALA EM 'CHUVEIRAR' DINHEIRO CONTRA DEPRESSÃO'**

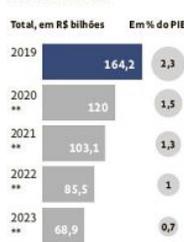
Questionado neste sábado (9), em videoconferência do Itaú BBA, sobre o papel do Banco Central na crise, principalmente após a promulgação da PEC que lhe amplia poder, Paulo Guedes apresentou perspectiva de forte atuação da autoridade se o problema piorar. "Vamos chuveirar dinheiro na economia inteira se houver uma depressão. Se formos para uma armadilha da liquidez, juro zero". Ressaltou que o rombo das contas públicas em 2020 deve ser excepcional, que seguirá "sinalizando a contenção de despesas" e defendeu que servidores não tenham aumento salarial até o fim de 2021. Avaliou que o PIB terá forte recuo neste ano e que a economia vai reagir em 2021, mas que isso poderá ser mais difícil se a pandemia persistir no segundo semestre. Guedes voltou a dizer que não avalia aumentar impostos. A proposta de reforma tributária, diz, poderá até "configurar uma redução" de tributos.

### Dinheiro para investimentos públicos deve cair nos próximos anos

Despesa do governo federal com investimento



Margem de despesas discricionárias, que inclui custeio da máquina pública e investimentos



\*Corrigida pela inflação/PCA  
\*\*Projeções. Fontes: Tesouro Nacional e Lei de Diretrizes Orçamentárias

para obras públicas já é muito limitado.

Neste ano, em um Orçamento de quase R\$ 1,5 trilhão, o governo previa gastar cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos, cerca de 3% do total.

"Se a gente quiser conciliar aumento de investimento público e cumprimento do teto de gastos, vamos ter de entrar em despesas obrigatórias, conter aumentos salariais, não criar programas novos que não sejam absolutamente necessários", disse.

Membros da pasta afirmam que o diagnóstico sobre as contas públicas será atualizado após a pandemia e tende a ficar ainda pior.

O afrouxamento dos instrumentos de controle fiscal para que o país gaste mais do que tem de fato de dinheiro, portanto, está fora de cogitação para o time do ministro.

A pressão no governo, porém, para o aumento dos gastos cresce com a deterioração da economia. Corte na Selic, alta do dólar, retração do setor produtivo e destruição de empregos sinalizam a velocidade dos efeitos do coronavírus.

Mesmo assim, o espaço para ampliação de gastos apenas será aberto, afirmam técnicos da pasta, após a aprovação de reformas e a redução das despesas obrigatórias.

Com essa posição, Guedes tenta manter seu projeto liberal. Entre as ações planejadas, porém, estão projetos já apresentados e que foram colocados de lado durante a pandemia, como o que dá maior flexibilidade ao Orçamento e amplia repasses a estados e municípios, o que cria gatilhos de ajuste fiscal em caso de crise orçamentária e o que extingue fundos públicos.

Para reduzir gastos com pessoal, Guedes quer reestruturar

as carreiras do serviço público, reduzir os salários de entrada, acabar com a estabilidade e aprimorar mecanismos de avaliação. Há ainda a discussão sobre reforma tributária. As duas propostas não foram apresentadas pelo governo.

Em outra frente, o ministro quer dar fôlego às contas públicas com aceleração da pauta de privatizações, que não engatou ainda e travou de vez com o coronavírus.

Na busca por investimentos privados, Guedes ainda defende uma maior articulação com o Congresso para aprovar novos marcos regulatórios nas áreas de saneamento, energia e infraestrutura.

Dois acenos públicos de Bolsonaro ao ministro dão esperança à equipe de Guedes de que obtiveram o aval do Planalto para tocar os seus planos.

Os primeiros dois dias após a apresentação do programa Pró-Brasil, lançado em 22 de abril, quando presidente disse que Guedes é "o homem que decide economia no Brasil".

Antes, contudo, o governo teve uma turbulência política. O plano compila medidas para o pós-crise com investimento público entre seus pilares, o que contrariou Guedes. Ele e equipe só foram informados sobre o formato, comandado pelo general Braga Netto (Casa Civil), no dia do anúncio.

A insatisfação de Guedes com o programa chegou a gerar especulações de que ele poderia pedir demissão.

Na semana passada, Guedes se sentiu novamente fortalecido, em reviravolta após sofrer derrota no Congresso sobre o pacote de socorro a estados e municípios. Bolsonaro disse que vai vetar a autorização para reajuste salarial de servidores públicos, conforme pedido do ministro.

## PAINEL S.A. Capilaridade

Joana Cunha  
painsa@grupofolha.com.br

Uma das principais responsáveis pela distribuição das doações à população vulnerável na pandemia, a Cufa (Central Única das Favelas) registrou mais de 7.000 toneladas de produtos entregues em cerca de 20 dias, segundo Celso Athayde, coordenador-geral da organização, um volume que ele diz nunca ter imaginado nos 20 anos desde a fundação com o rapper MV Bill. Mas ainda há gargalo na distribuição. "A gente não recebe um centavo de apoio logístico", afirma Athayde.

**OPERAÇÃO** Os centros de formação da Cufa foram transformados em centros de distribuição na pandemia. "Hoje, recebo 300 toneladas de frango temperado, não pode ficar fora do gelo. Precisamos da logística capaz de receber, gente para descarregar e cadastrar os moradores", diz Athayde.

**BALANÇA** Para ele, uma solução seria abater parte do imposto de empresas doadoras e investir na distribuição. "Vai ter de ter mobilização de recursos à parte para rodar a operação. Do contrário, vai ficar na boa vontade", diz. A Cufa atua em todos os estados.

**CAUSA** A onda tem nomes como Natura, Boticário, Kraft Heinz, Friboi e auditorias. Mas Athayde alerta para a necessidade de prosseguir porque grandes empresas de favelas atua como informal ou autônomo, em atividades que podem continuar atingidas por muitos meses.

**HORIZONTE** "A crise mais expressiva que uma sociedade pode ter é a de perspectiva. A hora em que essa perspectiva some, aí nós estamos falando de anomalia, selvageria, rebelião nacional. Todo mundo perde. Não adianta estar em casa, com estoque, que ela vai ser invadida", diz ele.



PROSA

Neste momento, ou dividimos com a favela a riqueza que ela sempre produziu, ou vamos dividir as consequências da miséria que a elite sempre concentrou

Celso Athayde  
coordenador-geral da Cufa

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



## Seis bancos exploram '200 milhões de trouxas', diz ministro

**BRASÍLIA** Em videoconferência do Itaú BBA neste sábado (9), o ministro Paulo Guedes (Economia) criticou a concentração bancária no Brasil. Pa-

O presidente do Itaú, Candido Bracher, participava do debate. O banco faz parte da lista dos seis maiores do país, assim como duas instituições

fatizar a importância da competição. [...] Mercados pouco competitivos são menos convenientes para os consumidores", afirmou

ra ele, com reformas e ampliação de investimentos, a economia ficará mais competitiva. "Em vez de termos 200 milhões de trouxas sendo explorados por seis bancos, seis empreiteiras, seis empresas de cabotagem, seis distribuidoras de combustíveis; em vez de sermos isso, vai ser o contrário. Teremos centenas, milhares de empresas", disse.

**Pontos competitivos são menos convenientes para os consumidores**

**Paulo Guedes**  
Ministro da Economia

Assim, bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Após o deslize, Guedes fez um esforço para explicar a afirmação: disse que não foi uma recriminação a algum banco específico ou empreiteira. "Eu, quando falo sempre que somos 200 milhões de trouxas com seis bancos, seis empreiteiras, seis isso, seis aquilo, quero muito mais en-

res, amigos. Ele frisou que, apesar da concentração bancária, isso não significa que algum banco tenha feito algo errado, e sim mostra que a economia brasileira é hostil, com alta carga tributária, por exemplo. Então, o ministro buscou ressaltar que os maiores bancos foram os que conseguiram sobreviver a esse ambi-



## mercado coronavírus

# Luiz Guilherme Schymura

## Se o governo não agir em favor da economia, a classe política o fará

Para o diretor do Ibre/FGV, com as empresas privadas combatidas durante a pandemia, caberá ao Estado impulsionar a retomada

## ENTREVISTA

Eduardo Cucolo  
e Alexa Salomão

SÃO PAULO Nem tudo é desastre para a economia brasileira diante da pandemia do novo coronavírus, diz o diretor do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), Luiz Guilherme Schymura.

Contrariando alguns de seus pares, ele acredita que a equipe econômica do governo federal deve tomar a dianteira para comandar um plano de recuperação dos investimentos que ajude o país a sair da crise em marcha.

Schymura defende um programa nos moldes do Pró-Brasil, lançado sem o aval do Ministério da Economia, por que acredita na necessidade de investimento público. Mas faz a ressalva: é preciso garantir que fique restrito ao menor gasto possível com obras exequíveis e que ofereçam alta taxa de retorno.

Qual o cenário que o sr. traça para a economia do país em meio à pandemia? Há alternativas para dirimir a queda do PIB? Ainda há muitas incertezas no ar, pessoas que estão perdendo emprego, e há iniciativas iniciais de transferência de renda, como o auxílio emergencial. Mas o momento da retomada vai gerar inexoravelmente a discussão sobre a atuação do Estado.

Teremos um setor privado em uma situação muito difícil, alquebrado, por causa da dificuldade em relação ao crédito, do período de poucas vendas e da economia combatida. É natural que o setor privado demore para reagir.

Quando esse cenário se desenhava, haverá uma cobrança muito grande da classe política para que ações sejam feitas. Vamos esperar que, com o tempo, o mercado se ajuste e a economia comece a crescer? Não foi assim depois da reforma da Previdência.

Acredito que a saída está num programa de investimento público, como esse que o Ministério da Infraestrutura está desenhando. Tem de doar a quantidade de recursos, ver quais as obras mais viáveis, mas é por aí. A pressão política será insuportável. É importante o governo sair na frente com esse programa, gastando o mínimo necessário.

Há muitas resistências por causa de programas anteriores que não deram certo, como o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Ficamos com a impressão de que todo investimento público tem uma efetividade muito pequena, e há obras paradas. Mas algumas estão maduras para serem concluídas. A equipe dessa área tem um programa que pode fazer sentido, com obras que pedem investimento relativamente baixo



Silvia Constanci - 7.10.18/Valor/Agência Globo

**Luiz Guilherme Schymura**  
Doutor em economia pela EPGE/FGV, tem pós-doutorado em economia na The Wharton School of the University of Pennsylvania. Foi presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) de 2002 a 2004, quando assumiu o cargo atual de diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

política que haverá e que alguns investimentos poderão ter uma taxa de retorno muito acima do esperado se forem bem selecionados.

Mas não é necessário um programa que não mexa negativamente com as expectativas? Isso é fundamental. É importante que o governo crie uma narrativa que deixe claro aos agentes econômicos que isso é inexorável em razão da necessidade de retomada da economia, mostre o quão eficazes serão os investimentos nesses projetos e que não é tanto [dinheiro] assim.

Nada de pensar em Plano de Metas, Plano Marshall, nada disso. Esse discurso neste momento é temerário. Não conseguiremos sair da crise se não mantivermos nossos juros em um patamar razoável. Os agentes econômicos precisam entender que não haverá aventuras, que o Brasil amadureceu na questão fiscal.

Mas repito. Se o governo não se mobilizar e agir para impul-

É possível administrar a questão fiscal com uma dívida que vai crescer? Saindo da pandemia, o estoque da dívida será muito mais alto, na faixa de 90% a 100% do PIB [Produto Interno Bruto]. Não vejo isso como uma situação tão dramática hoje.

As dívidas só fazem crescer em outros países, e ninguém está preocupado, porque tem um excesso de poupança, e a taxa de juros vai continuar muito baixa.

Pela pandemia, o mundo vai se tornar um lugar mais pobre. Que efeito pode ter para o brasileiro, em termos históricos, empobrecer? Devemos ter uma queda do PIB próxima a 4%, e o desemprego vai para 18%. Não estou dizendo que seja bom, mas, se no ano que vem começar a retomar um pouquinho, não vejo muitos problemas do ponto de vista de desastre social. Mas ficarão algumas questões.

Uma pergunta que eu me faço é como ficará esse mo-

“Achar que a economia vai ter um desempenho pelo menos satisfatório enquanto esse vírus andar por aí é ilusão, isso não é possível. Enquanto não conseguirem uma vacina ou um antiviral com uma força grande, difícil acreditar que os países da América Latina consigam ter uma economia pujante

Como vai trabalhar politicamente o retorno aos R\$ 190? Difícil entabular um discurso.

Como fica a questão do distanciamento social para a economia? Distanciamento horizontal é uma saída? Por enquanto, sim. Quem tentou fazer coisas diferentes entrou pelo cano, e estou falando de países de primeiro mundo.

Não sabemos o que significa esse vírus entrando nas nossas comunidades. Achar que a economia vai ter um desempenho pelo menos satisfatório enquanto esse vírus andar por aí é ilusão, isso não é possível. Enquanto não conseguirmos uma vacina ou um antiviral com uma força grande, difícil acreditar que os países da América Latina consigam ter uma economia pujante.

A gente não consegue nem fazer dinheiro chegar à mão do informal. Como vai pensar em separar a população? Isso aqui não é Coreia nem Japão. Mesmo naqueles países que estão tentando alternativas que não o isolamento horizontal a economia está sofrendo. Esse dilema isolamento horizontal e economia não é uma coisa tão simples.

Como o senhor avalia as ações atuais do governo do ponto de vista econômico? Um aspecto que me preocupa muito é a questão das pequenas e médias empresas. Vou mostrar uma coisa. [O entrevistado pega o celular e mostra uma imagem, uma placa na frente de um bar]. Está escrito assim: “Devido o [sic] novo coronavírus, não estou vendendo fiado!!! Vai que você morre”.

Isso é uma metáfora para o problema que estamos enfrentando. Os bancos privados não têm como emprestar para alguém se o risco de não receber é muito alto. E vai ter quebradeira. Muitas das pequenas e médias empresas não têm como superar o momento de queda da demanda tão acentuada. Para muitas delas, esse financiamento não as tornará empresas viáveis. As empresas pequenas e médias têm fôlego para um ou dois meses. Os bancos não querem botar a mão nesse negócio, não têm interesse. No final das contas, o risco dessas operações deveria ficar com o governo. Não tem como.

O governo precisa ser mais enfático no combate à crise? Eles estão tentando, é difícil. Você vê hoje a PEC do Orçamento de Guerra. O objetivo é que o Banco Central possa comprar papéis do setor privado, coisa que não era permitida. Isso é muito razoável. Os bancos não vão ajudar diretamente. Quem vai fazer esse papel tem de ser o governo. No país mais liberal ou menos liberal do mundo, funciona dessa maneira.

Não interessa aos bancos emprestar, o risco é muito grande. Você acha que vai adotar medidas que os bancos vão sair emprestando como loucos? Isso não vai acontecer.

Agora, imagina qualquer um de nós sentado no Banco Central. Você compra um papel. A empresa quebra. O papel vira pó. Essa pandemia acaba daqui a três meses. Quanto tempo você acha que você fica fora da cadeia? Quem vai assinar um negócio desse? Você vê o BNDES. Passaram a limpo 500 vezes todas as operações que fizeram. Hoje tem um apagão de canetas. Você vai assinar uma coisa de altíssimo risco?

A postura do presidente da República, que se contrapõe a grande parte das medidas de isolamento, ajuda ou atrapalha? Não quero entrar na discussão da parte política, porque acho que já temos um problema institucional grande. O ideal é que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

Não resolve a falta de liquidez das empresas de pequeno e médio porte. Não resolve o fato de comunidades não terem estrutura de saneamento.

Nós temos problemas socioeconômicos, e instituições que têm dificuldade de lidar com crises, como essa pandemia, o que não tem nada a ver com a questão política.

Pelo fato de a gente ter uma posição socioeconômica mais desfavorável que países de Primeiro Mundo e algumas instituições que não funcionam como no primeiro mundo, é mais importante que tenhamos uma coordenação não só entre os Poderes, mas entre os entes federativos.

Temos muitos informais, o que gera uma dificuldade em identificar quanto ganham. Nos países em que você quase não tem informalidade, é mais fácil fazer política para mitigar riscos dessa classe trabalhadora.

O que o senhor mencionou tem a ver com problemas estruturais do Brasil. O ministro Paulo Guedes estaria certo ao dizer que é o momento de mexer nas estruturas também? Que reformas seriam importantes neste momento? Acho que agora não dá para mexer nas estruturas. A gente ainda não sabe quais setores serão mais atingidos.

Agora é hora de questões mais emergenciais. Vamos esquecer as questões estruturais. Seria ótimo se conseguisse parar para resolver isso. Estamos vivendo um momento muito complicado.

O grande tema é a reforma do Estado. Essa eu acho essencial. Existe uma pressão da opinião pública com relação à visão dos servidores. Algumas vantagens, de estabilidade, de aposentadoria, que incomodam muito, vão incomodar muito mais.

Essa pandemia vai agravar essa questão. Enquanto o desemprego vai ser crescente e os salários de quem tem emprego vão cair na iniciativa privada, os servidores estarão sendo preservados.

Também está ficando claro com essa crise a questão do papel do Estado, ter um setor público que seja funcional, que esteja bem organizado. Quem é que está complementando salário? É o setor público. Essa questão do empacotamento de liquidez. Quem tem de estar por trás disso? O setor público. Inclusive estou aliviando os bancos aqui. Não estou criticando nenhum. Não estou esperando nada do setor privado. Nossa conversa toda aqui é setor público. Não fale nada de setor privado hoje. O setor privado está para ser ajudado, não está se exigindo nada do setor privado, pelo contrário.

Ocorre que isso exige mudanças do papel do Estado. Temos quadros espetaculares no setor público. Temos um grupo de servidores muito qualificados. É importante que essa questão seja desenvolvida puxando a questão da eficiência, da produtividade. Quando se fala de reforma do Estado, se fala de uma reforma administrativa para cortar salário. Mas estou falando de uma coisa mais pensada.

Se essa pandemia se estender, é possível ir mais longe nesses gastos? Ai é difícil traçar cenários. Tem de ver um pouco como está a situação global, como a economia mundial vai andar, como vão resolver a questão da pandemia, como vai estar o juro internacional nesse contexto.

Já estão falando em coronabonds na zona do euro para salvar alguns países. Será que isso vai virar um processo inflacionário que obrigue a elevação dos juros? Para nós, seria uma desgraça. Mesmo nos EUA. Eles são muito mais organizados do que a gente, mas lá está morrendo gente.



As negociações entre a prefeitura, a Caixa e a concessionária para a manutenção dos túneis da região portuária e sua sinalização ainda não foram concluídas, apesar de o contrato se encerrar no próximo dia 15. Caso não haja acordo, o município deverá se encarregar do serviço.

Na sexta-feira (8), a Porto Novo emitiu nota afirmando que encerrará suas atividades

de R\$ 0,3 milhões — em valores atualizados — por 15 anos. Era com a revenda desses terrenos e papéis que o banco manteria o cronograma de repasse acertado com o município até 2026. Porém, com a crise econômica afetando o setor imobiliário, menos de 10% dos Cepacs foram vendidos.

O problema é que esse dinheiro é usado pela prefeitura para pagar à concessionária

concessionária ameaçou parar mais uma vez os trabalhos. Um acordo foi fechado para que o fundo da Caixa bancasse apenas a manutenção de dois túneis da região, que exigem uma complexa estrutura de engenharia ao custo de R\$ 4,3 milhões mensais. A prefeitura assumiu os serviços básicos, e as obras novas foram interrompidas.

A Caixa Econômica Federal prossegue em tratativas com o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha [gerido pela Caixa] na expectativa de normalizar os pagamentos das obras e serviços da parceria público-privada”, diz a nota da Cdurp.

A Caixa Econômica Federal não se manifestou até a conclusão desta reportagem.

grito, seja mediante cessação da proleção, seja no leilão público promovido pelo vendedor até a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o término em favor do juiz, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprometidos de pendências pelo arrematante à falta de disponibilidade de condições e meios relativos à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transada em juízo não impõe ao arrematante o direito à devolução da arrematação.** O arrematante presente pagará no ato da compra todo o valor da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor da arrematação, exclusivamente por meio de cheque. O arrematante vencedor por meio de lance orçado, até prazo de 24 horas, após de comunicado anteriormente de falta de lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED ou cheque, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores da arrematação bem como da comissão do leiloeiro, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará rescisão e o arrematante se comprometerá por parte dos arrematantes, quanto a todas as obrigações a pagar o valor da comissão do leiloeiro (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, presente e favor do vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta ofertada, destinado ao pagamento das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, arrematando-se a proleção, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 33 do Decreto nº 21.981/52. Ao inscrever para a aquisição de imóvel por meio do presente leilão, ficará considerado a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital, de demais condições observadas ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1952, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.827 de 7 de fevereiro de 1953, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Outras informações: (11) 3296-7555 / movim\_sac@scf.com.br

<a href="http://www.scf.com.br">www.scf.com.br</a>	<a href="mailto:movim_sac@scf.com.br">movim_sac@scf.com.br</a>	(11) 3296-7555
--	--	----------------

## opinião

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Fria e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Desafio constante

Incapaz de aceitar limites, Bolsonaro constrange o Supremo mais uma vez com encenação patética

Ao abrir a sessão plenária do Supremo Tribunal Federal na quarta-feira (6), o ministro Dias Toffoli definiu a corte que preside como última trincheira da sociedade na defesa dos direitos assegurados pela Constituição.

Pregou a harmonia entre os Poderes, condenou as agressões sofridas por jornalistas numa manifestação de apoiadores de Jair Bolsonaro no domingo (3) e cobrou respeito às decisões do tribunal, alvo predileto da turba golpista.

Tratou-se de uma resposta adequada às provocações do presidente, ainda que tardia — como corretas e demoradas, por sinal, têm sido as reações de Toffoli.

Fazia dias que, informado com o veto do STF à nomeação de um apenado para o comando da Polícia Federal, Bolsonaro ameaça desafiar a determinação judicial e atacara o ministro Alexandre de Moraes, que assinara a liminar. Na segunda (4), coube ao ministro da Defesa, Fernando Azevedo, reiterar o compromisso das Forças Armadas com a Constituição, numa nota em que classificou a independência e a harmonia entre os Poderes como imprescindíveis para a governabilidade.

Embora manifestações políticas das Forças Armadas sejam inconvenientes numa democracia, ainda mais quando se referem às ações do chefe do Executivo, a nota restituiu-se de caráter tranquilizador.

## Ação entre amigos

Socorro a estados e municípios abre brecha para reajustes salariais irresponsáveis ao funcionalismo

Em mais um espetáculo de irresponsabilidade orçamentária, o Congresso aprovou o essencial plano de ajuda a estados e municípios apenas após reduzir significativamente a abrangência do congelamento dos salários do funcionalismo — a principal contrapartida para evitar uma piora ainda mais acentuada das contas públicas.

Enquanto milhões de brasileiros perdem seus empregos e um sem número de empresas se encontra à beira da falência, os parlamentares optaram por atender a demandas parciais e corporativistas.

Em vez de um congelamento amplo até o fim de 2021, que pouparia R\$ 130 bilhões nas contas do Ministério da Economia, abriram-se exceções para diversas categorias, que não se limitaram à diretamente envolvidas no combate ao coronavírus, como se pretendia.

A leniência começou na Câmara dos Deputados, com o beneplácito do Executivo, que privilegiou servidores ligados à segurança e professores, duas das carreiras que mais pesam nos cofres estaduais. O próprio líder do governo, de-

À boca pequena, militares do primeiro escalão do governo vinham expressando desconforto com a ingerência do STF na escolha do novo diretor-geral da PF — e o próprio Bolsonaro vangloriava-se do apoio das Forças Armadas ao participar do ato insolente de domingo.

Reafirmar constantemente as balizas estabelecidas pela Constituição, como Toffoli e Azevedo fizeram nesta semana, é necessário para conter os instintos autoritários de Bolsonaro, que não cansa de desafiar esses limites.

Ele voltou a demonstrá-lo nesta quinta (7), ao liderar uma marcha patética na direção do Supremo para fazer uma visita surpresa a Toffoli, à frente de uma delegação formada por ministros e dirigentes de associações empresariais.

A encenação, transmitida por redes sociais, transformou o STF em palco para Bolsonaro defender mais uma vez o relaxamento das medidas de distanciamento social adotadas contra o coronavírus.

Como ninguém tinha plano a apresentar nem pedido a fazer, ficou claro que a intenção do presidente era apenas constranger Toffoli e transferir responsabilidades, em vez de buscar a cooperação.

Em decisão unânime, o Supremo já esclareceu que estados e municípios têm autonomia para tomar providências para lidar com a pandemia. Tratando-se de Bolsonaro, a inação federal é o menor dos males.

Tampouco foi interesse do Senado mostrar austeridade na derradeira votação. Ao final, a poupança esperada caiu a R\$ 43 bilhões, insuficientes para cobrir os repasses diretos de R\$ 60 bilhões a estados e municípios aprovados no plano.

O estrago se refletiu imediatamente em alta acentuada do dólar e dos juros de longo prazo. Pressionado por Guedes, Bolsonaro agora diz que vai vetar o aumento.

Ao fim e ao cabo, o episódio mostra mais uma vez a total descoordenação política e programática do governo, com erosão adicional da credibilidade da gestão econômica.

O que está novamente em jogo, hoje, é a solvência futura do governo, que parecia melhorar com os graduais ajustes implementados a partir de 2015. Mas o sinal se inverteu com o impacto da crise.

Com todas as necessárias iniciativas para defender a renda dos mais pobres e preservar empregos, o aumento da dívida pública será dramático. Não se descarta que o passivo do governo chegue a 90% do Produto Interno Bruto neste ano, um recorde entre os principais países desenvolvidos.



## Nova Zelândia x Suécia

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** São dois países avançados, com governos funcionais e éticos, mas as estratégias adotadas por cada um deles para enfrentar a Covid-19 não poderiam ser mais diferentes.

A Nova Zelândia foi agressiva. Não tergiversou em impor lockdowns em todo o país. No início de maio já praticamente eliminara o vírus de seu território, com apenas 21 mortes (0,43 óbito por 100 mil habitantes).

Já a Suécia escolheu um caminho mais liberal. Não determinou nenhum tipo de isolamento obrigatório, e quase todas as atividades foram mantidas. Apenas recomendou que a população agisse com responsabilidade. Foi capaz de evitar que os hospitais superlotassem, mas apresenta muito mais óbitos que seus vizinhos nórdicos. Foram até aqui 3,040 mortes (29,85 por 100 mil, contra 4,08 na Noruega e 4,62 na Finlândia).

A primeira vista, a Nova Zelândia se saiu melhor do que a Suécia, mas é sempre arriscado cantar vitória antes do fim da partida. E a crise está longe de ter acabado. A Nova Ze-

lândia está livre do vírus, mas, para permanecer assim, precisa fechar-se para o mundo. Os suecos pouco mudaram seu estilo de vida. Juízos mais definitivos dependem do que acontecerá a seguir.

Se uma vacina chegar rapidamente, a estratégia da Nova Zelândia terá sido de longe a melhor, e o governo sueco precisará lidar com o fato de ter deixado muitos morrerem talvez desnecessariamente. Mas, se a vacina não vier tão cedo, e a epidemia acabar sendo controlada do jeito antigo, isto é, através da exposição da população ao vírus e da criação da imunidade de rebanho, aí é a Suécia quem está na frente. Estima-se que 25% da população de Estocolmo já tenham anticorpos contra o Sars-CoV-2, contra quase nada na Nova Zelândia.

Não acho que buscar a imunidade de rebanho seja uma boa estratégia de enfrentamento da Covid-19, especialmente para populações não suecas, mas isso não significa que a natureza não vá impô-la a nós.

helio@uol.com.br

## Jogos e trapaceiras

Julianna Sofia

**BRASÍLIA** Neoladidos de Jair Bolsonaro, comandantes do bloco de partidos fisiológicos conhecido como centrão vivem com a Justiça no engalho. O pepista Arthur Lira, líder do grupamento, coleciona ações judiciais desde falcatruas içadas pela Lava Jato a acusações de apropriação de salários de servidores e de recebimento de propina — teve um assessor preso com dinheiro nas meias num aeroporto.

São sujeitos desse naipe que Bolsonaro busca trapacear. Depois de avaliar um acordo alinhavado pelo centrão para garantir aumento para o funcionalismo na votação do projeto de socorro aos estados, o presidente acena na direção oposta e promete à equipe econômica vetar a medida.

Há certa incredulidade sobre a real disposição do presidente para levar adiante a promessa pública feita ao ministro Paulo Guedes (Economia). Se consumar-la, colocará à prova a fidelidade de sua base parlamentar recém-conquistada via entrega de nacos da administração pública. No jogo do tomalá, dá cá, os velhacos cal-

culam como reagir a um movimento hostil do presidente: responderão à traição com a derrubada do veto ou manterão juras de lealdade pela permanência nos cargos?

Trapaceira de Bolsonaro também com os aliados de primeira hora, que compraram seu discurso da nova política. Ministros agora são obrigados a engolir quietos ameaças de demissão caso se recusem abrigar os indicados do centrão em suas pastas. No Congresso, bolsoneiros fazem malabarismo retórico para justificar a cooptação da trupe de Lira e argumentam que nenhuma corrupção será tolerada.

Nesta sexta (8), dois dias após a nomeação de um afilhado para a direção do Dnocs, o deputado pepista Sebastião Oliveira tornou-se alvo de operação da Polícia Federal para apurar desvios em obras da BR-101. O Dnocs administrará neste ano R\$ 1 bilhão, em projetos como a construção de barragens e açudes.

Nas horas seguintes à ação policial, o novo diretor da PF foi visto entrando no Palácio do Planalto.

## Cinco letras que odeiam

Alvaro Costa e Silva

**RIO DE JANEIRO** O escritor português Mário de Carvalho anotou no Facebook: "Deve ser da palavra escrita. Pouco acostumadas a escrever, as pessoas deixam-se levar pelo embalo. Tenho verificado que criaturas, na vida real (notem: vida real!) razoavelmente delicadas e cordatas, perdem as estribelhas aqui no FB. E é vê-las, para meu espanto, a irritar-se, a cotovelar e, pior, a chamar nomes às outras. E às vezes basta uma trivial e natural diferença de opinião ou de perspectiva."

Autor de mais de 30 livros, alguns publicados no Brasil, como o romance "Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde", Carvalho conclui: "Os profissionais da escrita, 'et pour cause', são mais comedidos e controlados. O que me parece justo sugerir é que pensemos duas (ou três) vezes antes de se safarmos com uma formulação sem peruca". Atuando como feroz crítico de teatro no fim dos anos 50, ele desancou Tônia Carrero, sugerindo que a atriz ascendera ao estrelado usando o sexo.

A reação não foi menos feroz: o diretor Adolfo Celi, então marido de Tônia, e o ator Paulo Autran trocaram sopapos e engalfinharam-se com Francis. Este, mais tarde, se arrependeu do que havia escrito ("o artigo é sórdido", "me portei como um idiota") e de não ter ouvido no calor da hora o conselho de Rubem Braga: "Deixa o texto dormir um dia na gaveta. Se amanhã você quiser publicá-lo, publica".

Hoje as pessoas não pensam um segundo (três vezes, como sugere Mário de Carvalho, seria uma eternidade) antes de responder nas redes sociais a qualquer comentário. Entre os bolsoneiristas, o comum

## STF ou Exército?

Fernando Haddad

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo. Escreve aos sábados

Faz bem José Murilo de Carvalho em recuperar, mais uma vez (Valor, 6/5), a discussão equívoca entre nós sobre o papel constitucional das Forças Armadas. De fato, pontua o historiador, a atual Constituição é contraditória ao afirmar que as Forças Armadas estão "organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República", por um lado, e "a garantia dos poderes constitucionais". Basta se perguntar sobre o que fazer quando o presidente atenta contra os demais Poderes.

José Murilo lembra, de passagem, o papel do Poder Moderador na Constituição de 1824. Exercido pelo imperador, na condição de chefe de Estado, dava-lhe o direito de nomear, a partir de lista tripla, os membros vitalícios do Senado, dissolver a Câmara dos Deputados e suspender magistrados. Inspirado numa leitura enviesada de Benjamin Constant, o diploma outorgado esgarçava a distinção, cara ao pensador francês, entre monarquia constitucional e monarquia absolutista.

O problema se apresentou na Constituição de 1891. O Poder Moderador desapareceu com a Monarquia. Entretanto, logo no seu artigo 14, lê-se: "a força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais". Marechal Deodoro incomodou-se com a redação, imaginando que ela oferecia brecha para a quebra de hierarquia, dando ao subalterno a possibilidade de abrir as ordens recebidas. Mas o perigo estava em outro lugar, no dever de "sustentar as instituições constitucionais".

O mandamento, desconsiderado a oração de abertura sobre o dever de obediência, sustentou a deposição do primeiro presidente da República e a tentativa de deposição, pela Marinha, do segundo.

Rui Barbosa, defensor daquela redação, reafirmou a leitura heterodoxa. "Se essa doutrina fosse verdadeira, o eixo da República estaria deslocado: o Supremo Tribunal da legalidade seria a força armada; (e) os conflitos constitucionais não se resolveriam pela toga, mas pelas armas".

Ainda que se concorde com José Murilo de que caberia ao poder civil pós-ditadura formulação inequívoca que pusesse fim ao debate, não resta dúvida de que, como Raymundo Faoro bem pontuou, apenas na omissão do STF perante o abuso do poder poderia despontar a força armada contra a democracia, supostamente legitimada pelo dispositivo constitucional. Além do que, a atual Constituição inova ao dizer que compete a qualquer dos três Pode-

putado Victor Hugo (PSL-10) afirmou que atendia a uma determinação do presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez contra a posição do ministro Paulo Guedes.

Imaginar que as cautelas fiscais estão revogadas na pandemia é ilusão perigosa. Posta em prática, prolongará por anos o drama social.

mais grosseira, com um insulto". Nem sempre os profissionais são mais ajudados ou corretos. Ficou famoso, na memória do jornalismo, um artigo de Paulo Francis: "Tônia

é o uso de apenas duas palavras como resposta-padrão: "Teu c...". Frase que consegue a façanha de ter uma letra a mais do que o "E daí?" presidencial.

res, não só ao Executivo, mas também à aquisição do uso das Forças Armadas contra quem quer que atende violentamente contra a ordem democrática.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## O governo deveria emitir mais moeda para enfrentar a crise econômica?

### Não Sem emissão de moeda para financiar gastos fiscais

Já basta a recessão que se avizinha, não precisamos de uma crise de confiança

Eduardo Zilberman e Dejanir Silva

Professor associado do Departamento de Economia da PUC-Rio

Professor do Departamento de Finanças da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (EUA)

Para a travessia da crise, economistas de diversas vertentes têm insistido, corretamente, na necessidade de gastos para proteger vidas, assegurar renda aos mais vulneráveis, manter os empregos e evitar uma falência generalizada das empresas. É preciso gastar.

Há propostas circulando para que se financie este esforço fiscal com emissão de moeda. Muitas propostas não são claras no que se entende por moeda e a operação que viabilizaria esse financiamento.

Moeda, na sua definição mais restrita, é composta por papel-moeda (e moeda metálica) em circulação e, em sua maior parte, por reservas bancárias, que são depósitos de instituições financeiras no Banco Central (BC), ou seja, dívida do BC com essas instituições.

No regime de metas para a inflação, adotado com sucesso no Brasil, emissões e retiradas de moeda são destinadas à manutenção da taxa básica de juros, instrumento usado para o controle da inflação, perto do valor determinado pelo Comitê de Política Monetária.

O financiamento via emissão de moeda, portanto, exigiria que o BC retirasse a liquidez adicional gerada ao comprar os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para arcar com os gastos fiscais durante a crise. Isso requer endividamento do BC a juros de mercado através das chamadas operações compromissadas.

A restrição orçamentária é implacável. Ao fim desta operação, o Tesouro "deve" ao Banco Central, que deve à sociedade. Como ambos fazem parte do mesmo governo, a dívida pública aumenta.

As restrições de endividamento que se aplicam ao Tesouro na emissão de títulos também se aplicam ao BC na criação de moeda. Aumento da dívida pública requer inevitáveis sacrifícios a enfrentar no futuro, seja por corte de gastos ou por elevação de carga tributária (mesmo que temporários).

Qualquer proposta que fuja disso pressupõe que a restrição orçamentária será equalizada com inflação alta, repressão financeira e/ou repúdio da dívida (em sua grande parte nas mãos de brasileiros) mais à frente. E, esse filme, a gente já viu.

...

A restrição orçamentária será equalizada com inflação alta, repressão financeira e/ou repúdio da dívida mais à frente. E, esse filme, a gente já viu. O potencial de estrago é enorme

O potencial de estrago é enorme.

Entretanto, não se trata apenas da inexorabilidade da restrição orçamentária governamental, mas também das interações entre as autoridades fiscais e o BC.

Historicamente, em determinadas situações fiscais adversas, a relação entre o Tesouro e o Banco Central foi conflituosa, com o Tesouro recorrendo sistematicamente ao BC para que este emitisse moeda para financiar os gastos fiscais.

No regime de metas, o que, de fato, permite ao BC controlar a inflação é justamente o compromisso de que a política fiscal será conduzida de forma responsável, preservando a autonomia do BC. Este compromisso, entretanto, é tão frágil politicamente que precisamos ser impositos por lei.

A situação fiscal corrente bastante frágil, assim como o risco substancial de que o mundo político desvirtue as medidas fiscais supostamente temporárias de combate a crise, já seriam o suficiente para que se questione esse compromisso.

A narrativa adequada ao momento deveria reforçar o compromisso com a responsabilidade fiscal após a crise da Covid-19. O flerte com a emissão de moeda para financiar os necessários gastos do governo vai na direção oposta.

Já bastam a crise na saúde e a recessão brutal que se avizinha, não precisamos e uma crise de confiança adicional.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

## Quarentena em São Paulo

"Doria prorroga quarentena no estado de SP até 31 de maio contra novo coronavírus" (Cotidiano, 8/5). Isolamento social e restrições são úteis, mas algumas medidas são tomadas como apostas em um jogo de loteria. Qual é a chance de sucesso no isolamento ao restringir a circulação de veículos se muitas pessoas ainda estão trabalhando? Para proteger o empresário, o transporte coletivo foi reduzido. E agora, como será com o aumento de passageiros no transporte público?

Tais Vitorino (São Paulo, SP)

Não sei onde vamos parar, o cenário é totalmente sombrio. As medidas dorianas refletem o que já era notório: o caos, infelizmente, ainda virá.

Jean Nascimento (Rio de Janeiro, RJ)

O governador de São Paulo, João Dória, está surpreendendo na responsabilidade. Muito bem. Precisamos combater o vírus, evitar o caos e enfrentar essa parcela inconsequente da população que ignora os fatos.

Hannah Feitosa (São Paulo, SP)



Avenida São João, no centro de São Paulo, vazia Thea Severino/Folhapress

Não há alternativa. E talvez o governador tenha posto fim a seu legado. Não importa. CPFs salvos, antes e acima de tudo. Tenho fé, por incrível que pareça, no futuro.

Vitor Luis Aides Santos (Jaboticabal, SP)

## Rodízio

"Rodízio de carros para combater coronavírus tirará das ruas metade da frota de SP" (Cotidiano, 7/5). A medida vai aumentar o contato social. Quem tem de trabalhar e está usando o carro vai ser obrigado a ir de ônibus. Com a frota de ônibus já reduzida, será o caos.

Tadeu Roberto Corbi (São Bernardo do Campo, SP)

## No fundo do armário

O texto da colunista Tati Bernardi ("Devolvam nossa bandeira", Saúde, 8/5) é o maior exemplo do nosso patriotismo roubado por aqueles que agora bradam os seus ódios contra profissionais da saúde e da imprensa e contra todos os que não aplaudem um louco desvairado. Nunca mais a "amarelinha" será vista como antes. Perdeu totalmente o seu significado de união entre pessoas que torcem por um mesmo ideal. Era com orgulho que a usava nos dias de jogo. Agora, está bem guardada no fundo do armário, com vergonha do que ela passou a significar. Junto-me à colunista para gritar: "Devolvam nossa camisa".

Rosana Garcia (São Paulo, SP)

## Renda básica

Que belo artigo de Maria Alice Setubal ("Os desafios de uma cidade para todos", Tendências / Debates, 6/5), inspirado em Hannah Arendt. Encorajou-nos todos a buscar os caminhos da justiça e da liberdade ao propor que a renda básica cidadã se transforme em política de Estado, ao lado do apoio às micro, pequenas e médias empresas e aos empreendedores e do esforço total para que os meninos pretos mais pobres tenham melhores oportunidades de educação e outras iniciativas solidárias.

Eduardo Mattarazzo Furlan, 2010

## Bolsonaro

Pálida ação do STF e apatia de deputados e senadores diante dos discursos desrespeitosos de um presidente que não respeita a Constituição. Precisamos cumprir o que prega a Carta Magna.

José William Leite Oliveira (Sorocaba, SP)

A cada declaração, Bolsonaro mais expõe a sua boçalidade e o seu caráter de mentiroso compulsivo. Enquanto afirma que não interfere na PF, muda o diretor para blindar seus filhos. Anuncia que seus testes do coronavírus deram negativo, mas se nega a mostrá-los. O Brasil nunca teve um presidente tão velhaco e desonesto. Urge que o Congresso e o STF achem um caminho para destituí-lo antes que lance o país ao abismo.

Joaquim Francisco de Carvalho (Rio de Janeiro, RJ)

"E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". Por que então não entrega os resultados dos seus exames de Covid-19 e o vídeo da reunião citada pelo ex-ministro Moro?

Tania Tavares (São Paulo, SP)

## Caravana ao STF

Bolsonaro não quer cair sozinho, quer levar o STF junto ("Bolsonaro leva empresários ao STF para pressionar por fim de isolamento", Mercado, 8/5). Falar em economia numa hora dessas...?

Hélio Rodrigues Souza (Santo André, SP)

Leiam a coluna de Contardo Calligaris de 7/5 ("Jair, um brasileiro", Ilustrada). Se o presidente tivesse assessores competentes, com interesse em realmente fazer a tão prometida melhora do Estado brasileiro em vez de ficar formulando ataques por meio do chamado gabinete do ódio, não precisaria ouvir do senhor Dias Toffoli o óbvio.

Luís Claudio Silva Peria (São Paulo, SP)

Sobre o convésco do presidente ao STF, irrita o quanto minimizam o papel de Paulo Guedes na excursão. Na Folha, só Reinaldo Azevedo tocou no assunto. Desde que André Lara Resende mostrou o primitivismo de Guedes, a coisa só piora. Não é só um liberalismo primitivo e caduco, mas também a insensibilidade, a intransigência e a absoluta falta de visão humanitária.

Anísio Franco Câmara (São Paulo, SP)

O Brasil, desde Mauá, possui uma lista respeitável de grandes empresários, realizadores e criadores de riquezas. Mas a aparecer numa lista de apoiadores de Bolsonaro (como a publicada à pág. A13 da edição desta sexta), como parceiros numa despropositada visita ao STF, deveria ser motivo de opróbrio. Em vez de bajular e avaliar um governante desqualificado, esses empresários deveriam contribuir com sua visão e capacidade executiva para causar o fim da infeliz desventura.

Rubens J. Villela (São Paulo, SP)

Humilhante a posição do presidente do Supremo ao permitir uma quase invasão do órgão por um amontoado de gente, como se o órgão fosse subordinado ao Executivo. Situação inédita, talvez facilitada pelo próprio Toffoli, que atendeu ao pedido da defesa de Flávio Bolsonaro, suspendendo as investigações com dados do Coaf e tendo se aproximado de Bolsonaro cada vez mais. Portou-se como um coadjuvante. Causa muita preocupação.

## Sim Tempos anormais exigem soluções anormais

Mais moeda em circulação não implica, necessariamente, aumento de preços

Nelson Marconi

Professor da Eaesp-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas) e pesquisador visitante na Universidade Harvard (EUA); foi coordenador do programa de governo do candidato à Presidência da República Ciro Gomes (PDT) em 2018

O Brasil vem passando por uma crise de saúde pública que tem graves implicações na economia em função do alastramento da pandemia de Covid-19. Além das mortes indesejadas, o PIB do país deverá sofrer a maior queda de sua história neste ano. Nesse momento, faz-se necessário que o governo brasileiro leve substancialmente as despesas para garantir a renda dos menos favorecidos, expandir os serviços de saúde pública e ajudar as empresas a atravessar esse período.

Corre uma discussão entre os economistas sobre a forma de financiamento esse necessário gasto adicional. Teoricamente, seriam três possibilidades: aumento de impostos, venda de títulos do Tesouro Nacional (o caixa do governo) aos bancos, empresas e pessoas físicas (o chamado mercado) ou venda de títulos do Tesouro ao Banco Central.

As duas primeiras são as formas usuais de financiamento das despesas públicas, enquanto a terceira não está autorizada pelo atual lefício.

A terceira opção, ainda que necessite de mudanças na legislação, é a mais razoável agora. Em troca dos títulos que recebe, o Banco Central entregaria moeda ao Tesouro Nacional. Isso é o que chamamos de financiar o gasto público através da "emissão" de moeda.

A operação de venda de títulos do Tesouro Nacional junto ao Banco Central gera uma dívida um pouco diferente, porque se dá entre dois entes governamentais e, portanto, o acerto pode ser feito ao longo do tempo e quando houver oportunidade para tal. Assim estão fazendo países como os EUA e a Inglaterra. Parece estranho? Tempos anormais exigem soluções anormais.

Ainda segundo alguns economistas, essa medida poderia gerar um aumento da inflação porque eleva-

ria a quantidade de moeda em circulação e implicaria redução da taxa de juros maior que a desejada pelo governo nesse momento. Então vejamos. O fato de existir mais moeda em circulação não implica necessariamente aumento dos preços. Uma inflação crescente decorre da existência de demanda superior à oferta em uma economia. Em uma commodity como a nossa, esse aumento do gasto público financiado pela colocação de moeda em circulação não pressionará os preços, apenas ajudará a remediar um cenário tenebroso para a população e o funcionamento de nossa economia. É a taxa de juros, neste momento, tem que cair; pelo mesmo motivo, não há razão para pensar que sua queda gerará mais inflação. É bom que isso fique claro: o que pressiona a inflação é o excesso de demanda ou a escassez de oferta; moeda só ajuda nesse processo, pois facilita as transações.

Por que então o Tesouro não usa permanentemente esse mecanismo de financiamento através do Banco

ção e nem pela PEC do orçamento de guerra. Aumentar impostos para financiar despesas adicionais não parece ser uma solução de curto prazo, embora seja essencial a médio prazo elevar a tributação apenas sobre os mais ricos para que deem sua contribuição ao país neste cenário. Por sua vez, vender títulos junto ao mercado aumenta nossa dívida e a conta a pagar no futuro junto a todos que financiam o governo.

[...]

**Esse aumento do gasto público financiado pela colocação de moeda em circulação não pressionará os preços, apenas ajudará a remediar um cenário tenebroso para a população**

Central? Porque se a economia estiver operando normalmente, o Banco Central precisa regular o nível de atividade por meio do controle da taxa de juros e, assim, influir sobre a inflação. Se ele colocar muita moeda em circulação, perde esse controle. Por isso, vamos devagar com o andor —mas, neste momento de crise, o financiamento dos gastos públicos por meio da expansão monetária parece a melhor opção.

**Edmario Mariz de Sá**, deputado estadual PT-SP (São Paulo, SP)

**Paulo Bittar** (São Paulo, SP)

## ERRAMOS

[erramos@grupofoha.com.br](mailto:erramos@grupofoha.com.br)

**PODER** (7.MAI., PÁG. A13) Por erro de edição, o texto "TRF-4 rejeita recursos e mantém condenação de Lula no caso do sítio" foi publica-

do com trechos de outra reportagem a partir do sétimo parágrafo. Leia a íntegra da reportagem em [folha.com/19742e33](http://folha.com/19742e33).

mercado coronavírus

# Deflação de 0,31% em abril é a maior desde agosto de 1998

Forte queda nos combustíveis compensa elevação nos preços dos alimentos

Diego Garcia

**SANTOS** A inflação oficial brasileira refletiu a queda nos preços dos combustíveis e recuou 0,31% em abril, informou o IBGE nesta sexta-feira (8). Foi a segunda maior deflação mensal registrada pelo IPCA desde o início do Plano Real — a queda anterior era de 0,51%, em agosto de 1998.

No ano, o IPCA acumula alta de 0,22%, e, em 12 meses, de 2,40% — abaixo do piso da meta de inflação para o ano do Banco Central, de 2,5% (o centro da meta é de 4%).

A exceção do grupo alimentos e bebidas, todos os segmentos do IPCA tiveram estabilidade ou queda, um reflexo da redução de demanda de consumidores após o fechamento de serviços não essenciais, medida adotada para conter a pandemia do novo coronavírus.

A principal contribuição para a deflação foi a redução de 9,59% nos preços dos combustíveis em abril, com os sucessivos cortes nos preços da gasolina e do diesel anunciados pela Petrobras após a pandemia derrubar a demanda global por petróleo e também por combustíveis no país.

A queda da gasolina exerceu o maior impacto individual negativo no índice de abril, contribuindo para o recuo de 0,47 ponto percentual no IPCA. Já o etanol apresentou queda de 13,51%, e o óleo diesel, de 6,09%.

“O resultado de abril foi muito influenciado pela série de reduções nos preços dos combustíveis, principalmente da gasolina”, disse o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov.

Para os próximos meses, a economista do Itaú Unibanco Julia Passabom espera novamente por deflação em maio e em junho, em torno de 0,40% e 0,02%, respectivamente.

“Um trimestre [abril a junho] de deflação seria inédito na série histórica [do IBGE]. Colocando assim, um semestre caminha também para abaixo de zero. Juntando tudo isso, devemos ter um primeiro semestre de 0,1 negativo”, previu a economista.

A mais recente estimativa do banco para o IPCA fechado de 2020 é de 2,7%, mas o Itaú já estima que possa terminar o ano abaixo de 2,5%.

Por outro lado, para o segundo semestre, o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Santore Sanchez, prevê um mês de julho com inflação elevada, em 0,48%. Ele acredita que a reajustes de energia elétrica que deveriam ter acontecido no primeiro semestre, mas não ocorreram, e projeta em 1,1% o IPCA do ano.

Para o professor da Fipecafi Estevão Alexandre, a economia pode entrar em colapso caso o cenário piore.

“Aí entramos em uma depressão. É preocupante e um desafio para os governos estaduais e municipais não deixar a economia parar e conter a pandemia. Ninguém sabe como fazer isso”, apontou.

A última vez que o país havia registrado deflação em um mês havia sido em setembro do ano passado. A queda, porém, havia sido fruto justamente da redução nos preços dos alimentos.

O IPCA mostra que outros produtos que tiveram aumento de demanda por causa do coronavírus também tiveram alta de preços, nada capaz de mudar a trajetória de deflação do país, caso de artigos de limpeza (0,10%).

Ficaram mais caros amaciante e alvejante (1,82%), água sanitária (0,90%), detergente (0,81%) e desinfetante (0,59%), segundo o IBGE.

Já os preços dos alimentos seguem em tendência de alta, resultado do aumento das refeições feitas em casa.

Alimentos foram a maior contribuição positiva no IPCA de abril, 0,35 ponto percentual. O registro é resultado de alta de 1,79% no setor de alimentação e bebidas.

O isolamento social e o fechamento de serviços não essenciais, como bares e restaurantes, fizeram o custo da alimentação no domicílio aumentar de 1,40% em março para 2,24% em abril.

## Entenda o que é deflação e por que ela pode ser perigosa

### SAIBA MAIS

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A deflação pode ser definida como uma taxa de inflação abaixo de zero ou negativa. É quando um índice de preços, que reflete uma determinada cesta de consumo, mostra queda na média dos preços coletados.

Essa queda pode ser pontual ou estrutural, com efeitos benéficos ou não, a depender do que originou a deflação e da sua duração.

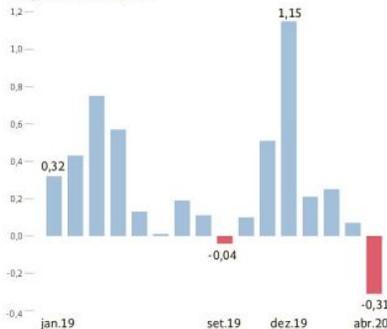
Em abril, primeiro mês completo de quarentena por causa da pandemia de coronavírus, o IPCA (registrou deflação de 0,31%, resultado só comparável ao verificado no mesmo período de 1998.

É um resultado pontual, mas que pode se tornar permanente a depender dos desenvolvimentos da crise atual.

Para o consumidor, a queda de preços pode parecer uma notícia positiva em um primeiro momento, por aumentar o poder de compra das pessoas, ou, pelo menos, minimizar sua queda no contexto atual.

## País tem deflação de 0,31% em abril

Varição mensal do IPCA, em %



Inflação por grupos

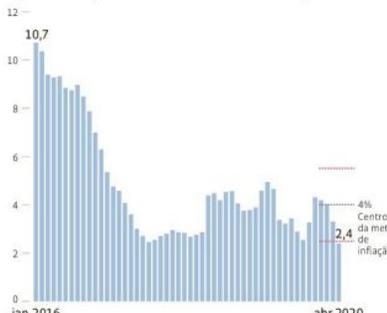
Varição no mês, em %



Em 12 meses, índice cai abaixo do piso da meta de 2020

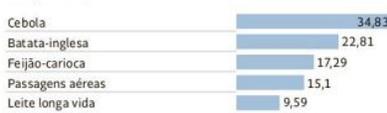
Em %

Intervalo de tolerância, de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo do centro da meta de inflação



Maiores altas de abril

Varição no mês, em %



Maiores quedas em abril

Varição no mês, em %



Fonte: IBGE

A deflação persistente, no entanto, pode ser uma ameaça para a economia. A expectativa de queda constante de preços se torna um incentivo para que se adie o consumo.

A queda no índice de preços também faz com que a taxa de juro real (descontada a inflação) dos empréstimos tomados no passado se tornem maiores, onerando devedores e favorecendo credores, o que desestimula as pessoas a tomarem crédito.

Por isso, a deflação persistente reduz a demanda por bens e serviços e prejudica os investimentos e a geração de empregos e renda.

No Japão, o processo continuado de queda de preços criou um ambiente em que as pessoas acumulam muito dinheiro e gastam pouco. Na Europa e nos EUA, os bancos centrais vêm há mais de uma década lutando contra o risco de deflação por meio de corte de juros e injeção de dinheiro na economia.

As metas de inflação fixadas em vários países desenvolvidos consideram um nível próximo de 2%, visto como ideal por vários economistas para evitar estagnação econômica sem que haja risco de descontrolado inflacionário.

Esse ainda não é o cenário para o Brasil, segundo projeções do governo e do mercado financeiro. Ao reduzir a taxa básica de juros para 3% ao ano na quarta-feira (6), o Copom citou a estimativa de inflação do mercado financeiro a partir da pesquisa Focus, atualmente em 2% para este ano. As projeções do próprio Banco Central são de 2,3% e 2,4%, dependendo do cenário para câmbio e juros. Ou seja, teremos inflação baixa neste ano, mas teremos inflação.

O professor da Fipecafi (FEA/USP) Estevão Alexandre afirma ainda que o IPCA reflete uma cesta de consumo, que pode se alterar por causa da pandemia, e que o impacto da queda de preços será diferente para cada família.

Na pandemia, as pessoas mantiveram o consumo de alimentos ou até aumentaram, fazendo estoques, mas reduziram o uso de transportes públicos e privados. O IPCA mostrou alta de 2,24% na alimentação em domicílio e queda acentuada no preço dos transportes e combustíveis, o que puxou o índice para o terreno negativo.

“O principal item do IPCA, alimentos e bebidas, com participação em torno de 20%, subiu muito e é um fator que preocupa. É o item mais consumido no momento”, diz Estevão.

Para ele, será difícil chegar a um quadro de deflação persistente no Brasil em 2020. “Não vejo um ambiente de deflação até o final deste ano, a não ser que a quarentena se estenda por muito tempo.”

Outro indicador divulgado pelo IBGE, o INPC, mostrou deflação ligeiramente mais baixa (0,23%) que o IPCA (0,31%). Esse é o índice de preços que mede a cesta de consumo da população assalariada com rendimento mais baixo, que normalmente consome mais alimentos, produtos que ficaram mais caros em abril.

## Recessão, isolamento e cautela sinalizam IPCA abaixo do piso

### ANÁLISE

José Francisco de Lima Gonçalves

Economista chefe do Banco Fator

O IPCA teve deflação de 0,31% em abril, acumulando 2,40% em 12 meses, abaixo do piso da meta do BC, fixado em 2,50%. Em março, já com efeitos do coronavírus, o IPCA tinha crescido apenas 0,07%.

Tal queda só perde para o 0,51% verificado em agosto de 1998. Na ocasião, o baixo crescimento, o dólar congelado e os juros altos mantinham a inflação baixa. Hoje, a deflação decorre do coronavírus e de seu impacto sobre o dia a dia das famílias, além da baixa inflação corrente.

O coronavírus tem impacto deflacionário porque os preços das commodities caem no mercado mundial pela contração da demanda. O petróleo, com efeito sobre os preços dos combustíveis, é o melhor exemplo.

Ademais, as medidas de isolamento social, a forte e súbita alta do desemprego e a severa contração da renda interrompem o consumo de muitos serviços e bens.

O impacto da queda do consumo sobre os preços mais do que compensou a alta do dólar, cujo repasse para os preços domésticos vem sendo limitado. Assim, os preços de eletrônicos e eletrodomésticos caem por falta de quem os compre.

A deflação foi puxada pelos combustíveis, em particular a gasolina, o maior impacto negativo.

Apenas dois dos nove grupos que compõem o IPCA tiveram alta: Alimentação (1,79%) e Vestuário (0,10%). Os preços dos alimentos são sensíveis a condições de abastecimento e a compras antecipadas pelas famílias.

Os núcleos ficaram perto de zero e em 12 meses acumulam alta de 2,41%, mostrando que a desaceleração do IPCA vai além de choques pontuais. Tais núcleos são medidas que excluem preços muito voláteis ou muito rígidos, sugerindo mais variações de custos e demanda do que outros determinantes da inflação.

Os preços das commodities devem conhecer alguma recuperação, o que vai pressionar os preços dos combustíveis e outros itens.

Mas a recessão, a alta do desemprego, o isolamento e a cautela das famílias desenharam cenário de mais dois anos com a inflação fechando abaixo da meta, o que mostra o acerto, um pouco tardio, da decisão do Copom de sinalizar Selic perto de 2% até que a inflação aponte para a meta.

## Empresas de turismo terão R\$ 5 bi em crédito

Ricardo Della Coletta Renato Machado

**BRASÍLIA** Em MP (medida provisória) publicada nesta sexta-feira (8), o governo Jair Bolsonaro destinou R\$ 5 bilhões para auxílio — via linhas de crédito — de empresas de turismo que tenham sido afetadas pela crise do novo coronavírus.

O montante foi direcionado ao Fungetur (Fundo Geral do Turismo), e as empresas do setor que fazem parte de um

Ao comentar a MP na tarde desta sexta, o ministro Marcelo Álvaro Antônio, do Turismo, argumentou que o segmento foi o mais afetado pela paralisação da economia gerada pela Covid-19 e que provavelmente será um dos últimos a iniciar uma recuperação.

“As empresas de turismo, bem como os guias de turismo, não estavam tendo acesso ao crédito, e essa MP vem para corrigir essa distorção e fazer com que essas empresas,

às micro, pequenas e médias empresas, enquanto que o restante ficará disponível para os grandes empreendedores.

Ainda de acordo com o ministério, haverá carência de até 12 meses e uma taxa de juros abaixo de 0,9% ao mês. Empresários que têm negócios de micro e pequeno porte poderão acessar até R\$ 1 milhão, limite que sobe para R\$ 3 milhões (médias) e R\$ 30 milhões (grandes).

Alinha de crédito tem como

restaurantes, cafeterias e bares, entre outros.

Por último, o ministério disse que na próxima semana a pasta deve lançar um programa para que guias turísticos que também deixaram de trabalhar no período da pandemia possam acessar crédito em melhores condições. Segundo ele, são mais de 20 mil profissionais no Brasil.

Além do crédito, o governo já havia editado uma medida provisória para determinar

## Câmara aprova MP que agiliza negociação de imóveis da União

**BRASÍLIA** Os deputados finalizaram nesta sexta (8) a votação da medida provisória que facilita a venda de imóveis da União e permite a assinatura de contratos de gestão de até 20 anos para a ocupação de imóveis públicos.

O texto-base foi aprovado no dia 29 em votação simbólica. Nesta sexta, foram votadas propostas de alteração.

A MP vai ao Senado. Se tiver o mérito alterado, volta à

O projeto busca melhorar a gestão dos imóveis e simplificar procedimentos de venda. O governo reduziria o número de imóveis abandonados, com manutenção cara, que não geram receitas.

Fica permitida a contratação, com dispensa de licitação, da Caixa, empresas públicas, órgãos da administração pública cuja atividade de desenvolvimento urbano ou imobiliário pa-

cadastro (Cadastur) do ministério poderão acessar os empréstimos via 17 instituições financeiras, sendo a principal delas a Caixa.

de todos os tamanhos, possam ter acesso efetivo a esse crédito", disse o ministro. A pasta planeja que 80% dos R\$ 5 bilhões sejam destinadas

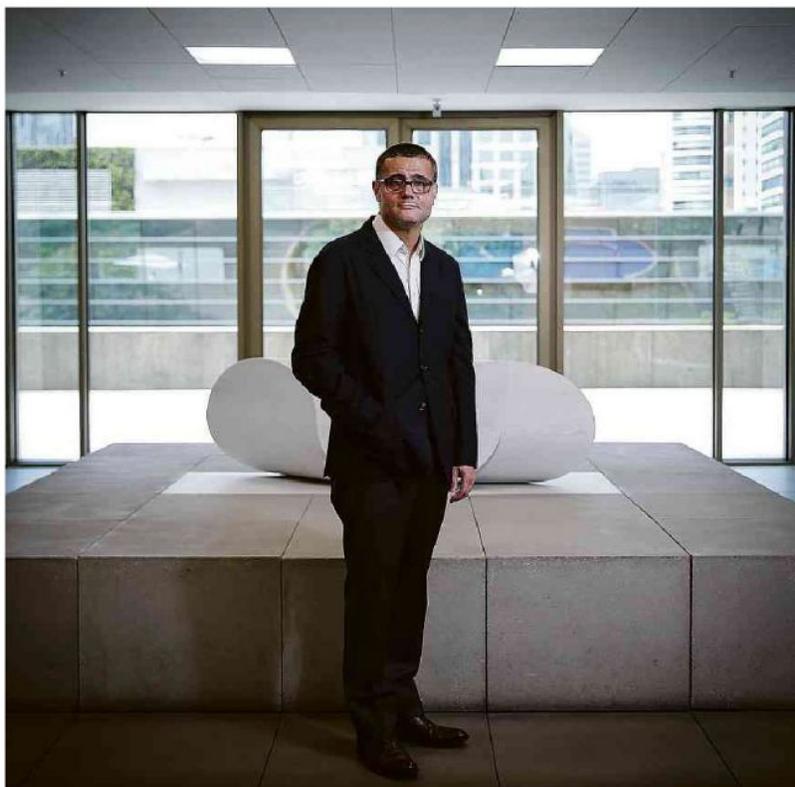
destino empresas de acampamento turístico, agências, hospedagem, casas de espetáculos, centros de convenções, locadoras de veículos,

que o reembolso de pacotes de viagens, diárias de hotéis e ingressos para eventos não seja concedido imediatamente ao consumidor.

Câmara. Caso contrário, segue para sanção ou veto presidencial. Precisa ser votada até o dia 1º de junho para não perder a validade.

ra avaliar imóveis da União. A licitação é exigida só para empresas especializadas que queiram participar da disputa. **Danielle Brant**

## mercado coronavírus

**Mário Mesquita, 54**

Economista-chefe Itaú Unibanco, foi sócio do Banco Brasil Plural, diretor de Política Econômica do Banco Central, economista-chefe do ABN Amro no Brasil e atuou no FMI (Fundo Monetário Internacional). Tem doutorado em economia pela Universidade de Oxford (Reino Unido) e mestrado em economia pela PUC-Rio

## Mário Mesquita

# Turbulência política pode tirar Brasil do radar de investidores no pós-crise

Para economista-chefe do Itaú Unibanco, país terá de pagar com alta temporária de impostos o custo da pandemia do coronavírus

**ENTREVISTA**

Érica Fraga

**SÃO PAULO** O preço que o Brasil pagará por ter sido atingido pela pandemia do novo coronavírus com uma dívida pública muito alta será um aumento temporário de impostos, segundo Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco e ex-diretor do Banco Central.

"Começamos nesta crise como um ponto totalmente fora da curva", diz ele, em referência ao endividamento do país, que, por critérios do FMI (Fundo Monetário Internacional), já beira 90% do PIB (Produto Interno Bruto), ante uma média de 53% do PIB dos países emergentes.

Para Mesquita, há consenso sobre a necessidade de o governo realizar gastos emergenciais para responder à dupla crise, na saúde e na economia. Mas eles resultarão em uma dívida ainda mais alta.

"A gente vai ter que pagar por isso. O Brasil vai ter que

ançar sobre a manutenção dos rumos da política econômica."

Isso terá reflexos que tendem a se estender após a crise, quando o Brasil poderá ficar de fora do radar de investidores que buscarão ativos com boa remuneração.

"O Brasil pode não se beneficiar dessa onda, se continuar em um processo de alta instabilidade política e se existirem dívidas sobre a política fiscal", diz.

Segundo ele, é importante que, passada a crise neste ano, o governo retome o compromisso com o controle de gastos. Isso, no entanto, não será suficiente para garantir a capacidade de pagamento da dívida, que precisará ser financiada com o aumento da já elevada carga tributária, equivalente a 33,2% do PIB em 2019.

Mesquita destaca que, embora essa discussão não seja apropriada agora, ela será inevitável no segundo semestre ou no início de 2021.

"Teremos que distribuir o custo dessa crise de uma forma socialmente justa, tanto

**tução econômica em meio à pandemia?** Incerteza é sempre ruim para a confiança e, portanto, para decisões de investimentos. Toda essa volatilidade política não só dificulta a resposta à crise a curto prazo como atua contra uma eventual retomada da economia. A incerteza que o mercado teve na semana passada, ainda não totalmente eliminada, reduziu a confiança na manutenção dos rumos da política econômica, e isso só veio atrapalhar.

**Como isso atrapalha?** Causa elevação do risco-país, contribui para a depreciação da moeda, além do que justificariam os fundamentos da economia, o que pode, lá na frente, gerar riscos inflacionários. Contribui para a elevação das taxas de juros mais longas, atuando contra uma eventual recuperação da economia.

**Qual já tem sido o impacto da pandemia sobre a economia real no Brasil?** A gente aqui no Itaú tem um indica-

indicador mostrou uma queda muito abrupta nos primeiros dez dias do distanciamento social, de 15 a 25 de março, aproximadamente. E, depois, ele começou a se recuperar.

Então, grosso modo, considerando um nível 100 como ponto de partida pré-crise, ele caiu para algo como 55 e, agora, está próximo a 65, 70. Para a gente se recuperar mais, precisaremos ter o início do relaxamento das medidas do distanciamento social, o que, por sua vez, requer que a gente passe do pior momento da curva da pandemia.

**Essa melhora que vocês observaram no índice não é incoerente com o isolamento social que deveria estar sendo feito?** Acho que tem dois fatores aí. Em parte, algum impacto das políticas de transferência de renda que o governo fez, sustentando a atividade, mas também um certo relaxamento espontâneo das medidas de distanciamento social. O pior cenário é um relaxamento das medidas, de forma prematura, que te force voltar a adotá-las.

**Qual é sua avaliação da gestão da crise no Brasil?** Não sou especialista em saúde. Do ponto de vista da economia, a gente está tendo uma resposta fiscal intensa, equivalente a algo entre 5% e 6,5% do PIB, muito maior do que em crises anteriores.

**É uma resposta suficiente?** Era a resposta possível para um país que já entrou na crise altamente endividado. Uma lição que fica dessa pandemia é que, eventualmente, quando a gente tiver períodos de crescimento, de bonança, temos que trabalhar para constituir reservas locais. Temos as reservas internacionais lá no Banco Central, mas precisamos de reservas fiscais robustas para poder lidar com esse tipo de contingência.

Não tendo, paciência, teremos um aumento grande de endividamento. Ninguém vai insistir na persistência do ajuste fiscal, ao longo de 2020, em uma crise tão severa quanto esta. O mercado está, absolutamente, consciente disso. Os economistas todos, independentemente do viés ideológico, concordam. No entanto, é preciso reconhecer que já tínhamos uma situação de endividamento elevado.

**Como nossa dívida se compara à de outros países emergentes?** Pelos critérios do FMI, a dívida dos emergentes com qualidade de crédito melhor é de 20% do PIB. Se considerarmos todos os emergentes, a média é 53% do PIB, e a dívida brasileira já é quase 90% do PIB. Ou seja, já começamos nesta crise como um ponto totalmente fora da curva. A gente vai ter que pagar por isso. O Brasil vai ter que pagar essa conta.

**Como?** É inevitável que, no futuro, a gente tenha um certo aumento da carga tributária, ainda que, idealmente, temporário. A gente estava discutindo uma reforma tributária de forma muito voltada ao crescimento, ao aumento da eficiência da economia, à redução do custo envolvido no pagamento de impostos. Mas, agora, teremos que distribuir o custo dessa crise, de uma forma socialmente justa, tanto quanto possível. A sociedade tem que ter maturidade, e acho que terá, para lidar com isso.

Então, a discussão da reforma tributária terá um componente adicional sobre aumento temporário de impostos, para colocar a dívida de volta em uma trajetória sustentável, em um horizonte razoável. Mas esse é um debate para o pós-crise.

**Como aumentar a carga tribu-**

co é pago por impostos. Ou impostos hoje, ou impostos no futuro. Ou impostos explícitos, ou impostos disfarçados, entre os quais o mais conhecido nosso é a inflação.

Vamos ter que continuar, lá na frente, com a agenda de austeridade, mas não conseguimos fazer tudo só do lado do gasto. Então, a carga tributária vai ter que aumentar e ser distribuída de forma mais razoável. Por exemplo, chegou-se a discutir muito a cobrança de imposto sobre fundos exclusivos. Temos que visitar o tratamento tributário em vários setores, atividades, a questão da "pejotização". Há pessoas que fazem a mesma atividade, mas uma, como pessoa física, paga muito mais impostos do que a outra, como PJ [pessoa jurídica]. Então, isso tudo terá que ser discutido, mas não agora. No pós-crise, imagino que no segundo semestre ou no início do ano que vem.

**Como tem sido a busca das empresas pelas linhas de crédito emergenciais?** Houve um aumento grande da demanda por crédito por parte das empresas maiores. Entre as de porte pequeno e médio, a gente tem notado uma relutância em pegar linha para financiar a folha de pagamentos, porque eles não sabem se vão conseguir manter a mão de obra do mesmo tamanho.

**Esse ponto talvez precise ser revisto?** Não sei, porque a preocupação do governo com o emprego é legítima. Mas a restrição à concessão de financiamento a empresas com dívida previdenciária está sendo rediscutida. A revisão desse aspecto aumentaria a efetividade da medida, já que 68% das pequenas empresas têm débito previdenciário.

Não estou dizendo que empresas têm que ser premiadas por estar em dívida com a Previdência. Só que, se o objetivo da ação emergencial é permitir o financiamento de folha, deixar de fora quase 70% das empresas me parece exagerado.

**Após a crise, como deverão ficar os fluxos de investimentos?** A gente está tendo mais uma rodada de expansão monetária global bastante intensa, e isso vai levar a uma busca por retornos, por diversificação do investimento, que tende a beneficiar os emergentes. Só que você tem que se ajudar também, não é? E, por se ajudar, me refiro a ter menos instabilidade política, apresentar números de crescimento melhores.

O Brasil não vai, necessariamente, se beneficiar dessa onda, como se beneficiou na saída de crises anteriores, se continuar em um processo de alta instabilidade e se existirem dívidas sobre a política fiscal. Nós temos uma âncora institucional que é o teto de gastos, que dá aos investidores o conforto de "ok, a dívida é muito alta, mas, lá na frente, vai cair". Se a gente se livrar do teto de gastos, vai perder isso.

**O setor privado teria interesse em fazer os investimentos de que o Brasil precisa?** Acho que sim, porque existe uma demanda por infraestrutura muito grande. Se tivermos regras claras, um ambiente de licenciamento que faça sentido, menos oneroso, menos lento, você poderá, sim, ter um aumento de investimento do setor privado, uma vez superada a pandemia.

**Haverá espaço para retomar a discussão sobre outras reformas, além da tributária, após a pandemia?** É possível que o Congresso, no segundo semestre, já esteja de olho nas eleições para a sucessão dos presidentes Rodrigo Maia [Câmara dos Deputados] e David Alcolubre [Senado]. Então, a perspectiva de reformas adicionais fi-



# Equipe econômica discute desonerar folha e recriar CPMF

Equipe econômica estuda como desonerar folha para criar emprego no pós-crise

O Globo · 9 maio 2020 · MARCELLO CORRÊA E GERALDA DOCA [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)

Medidas voltaram a ser discutidas para fazer frente à perda de empregos formais após a crise da pandemia.

Diante da expectativa de perda de empregos formais causada pela crise do coronavírus, integrantes da equipe econômica voltaram a debater a ideia de reduzir a tributação que incide sobre salários e compensar a queda de arrecadação com a criação de um imposto sobre transações financeiras. O plano de instituir o tributo, semelhante à extinta CPMF, já foi alvo de divergências dentro do governo. O presidente Jair Bolsonaro já se posicionou contra a ideia várias vezes. A avaliação de interlocutores do ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, é que será necessário baratear o custo do trabalho para estimular contratações depois da pandemia. A retomada das negociações, porém, só deve avançar depois que as medidas emergenciais de combate à doença forem tratadas. O plano de trocar a contribuição sobre folha por um imposto sobre transações financeiras é defendido por Guedes

desde antes do início do mandato de Bolsonaro. A comparação com o chamado “imposto do cheque”, como ficou conhecida a CPMF, acabou dificultando a negociação sobre a medida, porque o antigo tributo aumentou a carga tributária e se tornou extremamente impopular. A defesa mais enfática do modelo tributário foi um dos motivos que causaram a demissão do ex-secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, em setembro. Na ocasião, Bolsonaro escreveu em suas redes sociais que a ideia estava riscada da proposta de reforma tributária do governo. Para auxiliares de Guedes, no entanto, a proposta terá que voltar à pauta “no momento oportuno” por causa dos estragos causados pela recessão. De acordo com uma das fontes, o volume de trabalhadores informais em busca do auxílio emergencial criado pelo governo dá a dimensão da crise. Já são quase cem milhões de cadastrados para receber o benefício. O custo na contratação é uma das razões apontadas para a alta informalidade no país. A ideia de tributar transações voltou à tona principalmente após a queda da medida provisória (MP) que instituía o contrato Verde e Amarelo, de acordo com quatro fontes próximas a Guedes. O texto reduzia os encargos trabalhistas na contratação de jovens de 18 a 29 anos que nunca tivessem trabalhado com carteira. Um dos benefícios para o empregador era a isenção da contribuição patronal ao INSS, que pelas regras normais é de 20% sobre o salário do funcionário. A MP, no entanto, foi revogada por Bolsonaro no dia em que perderia validade, porque não havia acordo para ser votada no Congresso. O plano inicial era reeditar o texto, mas, segundo técnicos da equipe econômica, essa opção foi descartada porque o Supremo Tribunal Federal (STF) alertou que a manobra seria inconstitucional. Outros temas que eram tratados pelo texto, como ampliação ao microcrédito, serão incluídos em um projeto à parte.

## SEM AUMENTO DA CARGA

O contrato Verde e Amarelo era uma das principais apostas da equipe econômica para incentivar contratações formais depois da crise. Dias antes de o texto ser revogado, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse que a medida era uma “feliz coincidência”, por ter sido elaborada antes da pandemia e ser o instrumento ideal para lidar com os problemas do pós-crise. — Por uma grande coincidência nós estamos diante do momento que estamos buscando preservação de emprego e temos na nossa mão uma medida provisória que preserva empregos numa retomada providencial. Em todo esse cenário, a medida 905 (número da MP) é uma feliz coincidência. E se torna mais fundamental nesse momento pós-covid-19 — disse Bianco, na ocasião.

Sem esse instrumento, a equipe econômica voltou a conversar sobre a desoneração da folha para todos os trabalhadores. A renúncia fiscal prevista pela MP seria absorvida pelo Orçamento, mas a medida mais ampla que agora está em discussão precisaria de uma compensação, principalmente porque o espaço nas contas públicas será ainda mais restrito depois dos gastos emergenciais para combater o coronavírus. Técnicos ainda estão fazendo contas. Mas, em linhas gerais, empregadores deixariam gradualmente de pagar os 20% sobre os salários que bancam o INSS. O dinheiro para financiar a Previdência passaria a vir do novo imposto, que seria pago por toda a população brasileira. Quanto maior for a desoneração da folha, mais

alta precisará ser a alíquota do novo tributo. A substituição seria feita de forma que a carga tributária — ou seja, o total de impostos sobre o tamanho da economia — não subisse.

## PROPOSTA VISTA COM RESERVA

A Receita Federal chegou a apresentar, no ano passado, um modelo em que o novo imposto — que chegou a ser batizado de Contribuição sobre Pagamentos (CP) — teria uma alíquota de 0,2% a 0,4%. A tributação seria feita em cada ponta da operação. Ou seja, o imposto seria recolhido por quem paga e por quem recebe. No Congresso, a ideia ainda é vista com reservas, já que tratar de criação de impostos é tema delicado.

— A saída seria pela criação de novos impostos, mesmo que isso significasse a desoneração da folha? É algo que ainda não é possível dizer que há consenso dentro da Casa. A gente, a priori, prefere uma saída pelo controle de gastos e uma agenda de crescimento — avalia o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB). Ele admite, no entanto, que o cenário pós-crise pode permitir “novas abordagens”. — Para o pré-crise, isso não era solução. Claro que cenários novos vão permitir novas abordagens e novas discussões. Se for uma compensação de desonerar a folha, tem que ver muito bem qual é o impacto. Tem que ser uma conversa bem transparente. Mas são climas diferentes. O cenário pós-crise traz a possibilidade, sim, de novas abordagens, de novos argumentos. E vamos estar lá para convencer e sermos convencidos — completa. Na avaliação de um líder do chamado centrão, o governo até precisará criar impostos, não só para desonerar a folha, mas porque a proporção entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) pode “explodir” por causa dos gastos extras para conter os efeitos da pandemia. Mas, no Congresso, a opção não é ressuscitar a CPMF porque ela pune os pobres, afirma a fonte. A preferência seria tributar os mais ricos.

Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Casa, ainda é cedo para tratar da agenda pós-pandemia.

— A pandemia vai determinar o que virá depois. Ela ainda não mostrou sua verdadeira cara. A gente não sabe o tempo, não sabe o estrago, não só da saúde pública, mas em questão econômica. Então, toda essa discussão de votar reforma tributária, seria o ato mais irresponsável da história do Congresso Nacional (votar agora) —avalia a senadora.

“Para o pré-crise, isso não era solução. Claro que cenários novos vão permitir novas abordagens e novas discussões. Se for uma compensação de desonerar a folha, tem que ver muito bem qual é o impacto. Tem que ser uma conversa bem transparente.”

—  
Efraim Filho, (DEM-PB), líder do partido na Câmara

# UMA PROPOSTA COM IDAS E VIN-DAS

O Globo · 9 maio 2020

1

Estudos sobre o imposto no governo de transição

Ainda em novembro de 2018, antes mesmo da posse do presidente Jair Bolsonaro, técnicos da equipe econômica que começava a ser formada por Paulo Guedes estudavam formas de desonerar a folha de pagamento. O desenho previa uma alíquota de até 0,9%, nas duas pontas da operação. Na ocasião, Bolsonaro negou a ideia e desautorizou o time a tratar do assunto.

2 Imposto sobre transações entra na pauta da reforma

A ideia de criar o imposto passou a ser citada por integrantes da equipe econômica como parte da reforma tributária. Em agosto, Bolsonaro disse que conversaria com Guedes sobre o tema, negou instituir o tributo, mas disse que a sociedade tomaria a decisão: “A sociedade que tome uma decisão a esse respeito. Ele (Guedes) pode falar ‘vou botar 0,10% na CPMF e em consequência acabo com tais e tais impostos. Não sei”.

3 Após divulgação oficial, Cintra é demitido

Em setembro, durante uma apresentação a auditores da Receita Federal aberta à imprensa, técnicos do Fisco apresentaram, antes da hora, simulações a respeito da Contribuição sobre Pagamentos (CP). A divulgação oficial aumentou a tensão entre Bolsonaro e Marcos Cintra, maior entusiasta da proposta. O então secretário foi demitido, mas a ideia nunca chegou a sair totalmente do radar da equipe econômica.

4 Guedes volta a defender imposto para desonerar folha

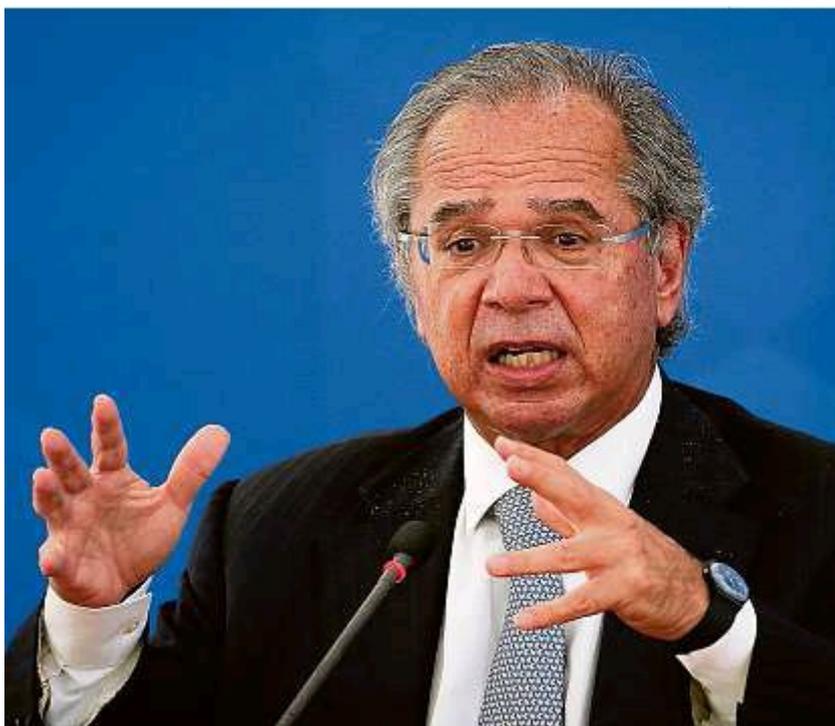
A última vez em que o projeto foi publicamente defendido foi em dezembro. Em entrevista, Guedes voltou a propor a ideia, dessa vez destacando que o tributo incidiria sobre transações digitais, mas disse que a CPMF virou “imposto maldito”: “O presidente falou: ‘eu não quero esse troço’. Então, acabou-se. Não quer a CPMF, a CPMF não existe. Nós, por outro lado, sempre examinaremos bases amplas”.

# Guedes pede a servidores que aceitem congelamento de salário

Veto presidencial ao reajuste do funcionalismo público vai garantir equilíbrio fiscal em 2021 e mostrar ao mercado que despesas estão sob controle, diz ministro

O Globo · 10 maio 2020 · MANOEL VENTURA [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o desafio do Brasil é demonstrar ao mercado que, a despeito do aumento dos gastos para o combate à pandemia do novo coronavírus, as despesas públicas estão sob controle. Por isso, reafirmou, é importante que os servidores aceitem o congelamento de salários. —Nós estamos pedindo essa contribuição ao funcionalismo público brasileiro. Estamos pedindo que não peçam aumentos. As promoções de carreira seguem normais, porque não há um aumento geral de salários. Estamos pedindo que não haja aumento generalizado neste ano e no ano que vem —disse Guedes. Na quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai vetar o trecho do projeto de ajuda aos estados que abre a possibilidade de reajuste salarial para diversas categorias de servidores. Aversão inicial do projeto previa que uma das contrapartidas à ajuda financeira de R\$60 bilhões da União a estados e municípios seria o congelamento dos salários do funcionalismo por 18 meses. Durante a tramitação no Congresso, parlamentares incluíram no texto categorias que poderiam ter o reajuste. O projeto foi aprovado na quarta-feira. —Se o presidente vetar esse aumento, como disse que vai fazer, o déficit fiscal extraordinário por conta das medidas para combate à pandemia fica restrito a este ano — disse Guedes, em transmissão ao vivo com o mercado financeiro. O ministro reafirmou que os recursos para estados e municípios não podem virar aumentos salariais:



— Se isso virar salário, sob pretexto de proteger a saúde dos brasileiros, nós vamos continuar aumentando despesas permanentes e desequilibrar todo o processo que estamos tentando. Guedes disse que é preciso garantir que, em 2021, os gastos com Previdência, juros de dívida e despesas com funcionalismo fiquem controlados. Ele observou que os dois primeiros itens já estão controlados por conta da reforma

da Previdência e pela mudança de política econômica, respectivamente: — Mudamos o policy mix, com juros mais baixos e câmbio mais alto, o que derrubou despesas.

#### CARGA NÃO VAI AUMENTAR

Guedes negou que o governo vá aumentar impostos para pagar a conta da crise: — O presidente deixou muito claro, o tempo inteiro, que não haverá aumento de impostos. Quando falamos de substituição tributária, poderíamos (ter) um imposto de transações para desonerar a folha de pagamento e criar empregos aos milhões. Mesmo quando estudávamos essa substituição tributária, o presidente ficava irritadíssimo e batia na mesa o tempo inteiro. Criar impostos novos para aumentar a carga não será o nosso governo. O projeto de socorro a estados sofreu várias mudanças. Inicialmente, Guedes queria corte de 25% dos salários e da carga horária do servidores. Depois, aceitou apenas o congelamento. No Senado, médicos e policiais ficaram fora do pacote. A Câmara incluiu outras categorias. Com isso, quando o pacote foi aprovado, seu impacto fiscal foi reduzido em R\$ 87 bilhões.

# Bolsonaro põe pressão sobre Petrobras ao criticar reajuste

Fala do presidente coloca novamente em xeque a autonomia da estatal para fazer reajustes de combustíveis quando petróleo sobe

Por André Ramalho — Do Rio

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

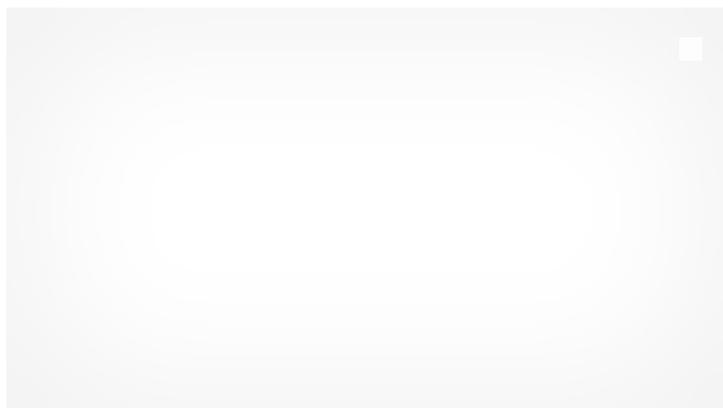
A declaração do presidente Jair Bolsonaro dizendo que vai questionar a Petrobras sobre o aumento de 12% no preço da gasolina, na semana passada, volta a colocar a autonomia da estatal em xeque. Os próximos passos da empresa na precificação dos combustíveis serão acompanhados com lupa por investidores que veem na pressão do presidente da República um clima de desconforto para a gestão da companhia. Os cálculos de quem monitora o mercado mostram que a petroleira aumentou menos do que deveria a gasolina na última quinta-feira. Ao classificar o reajuste da empresa como uma “manobra”, Bolsonaro ignora, portanto, a defasagem da tabela de preços da companhia, afirmam fontes da indústria.

Uma das frases mais repetidas, entre os analistas que acompanham o dia a dia da Petrobras, é que “baixar preço é fácil, mas subir é outra história”. Segundo dois deles, consultados pelo **Valor**, embora as ações da companhia tenham fechado a sexta-feira em alta - 7,1% para as ON (R\$ 19,6) e 6,6% para as PN (R\$ 18,6) -, os impulsos intervencionistas de Bolsonaro nos preços da estatal são, hoje, o principal risco sobre o valor da empresa na bolsa.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) estima que, na sexta-feira, a Petrobras estava vendendo o litro da gasolina entre R\$ 0,35 e R\$ 0,44 abaixo da paridade, dependendo da região. As contas consideram as despesas para internalização do produto até o porto e adicionam a esses valores custos com taxas

portuárias, armazenagem e frete até o ponto de entrega. Por sua vez, a estatal alega que o preço de paridade internacional “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes”.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](http://who.int)

Segundo um analista de um importante banco de investimento, mesmo com o reajuste de 12%, a defasagem dos preços da gasolina, em relação à paridade internacional, era de 25% na sexta-feira.

A Petrobras já reduziu os preços da gasolina este ano em 46,5% e o do diesel em 44,1%. Para efeitos de comparação, o barril do tipo Brent acumula uma baixa de 49% (segundo contrato). Vale lembrar que, na conta da estatal, entra o preço do petróleo, mas também o câmbio e estratégias de captação de participação de mercado, por exemplo. O reajuste da semana passada, portanto, foi uma tentativa da Petrobras de reduzir sua defasagem, depois de dois meses seguidos de cortes nos preços nas refinarias. O receio, agora, é que esse movimento seja interrompido.

Esta não é a primeira vez que Bolsonaro coloca a estatal contra a parede, depois de um aumento dos preços. Em abril de 2019, as ações da empresa desabaram na bolsa após o presidente pedir, em telefonema ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que a estatal suspendesse o reajuste de 5,7% do diesel, em meio às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros. Na ocasião, Castello Branco disse que houve “interferência zero” no caso.

Um ano depois, Bolsonaro volta a fazer retórica intervencionista e a alimentar a desconfiança histórica sobre a autonomia da empresa. Ao longo de um ano e meio de mandato, Bolsonaro já mandou a empresa rever contratos de patrocínio e se

antecipou à estatal ao anunciar que não haveria reajustes imediatos nos preços, em meio a conflitos no Oriente Médio.

O grau de autonomia da Petrobras havia sido colocado em xeque desde os primeiros dias de governo. O amigo particular do presidente da República, Carlos Victor Guerra Nagem, foi indicado para a gerência-executiva de inteligência e segurança. A rescisão do contrato entre empresa e o escritório do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, desafeto público do presidente, também ajudou a alimentar a desconfiança em torno da ingerência do governo na estatal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aos 89 anos, esse é o carro que Silvio Santos dirige

MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

Mulher de 28 anos dá à luz sua primeira filha – depois sente algo estranho e o médico age imediatamente

MOMLIFE MATTERS

### LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar

GC99

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

Estão enlouquecendo com o que esta máquina pode fazer!

YOU BARBER

por taboola

---

**Leia em Valor Investe**

## Caixa do governo recuou em março com elevação de gasto

Situação fica ainda mais delicada com dificuldade do Tesouro em rolar a dívida pública

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Segundo o diretor da IFI, Josué Pellegrini, tendência deverá se aprofundar — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

O caixa do governo teve forte queda em março e deve continuar nessa trajetória nos meses seguintes. Dados do Banco Central mostram que o valor da conta única do governo federal, que fica depositado na autoridade monetária, caiu de R\$ 1,39 trilhão em fevereiro para R\$ 1,23 trilhão. O recuo equivale a cerca de 2,3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) nessa comparação, mas é ainda mais forte quando olhado ante dezembro, quando somava R\$ 1,48 trilhão.

O desempenho reflete o aumento de gastos públicos por conta da pandemia do coronavírus e a dificuldade de renovação da dívida pública pelo Tesouro. Nesse quadro, a queda no caixa tem outro efeito, a elevação das chamadas operações compromissadas, que em março atingiram R\$ 1,19 trilhão, com salto de 2,4 pontos percentuais do PIB ante fevereiro. Em dezembro do ano passado elas estavam abaixo de R\$ 1 trilhão.

Essas operações em que o BC vende títulos com compromisso de recompra elevam a dívida bruta do governo, que já encosta na casa dos 80% do PIB. E são feitas pelo Banco Central para garantir que o juro básico (Selic) fique próximo da taxa definida periodicamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A Selic hoje está em 3% ao ano.

Além da queda no caixa, as compromissadas subiram por conta da liberação dos depósitos compulsórios, dinheiro que os bancos recolhem junto ao BC. Essa medida foi adotada para estimular crédito. Mas, ao ampliar a oferta de recursos na economia (liquidez), a autoridade monetária usa as compromissadas para enxugar uma parte do dinheiro e manter o juro básico no nível que ela julga adequado.

O volume das compromissadas só não foi maior por conta das intervenções no

compromissadas e a dívida bruta. Enquanto a liberação de compulsórios injetou R\$ 108 bilhões na economia, as vendas de dólares à vista retiraram R\$ 91 bilhões, em março.

Apesar da queda no caixa do governo, o colchão ainda é alto e não representa um risco para rolagem da dívida. Cerca de metade dos R\$ 1,23 trilhão é reservada ao pagamento de dívida. Agora, a outra metade tem sua maior parte vinculada a despesas previamente definidas e uma parte de recursos livres de uso era de pouco mais de 10% do total e deve se esgotar rapidamente à medida que o governo faz seus gastos para o enfrentamento da crise, o que pode dificultar a gestão orçamentária.

“Mas parte da dívida que tem ser controlada para não ficar muito próxima de zero”, comenta uma fonte do governo, lembrando que o Tesouro considera que não é conveniente ficar com volumes inferiores a três meses de vencimento de dívida, porque ficariam mais sujeito a pagar preços mais altos em suas emissões.

Para o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Josué Pellegrini, a queda na conta única é consequência direta do maior volume de gastos e do fato de o Tesouro estar emitindo menos títulos. E o movimento vai continuar. “Ele está usando dinheiro para gastar e segurando emissões de títulos, provavelmente em uma queda de braço com o mercado. O Tesouro deve achar que estão cobrando demais e não está querendo emitir.”

Ele explica que o espelho dessa maior injeção de dinheiro na economia é o aumento das compromissadas e da dívida. “As compromissadas devem subir ao menos R\$ 85 bilhões em abril. Acontece o que já ocorreu em março. O Tesouro não está rolando os títulos, emitindo pouco”, avaliou, lembrando também do impacto da liberação de compulsórios nesse estoque.

Pellegrini não enxerga risco de o caixa do governo zerar, pois ainda haveria cerca de R\$ 400 bilhões adicionais do resultado positivo do Banco Central que, em caso de necessidade, o Conselho Monetário Nacional pode determinar que sejam transferidos ao Tesouro.

O ex-secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda e especialista em política fiscal Manoel Pires diz que em abril deve ser pior em termos de redução de caixa e alta das compromissadas. Para ele, não está no cenário a conta única zerar. “Em princípio, o Tesouro pode emitir dívida [para recompor], só vai sair mais cara”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

As dores estão sendo combatidas usando isso.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível

FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

A verdade que ninguém ousou contar sobre Xuxa e Ayrton Senna!

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Mulher posta selfie online — logo após, a polícia bate em sua porta

DAILY MOTIVATION

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Toda mulher acima dos 40 anos deveria saber esse atalho para parecer jovem

ACTIVE ANTI-OX

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Avião da Embraer é abatido por engano na Somália; seis ocupantes morrem

### VALOR INVESTE

EUA chamam China para 'briga' em acusação sobre coronavírus e azeda humor das bolsas





Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

## Corte de juro com sabor de aperto

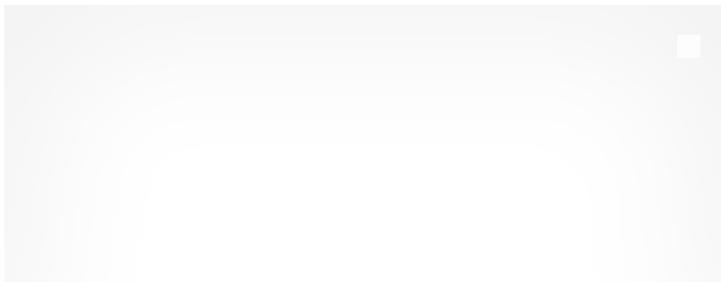
Banco Central gora parece menos preocupado com as condições financeiras

11/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Até alguns economistas e operadores do mercado que defendiam cortes mais agressivos de juros reconhecem, de forma reservada, que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada não proporcionou todos os benefícios esperados. Em muitos aspectos, teve o sabor de aperto nas condições financeiras. Faltou, para eles, comunicar melhor a estratégia de política monetária.

O Banco Central havia sinalizado, em conversas fechadas com participantes do mercado, a intenção de cortar os juros em 0,75 ponto percentual, por isso as apostas inicialmente se concentravam em um movimento dessa magnitude. Depois da saída do governo do ministro da Justiça, Sergio Moro, as chances ficaram divididas entre 0,75 ponto e 0,5 ponto. Muitos achavam que o BC, que até então vinha se mostrando conservador, não iria tomar riscos excessivos num ambiente mais incerto.

**BC parece menos preocupado com as condições financeiras**



Mas, ao final, a decisão do Banco Central foi bem mais ousada: cortou 0,75 ponto e sinalizou que caminha para fazer outro corte na mesma magnitude na próxima reunião, de junho. Na prática, encomendou um corte de 1,5 ponto percentual, embora de forma envergonhada.

Mais do que a decisão em si, especialistas do mercado veem uma mudança na postura do Banco Central. Até a reunião de março, o comitê estava muito preocupado com o risco de que cortes de juros fossem contraproducentes, levando a um aperto nas condições financeiras. O comunicado da reunião da semana passada exclui essas preocupações, que constavam na versão do documento de março. “É algo que parece ter sido superado dentro do BC”, diz um gestor de fundos de investimento multimercado. Sem essa amarra, em tese não há limites para a queda dos juros, dentro da lógica do sistema de metas para a inflação.

No dia seguinte à reunião do Copom, o impacto em preços de ativos foi negativo: os juros de cinco anos aumentaram, a inclinação na curva de juros se tornou mais pronunciada e o dólar deu um salto. São três componentes muito importantes no indicador de condições financeiras calculado pelo Banco Central, que tem uma boa capacidade de previsão do Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) de meses adiante. Na sexta-feira, houve um leve recuo, mas em geral seguiam piores do que estavam antes da decisão do Copom.

Alguns especialistas argumentam que, apesar da reação do mercado, a decisão não foi inócua. A baixa da Selic se transmite automaticamente para o CDI, que é referência para a captação de muitas empresas, promovendo um alívio imediato de caixa. Os juros de cinco anos, segundo esse raciocínio, não deveriam preocupar tanto no momento atual. Essa parte da curva de juros é importante para as empresas que fazem captação para investir. Com muita incerteza e com o aumento na capacidade ociosa de produção, poucas empresas estariam dispostas a se endividar para executar projetos de risco.

A alta do dólar, por sua vez, seria benéfica, por dois motivos. Primeiro, porque favorece a demanda externa, uma das raras alavancas que podem puxar o Brasil para fora da recessão. A alta de preços de ações de exportadoras subiram depois do Copom. Segundo, porque a desvalorização cambial é uma forma de minimizar o risco de deflação. O fantasma é a queda pontual do IPCA de março, de 0,31%, tornar-se um movimento mais perene com o maior nível de ociosidade da economia doméstica e internacional.

Ainda assim, afirmam esses economistas, o BC perdeu a oportunidade de colher mais benefícios na curva de juros longa, caso tivesse comunicado melhor suas intenções. Como o mercado não estava preparado para uma decisão mais ousada, teve que fazer um ajuste mais forte das posições no dia seguinte, pressionado os juros mais longos. Mas o principal, para muitos, é que o Banco Central não apresentou ainda a lógica que subsidia as suas decisões. Alguns esperam que faça isso na ata do Copom, que será publicada amanhã e em pronunciamentos públicos de seus dirigentes. A esperança é que, com uma comunicação mais detalhada, o mercado se convença e os juros longos e a inclinação da curva de juros voltem a se reduzir.

Uma das preocupações são as mudanças frequentes de visão. Em fevereiro, quando o coronavírus era uma novidade, o BC manteve um discurso conservador, sinalizando manutenção dos juros, então em 4,25% ao ano. Em 3 de março, porém, soltou uma nota à imprensa pouco depois de o Federal Reserve (Fed) baixar os juros de forma agressiva, reforçando as apostas em uma ação semelhante. A mensagem foi mal recebida pelo mercado, o BC voltou a atrás e, na reunião de março, o Copom adotou um tom mais conservador. Mais recentemente, mudou de novo, surpreendendo os mercados. Não há nada de errado em o BC mudar de visão quando as circunstâncias mudam, afirma um economista com experiência no Copom. Nessas ocasiões, sempre há um dano para a sua reputação, mas ele tenderá a ser menor se a mudança de curso for bem explicada e justificada.

No momento atual, uma das questões é saber porque em março o Copom estava tão preocupado com as repercussões de sua decisão nas condições financeiras e hoje não está mais. Outro ponto que muitos querem ver esclarecido é a visão do Banco Central sobre a taxa neutra pós pandemia. Não se espera que divulgue um

número, mas pelo menos poderia abrir qualitativamente os fatores que foram pesados.

Essas explicações, porém, não deverão convencer uma parte do mercado que acha que o Banco Central agiu mal em cortar os juros tão rápido. A inflexão do discurso do Banco Central, de conservador para mais ousado, ocorreu em um período de clara deterioração no quadro fiscal. Nessas circunstâncias, quanto mais rápido o Banco Central cortar a Selic agora, maior é prêmio de risco para o caso de ter que reapertar com mais força mais adiante. Com isso, o BC apenas desestimula o mercado a tomar risco na curva de juros e reforça a estratégia dos fundos de investimento de aplicar em ações e assumir uma posição defensiva em câmbio.

## Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: [alex.ribeiro@valor.com.br](mailto:alex.ribeiro@valor.com.br)

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

#### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível

FLEXCAPS

#### LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.

DBT PRO

#### LINK PATROCINADO

Mulher de 28 anos dá à luz sua primeira filha – depois sente algo estranho e o médico age imediatamente

MOMLIFE MATTERS

#### LINK PATROCINADO

A verdade que ninguém ousou contar sobre Xuxa e Ayrton Senna!

DESAFIO MUNDIAL

#### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

#### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

## Guedes quer fazer da Economia o modelo de reforma da gestão

Ministro quer levar experiência da unificação de cinco pastas sob seu comando no início do governo para toda a administração federal

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

11/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



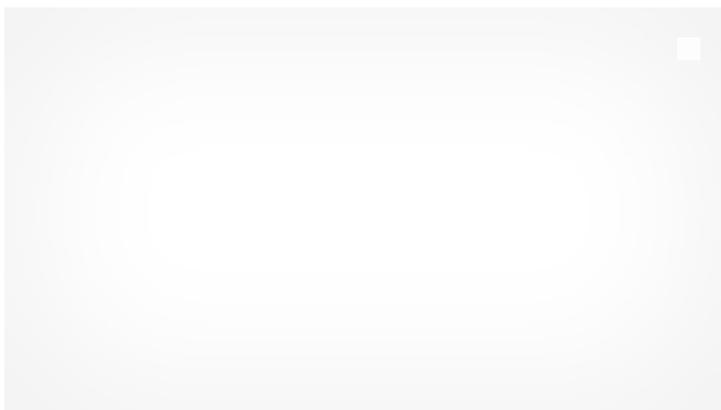
Marcelo Guimarães: ideia é que administração da pasta da Economia seja um modelo para os demais ministérios — Foto: Divulgação

No início de 2019, quando receberam seu primeiro contracheque do ano, os funcionários do recém-criado Ministério da Economia já podiam ler que trabalhavam para a nova pasta, resultado da fusão de cinco ministérios: Fazenda, Planejamento, Trabalho e Emprego, Previdência e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Pouco mais de um ano depois, a ideia é que administração da pasta seja um modelo para os demais ministérios.

“Era importante agir rápido”, disse a secretária de Gestão Estratégica, Danielle Calazans. “Se as pessoas começassem a trabalhar cada uma em seu mundinho, não aconteceria a fusão que pretendíamos.” Esse era o principal ponto da reforma pretendida pelo ministro Paulo Guedes: não fazer um ajuntamento de pastas, como tradicionalmente ocorre na Esplanada dos Ministérios, mas sim uma fusão de estruturas, culturas e rotinas de trabalho.

Apontada por observadores experientes como inadministrável, a pasta chefiada pelo ministro Paulo Guedes tem perto de 100 mil funcionários, entre ativos e aposentados. “É praticamente uma Ambev”, compara Danielle. A folha salarial consome nada menos que R\$ 2,5 bilhões ao mês.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](http://who.int)

Do ponto de vista físico, a pasta também é gigante. Está presente, literalmente, do Oiapoque ao Chuí, pois os postos da Receita Federal estão sob sua administração. E tem uma rede com grande capilaridade no interior, com os postos do INSS e do Ministério do Trabalho. No total, são 600 prédios sob administração. Há ainda 23 unidades vinculadas, como o BNDES, a Caixa, o Inmetro.

Tal como no mundo corporativo, a fusão de cinco ministérios impôs eliminar redundâncias. Nesse caso, não há demissões porque os servidores públicos são

estáveis. Foi possível, porém, cortar perto de 40% dos cargos pelos quais eram pagos adicionais.

As áreas administrativas foram unificadas em uma só secretaria, a de Gestão Estratégica. Nela, estão juntos setores que normalmente operam separados, como as áreas de planejamento, orçamento, recursos humanos, logística, contabilidade e tecnologia da informação (TI). “E o pulo do gato é uma gestão estratégica alinhada, voltada à eficiência”, descreve a secretária.

A ideia é que administração da pasta da Economia seja um modelo para os demais ministérios, disse o secretário-executivo da pasta, Marcelo Guarany. Segundo Danielle, uma área de gestão estratégica nos mesmos moldes foi estruturada no Ministério do Desenvolvimento Regional. Isso ocorreu com a ida de Rogério Marinho para aquela pasta. Marinho foi secretário especial de Previdência e Trabalho, no Ministério da Economia.

Desde o ano passado, Danielle lidera um trabalho de unificação e revisão de contratos dos prestadores de serviço ao Ministério da Economia. Em janeiro de 2019, eram 2.200. A intenção é chegar ao fim de 2020 com 250, com corte de R\$ 55 milhões ao ano.

Um primeiro alvo foi a área de TI, que é o item mais caro do orçamento do Ministério da Economia. A pasta é responsável por sistemas utilizados por todo o governo federal, como o Sistema Interligado de Administração Financeira (Siafi), que registra todos os gastos do governo, ou o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape). A estatal Serpro cuida a base de dados da Receita Federal, responsável por toda arrecadação de impostos e contribuições, e do Portal Único do Comércio Exterior, que registra as exportações e importações do país.

Eram 14 diferentes contratos de TI. Esses foram revistos, fundidos, renegociados. O saldo foi uma economia de R\$ 350 milhões. Outros R\$ 4,2 milhões ao ano foram economizados com a racionalização dos contratos de serviços de impressão e mais R\$ 9,8 milhões ao ano em redes e circuitos.

O enxugamento chegou também às instalações físicas. Na capital paulista, cinco unidades do antigo Ministério do Trabalho foram agrupadas num imóvel na Estação

da Luz. Outros cinco prédios foram entregues à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O mesmo foi feito em Fortaleza no Espírito Santo. Além de economizar R\$ 3,6 milhões anuais em itens como aluguel, manutenção, água, luz, telefone, serviços de limpeza, a junção facilitou a vida dos usuários dos serviços do ministério.

As economias no dia a dia do ministério permitiram liberar recursos para garantir o funcionamento das áreas finalísticas, mesmo num cenário de contingenciamento orçamentário. No ano passado, com o orçamento restrito, foi editada uma norma que ficou conhecida como “portaria do café”, que cortou esse item jocosamente classificado como essencial para o funcionamento da máquina pública. Era comum ouvir autoridades se queixando da falta do café, ou do açúcar, ou de ambos. O objetivo era garantir o funcionamento de operações como fiscalizações e atendimento ao público.

As demandas internas do Ministério da Economia estão agora todas centralizadas em um portal chamado Solicite. Atende desde um pedido de reparo de impressora de uma unidade no interior da Bahia até o contrato firmado com a Caixa para o pagamento do auxílio emergencial dos trabalhadores informais. O portal dá transparência do andamento da demanda, explicou Danielle.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Tente não ficar triste quando vir o carro que Silvio Santos dirige

MISS PENNY STOCKS

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível

FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

A verdade que ninguém ousou contar sobre Xuxa e Ayrton Senna!

DESAFIO MUNDIAL

# Incerteza alarga distância entre projeções para o PIB

Levantamento mostra que projeções do Focus são mais precisas que as do Fundo Monetário

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A incerteza econômica gerada pela pandemia se reflete numa distância recorde entre as previsões de crescimento do Produto Interno Brasileiro (PIB) para este ano. É o que indica um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), com base em projeções do Fundo Monetário Internacional e do relatório Focus, do Banco Central. A versão mais recente do relatório elaborado pelo BC a partir de prognósticos de aproximadamente 130 instituições financeiras estima em 3,8% a retração da economia brasileira em 2020, enquanto o FMI prevê contração de 5,3%. A diferença de 1,5 ponto percentual é a maior em 20 anos.

As estimativas mais recentes do FMI para o Brasil (e para o restante do mundo) foram divulgadas em abril, como parte do levantamento Perspectivas Econômicas Mundiais (WEO, na sigla em inglês). Pesquisador do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, Marcel Balassiano comparou a projeção mais recente do fundo com a previsão do relatório Focus de meados do mês passado (17 de abril), quando a mediana - o valor do meio de um conjunto de dados - das expectativas de mercado era de uma retração de 3% da economia brasileira. A diferença era, então, de 2,3 pontos percentuais.

De meados de abril para cá, a diferença encolheu para de 2,3 para 1,5 ponto percentual: -5,3% (FMI) versus -3,8% (relatório Focus de 30/04). Embora menor, a distância ainda continua a ser a maior desde 2000.

“Faz sentido devido às inúmeras incertezas que rondam a economia”, diz Balassiano. Antes do colapso provocado pela pandemia, a maior diferença entre as projeções do FMI e aquelas compiladas pelo BC havia sido registrada em 2009, em plena crise financeira mundial: 1,1 ponto percentual.

Balassiano chama a atenção para a velocidade com que as perspectivas para o desempenho da economia brasileira foram se deteriorando. “No começo de março, a expectativa do mercado era de uma alta de 2% no PIB. No fim de abril, as projeções [no Brasil] eram de uma queda de 3,8%”, compara. O economista lembra que há 12 semanas consecutivas as estimativas de variação do PIB em 2020 vêm caindo no relatório Focus.

O Fundo Monetário Internacional divulga suas projeções em abril e outubro. Além disso, faz atualizações em janeiro e julho. Diante da dificuldade de prever o comportamento da economia mundial no período pós-pandemia, o organismo internacional optou por não disponibilizar no mês passado projeções para o crescimento do PIB brasileiro no longo prazo (próximos cinco anos).

Em outubro de 2019, antes portanto da crise sanitária, o Fundo trabalhava com variações positivas acima de 2% para a economia brasileira até 2024.

Os números compilados por Balassiano indicam ainda que, em duas décadas de comparações (2000-2019), o FMI “errou” mais que o Focus.

Isso porque em nove oportunidades as previsões do organismo internacional ficaram mais distantes dos dados reais de variação do PIB do que as expectativas do boletim do Banco Central. Em seis dos anos pesquisados, houve “empate”.

“Quem conhece melhor a economia brasileira são os economistas brasileiros”, sustenta o pesquisador do Ibre. Em geral, as projeções do FMI são mais conservadoras do que aquelas registradas no Focus, constata ele.

Além da dificuldade em prever quanto tempo vão durar os efeitos da covid-19 sobre a economia do Brasil, Balassiano frisa que o fato de as crises políticas terem se intensificado nas últimas semanas tende a afetar negativamente o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB).

# IPCA caminha para deflação no semestre, mesmo com pressão do câmbio no atacado

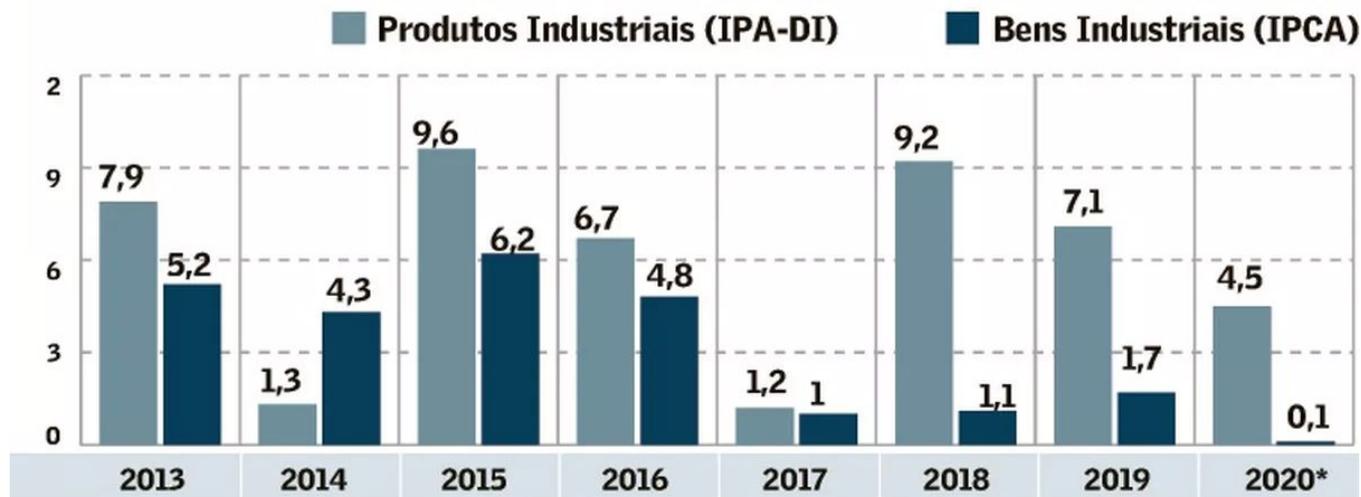
Fraqueza da demanda evita repasses da desvalorização do real para os preços ao consumidor

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

11/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

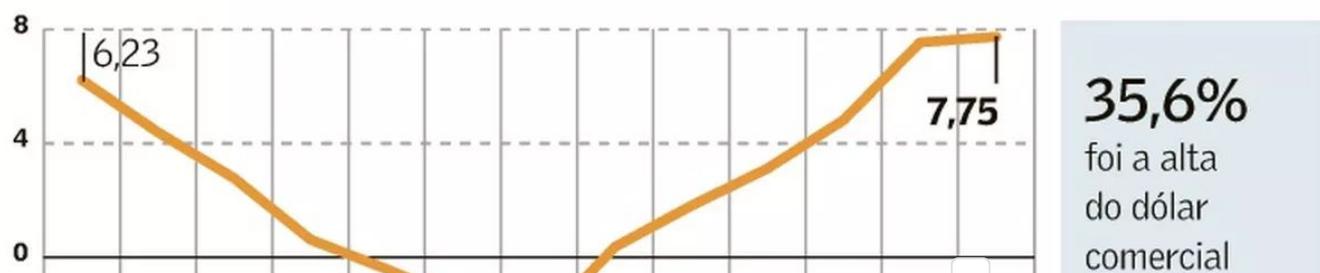
## Em descompasso

Variação dos produtos industriais no atacado e no varejo - Em %



## Pressão do câmbio

Inflação dos materiais e componentes para manufatura no IPA-DI - %



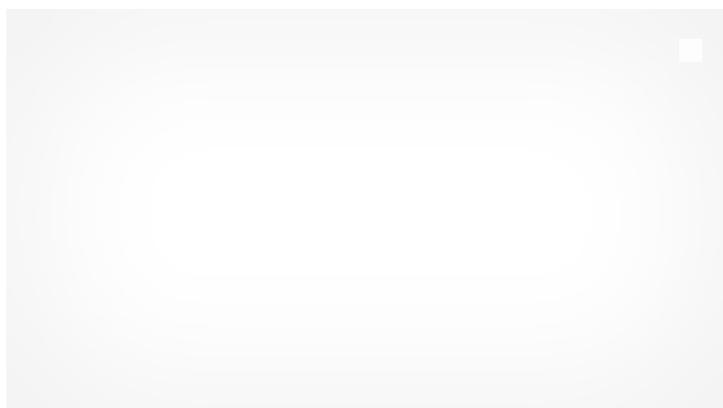
Fontes: IBGE, FGV e Valor Data. \*Estimativas da LCA para o período

Enquanto os preços ao consumidor mergulharam no campo negativo em abril, num cenário que deve resultar em inédita queda do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no primeiro semestre, a evolução dos insumos industriais no atacado sugere que a fraqueza da demanda tem evitado repasses da escalada do dólar para o varejo. No segundo trimestre, a atividade econômica afundou - em abril, a produção de veículos caiu 99,3% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Dentro do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas (FGV), os materiais e componentes para manufatura subiram 7,75% nos 12 meses até abril. Em dezembro, a alta era de 1,81%. A aceleração reflete a depreciação cambial. Nesse subgrupo estão insumos sensíveis ao câmbio, como celulose, produtos químicos, componentes para material de limpeza e siderurgia.

Já no IPCA, a trajetória dos preços sinaliza que a pressão de custos nas fábricas não tem chegado às prateleiras, a despeito da expressiva alta do dólar, que saltou 35,6% ante o real no primeiro quadrimestre. Em abril, os bens industriais recuaram 0,75% ao consumidor, vindo de queda de 0,05% em março, segundo cálculos da MCM Consultores. A deflação foi mais forte que a do "indicador cheio", que caiu 0,31% mês passado, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na sexta-feira.

PUBLICIDADE



Em 12 meses, os preços industriais praticamente não aumentaram (alta de 0,05%). Para economistas, o comportamento benigno deve persistir nos próximos meses, já que a paralisação da atividade resultante do isolamento social inibe reajustes. Também com a ajuda dos combustíveis, o IPCA pode se manter em terreno negativo até junho. No segundo semestre, porém, reflexos do dólar mais elevado sobre os preços podem aparecer, ainda que de forma gradual.

Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco, afirma que fatores estruturais impedem que o repasse cambial chegue ao consumidor no momento. “O hiato do produto [uma medida do nível de ociosidade na economia] está muito aberto, e as expectativas de inflação estão tranquilas, mas o câmbio se depreciou bastante. É algo que temos que monitorar”, diz Julia.

Apesar dos itens industriais terem desacelerado no atacado, um núcleo do IPA calculado pelo Itaú mostra preços pressionados, destaca ela. Excluindo alimentos in natura e combustíveis, os bens finais subiram 9,1% no ano terminado em abril. Já no IPCA, a inflação subjacente de bens industriais avançou apenas 1% na mesma comparação.

Nos próximos meses, o descompasso entre inflação no atacado e no varejo deve se manter, aponta Julia. Contando com queda de 0,4% do IPCA em maio e variação perto de zero em junho, ela estima que o índice deve terminar o primeiro semestre com redução de 0,1%. Na série do IBGE, que começa em 1980, nunca houve deflação na primeira metade do ano. De julho em diante, a trajetória do câmbio e do petróleo deve determinar como os preços vão se comportar, diz.

Ainda que a normalização total da economia demore, algum relaxamento das medidas de confinamento social deve ocorrer a partir do segundo semestre, o que terá desdobramento sobre os preços, observa Fabio Romão, economista da LCA Consultores. “Avançando ao longo de 2020, podemos ter um cenário não tão preocupante como o de agora, o que pode contribuir para a retomada gradual de alguns preços.”

Por isso, Romão acha pouco provável que a queda do IPCA se estenda além de junho, e que o índice encerre 2020 em cerca de 1%. No cenário da LCA, a inflação

oficial será de 1,8% no período, abaixo do piso da banda de tolerância da meta, de 2,5%.

O quadro de inflação baixa dos bens industriais, no entanto, não deve mudar, diz o economista, para quem esses itens terão alta de somente 0,1% no ano todo. “O repasse cambial já estava difícil desde 2018 e, agora, a covid-19 só acentua isso, porque o câmbio se desvaloriza mais e a atividade fica mais fraca”, comenta. Assim, os custos industriais devem continuar em ascensão.

Especialista em inflação do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), André Braz pondera que nem todos os aumentos de custos não repassados resultam em perda de margem para as empresas, já que muitas delas têm alguma proteção contra a valorização da moeda americana. Mas o efeito do hedge não é infinito.

“O empresário estava preparado para o encarecimento da matéria-prima agora, mas aos poucos sua margem vai diminuindo. Se não consegue vender o produto com o preço já colocado, imagina se houver aumento”, disse Braz. Em sua visão, o recuo de bens duráveis no IPCA já refletiu essa realidade, num ambiente de demanda reprimida.

Dentro do indicador, os artigos de residência diminuíram 1,37% em abril, com queda em móveis e utensílios (-1,52%) e eletrodomésticos e equipamentos (-3,58%). Na parte de transportes, o automóvel novo foi outro bem durável que apareceu em retração, de 0,38%.

“Quem está empregado tem medo do curto prazo e não quer se endividar. Quem perdeu o emprego não tem renda, e aí que não vai comprar bens duráveis”, aponta o economista do Ibre. “Por isso, parte do repasse cambial fica represado, mas lá na frente, numa situação um pouco diferente, pode voltar.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA



# Maior PPP do país fica perto de um colapso

TCU questiona Porto Maravilha e serviços serão suspensos; auditoria aponta que menos de 17% dos Cepacs no fundo gerido pela Caixa foram revendidos

Por Daniel Rittner — De Brasília

11/05/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Auditoria recém-concluída pelo TCU aponta que menos de 17% dos Cepacs no fundo gerido pela Caixa foram revendidos — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

A concessão do Porto Maravilha, maior parceria público-privada (PPP) já firmada no Brasil e aposta bilionária para revitalizar a zona portuária do Rio de Janeiro, está ruindo. Para financiar o projeto de recuperação urbana, a prefeitura emitiu 6,43 milhões de títulos de potencial construtivo acima dos gabaritos municipais - conhecidos como Cepacs no jargão do mercado imobiliário. Eles foram adquiridos por um fundo de investimento, constituído e administrado pela Caixa, que fez desembolsos de R\$ 5 bilhões em recursos do FGTS para remunerar a concessionária.

Dez anos depois de assinado o contrato, a sustentabilidade da PPP está em xeque. Auditoria recém-concluída pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que menos de 17% dos Cepacs no fundo gerido pela Caixa foram revendidos. O fluxo de caixa do projeto previa a comercialização de todos os certificados até 2020.

Sem demanda, como consequência do tombo no mercado imobiliário do Rio, não há liquidez para pagar a concessionária - uma sociedade entre Carioca Engenharia, Odebrecht e OAS.

Na sexta-feira, a concessionária Porto Novo informou que deixará de operar os túneis Marcello Alencar e Rio 450 no dia 5 de junho, se não houver solução para sua falta de pagamento. Em setembro de 2019, após mais de um ano sem repasses à Porto Novo, houve acordo entre concessionária e Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp) para operação dos túneis e sinalização do trânsito por oito meses. Já a Caixa se comprometeu a comercializar títulos e injetar liquidez no fundo responsável pelos pagamentos.

O **Valor** apurou que não houve venda de Cepacs durante a vigência do acordo e não há previsão de aportes financeiros. Isso agrava a situação. Desde 2018, outros serviços previstos no contrato - coleta de lixo, conservação e manutenção de áreas verdes, praças, de iluminação pública e calçadas - já haviam sido devolvidos à prefeitura.

De estrela do pré-sal e sede de grandes eventos esportivos, como a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, o Rio tem amargado queda no valor do metro quadrado de terrenos e edifícios. A Caixa, como gestora do FII PM, calculava repassar R\$ 8 bilhões em 15 anos como fruto da revenda dos 6,43 bilhões de Cepacs. Até hoje,

comercializou 1,05 milhão de títulos. Empresas como L’Oreal, Icatu e Bradesco Seguros se instalaram na região, mas houve frustração das projeções.

Na avaliação do TCU, a crise econômica e imobiliária explica apenas parte dos problemas. De acordo com o ministro do tribunal de contas Benjamin Zymler, o relatório de oportunidade de investimento feito pela Caixa na época do contrato “contém diversas premissas extremamente otimistas que conduziram à conclusão pela lucratividade do aporte [...] e destoam da prudência que se exige dos gestores públicos na tomada de decisões”.

Um exemplo dado por Zymler: para garantir a atratividade do negócio, o Cepac emitido pela prefeitura teria que ter seu valor dobrado em 2013, quadruplicado em 2015 e sextuplicado em 2021 - como reflexo da alta procura do mercado imobiliário.

O valor unitário dos certificados de potencial construtivo era de R\$ 1.242 em 2010. O retorno positivo, para fins de apuração da rentabilidade, ocorreria com a revenda dos Cepacs por preço superior a esse custo. Hoje estariam valendo em torno de R\$ 455, segundo o relatório do TCU.

A unidade técnica do tribunal incluiu, no documento, menção às colaborações premiadas dos ex-vice-presidentes da Caixa Fábio Cleto e Roberto Madoglio no âmbito da Operação Lava-Jato.

Eles afirmaram ter “segurado” os aportes da Caixa até que fossem negociados os termos do pagamento de propina, no valor de 1,5% do desembolso inicial de R\$ 3,5 bilhões, pelas empreiteiras que fariam as intervenções em melhorias da infraestrutura portuária. O órgão de controle determinou a identificação dos responsáveis pelo investimento da Caixa e remissão, ao gabinete do relator Benjamin Zymler, de proposta de oitiva.

Procurada pelo **Valor**, a Caixa não respondeu as perguntas encaminhadas por e-mail. A concessionária Porto Novo informou que não integra o processo do TCU e não conhece seu conteúdo, mas ressaltou sua avaliação de que o Porto Maravilha “é um projeto bem sucedido”. Ela mencionou “iniciativas de elevado investimento na área, como o AquaRio e a Rio Star, assim como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio”.

Segundo a concessionária, o fluxo financeiro com a venda de Cepacs do FII PM “se mostra insuficiente para honrar os compromissos necessários ao contrato de PPP, bem como finalizar a execução de obras originalmente previstas.

Em nota, a Cdurp disse que negociações para manter os repasses financeiros à concessionária ainda estão em curso. A companhia garantiu que, se não houver entendimento entre as partes, assumirá a operação e manutenção dos túneis a partir de 5 de junho.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.  
DBT PRO

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível  
FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

A verdade que ninguém ousou contar sobre Xuxa e Ayrton Senna!  
DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Motorista de ônibus tem um estranho pressentimento sobre menino no ônibus após ver os pés dele  
GRADUATEZ

### LINK PATROCINADO

Clientes deixam de pagar R\$ 2 bilhões em tarifas somente esse ano  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Avião da Embraer é abatido por engano na Somália; seis ocupantes morrem